



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 123

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 1963

ATA DA 21ª SESSÃO, EM 25 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,
da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDENCIA DO SR. GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Alvaro Mala
Pedro Carneiro
Achilles Cruz
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Argemiro de Figueiredo
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Péricles Pedro
Armando Storni
Zezerra Neto
Milton Menezes
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

1 — Restituição de autógrafos de Projeto de Lei sancionado: Nº 247-68 (Número de origem 451 de 1968) — autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 83-68, que dá nova redação ao art. 3º e seu § 2º da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960 que dispõe sobre as pensões militares. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.475, de 23 de julho de 1968); Nº 248-68 (nº de origem 452-68) — autógrafos de Projeto de Lei da Câmara nº 85-68, que autoriza o Poder Executivo a constituir a sociedade de economia mista Banco de Roraima S. A. (Projeto que se transformou na Lei nº 5.476, de 24 de junho de 1968);

2 — Agradecimento de comunicação referente ao pronunciamento do Senado sobre nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aprovação desta Casa de Congresso;

Nº 249-68 (nº de origem 449-68) — com referência à escolha do Bacharel Borvandil Fagundes para o car-

SENADO FEDERAL

go de Juiz Federal no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Sobre a mesa, Projeto de Lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Lei do Senado
Nº 80, de 1968

Dispõe sobre a aplicação da multa prevista pelo art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Não se aplicará a multa a que se refere o art. 8º do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) a quem se alistar até o dia 5 (cinco) de agosto de 1970.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

1. O vigente, embora mortalmente mutilado Código Eleitoral, determina no artigo oitavo que o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de cinco por cento (5%) de três salários mínimos vigentes na zona, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através do selo federal inutilizado no próprio requerimento.

2. Esse Código, sancionado a 15 de julho de 1965, juntamente com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, vivia sua fase inicial de implantação quando foi lamentavelmente subvertido na sua ocorrência pelo Ato Institucional que criou o compulsório bipartidarismo. A notável experiência, que se augurava auspiciosa — pois as tratava de lei rigorosíssima, pela qual teria o país no máximo quatro grandes partidos — foi sustada, precisamente quando os eleitores, nos respectivos municípios matricularam-se nos seus partidos, sob o controle da Justiça Eleitoral. Sucederam-se inúmeros e artificiosos atos para ajustar o bi-partidarismo, cada vez mais irreal, fictício, num ridículo e corajoso remanejamento de medidas do Executivo e do Legislativo, para acomodar situações personalíssimas. Essas se arremataram por fim na chamada Lei da Sub-Legenda, matéria hermética para o povo, mas substancial para os políticos dominantes. Chegou-se ao ápice das contradições: os responsáveis pela revolução de 64, enfáticos nas frases con-

tra a volta ao passado, abriram com o expediente das três sub-legendas, as comportas para o ímpeto regressivo. Com a sanção da lei já se movimentam nos Estados, com seus postulantes aos governos estaduais, as antigas forças udenistas e possedistas, cada qual na sua sub-legenda, acenando com a terceira para as hostes desempatadoras ou caudatárias dos trabalhistas que não cederam à balada arenista dos tempos do saudoso Presidente Castelo Branco. Como é uma constante na vida brasileira, às vésperas dos pleitos, o remanejamento da legislação há de surgir, para aperfeiçoar os artificios, geradores de crises, tal como o híbrido e tristemente lembrado parlamentarismo.

3. Rendido a essa situação, compreendemos o desinteresse dos moços dos 19 anos em diante, que têm de se alistar. Não há como multá-los pelo não alistamento. Deve-se lhes dar tempo para conhecer esta legislação do retrocesso político, das leis que ainda hão de vir, para que se fixem na consciente opção. Esta poderá ser a de preferir pagar a multa a ter que formar num corpo eleitoral confirmado.

4. O prazo concedido no projeto, prorrogando o da Lei nº 5.337, de 16 de outubro de 1967, que expirará a 7 de agosto próximo, teve em vista o encerramento do alistamento eleitoral para o pleito de 15 de novembro de 1970.

Sala das Sessões, 25 de julho de 1968. — Senador Vicente Bezerra Neto.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

(Código Eleitoral)

Art. 8º O brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de 5 (cinco) por cento a 3 (três) salários mínimos vigentes na zona imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através do selo federal inutilizado no próprio requerimento.

Parágrafo único: O processo de inscrição não terá andamento enquanto não for paga a multa e, se o alistando se recusar a pagar no ato, ou não o fizer no prazo de 30 (trinta) dias, será cobrada na forma prevista no art. 367.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O projeto de

lei que acaba de ser lido vai à publicação, e em segunda será despatchado às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 635 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 414-Br.);

Nº 778 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 420-Br.);

Nº 630 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 421-Br.);

Nº 781 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 423-Br.);

Nº 606 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 424-Br.);

Nº 447 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 425-Br.);

Nº 564 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 426-Br.);

Nº 687 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 427-Br.);

Nº 804 de 1968, de autoria do Senador Raul Giuberti, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 428-Br.);

Nº 536 de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 429-Br.);

Nº 604 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 430-Br.);

Nº 706 de 1968, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura. (Aviso nº 431-Br.).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Presidência deferiu os seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Dylton Costa

Nºs 849 de 1968, 876 de 1968 e 885 de 1968, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

De autoria do Senador Bezerra Neto

Nº 893 de 1968, ao Ministério da Aeronáutica;

Nº 894 de 1968, ao Ministério da Fazenda;

De autoria do Senador Lino de Mattos

Nº 668 de 1968, ao Ministério da Agricultura;

Nº 750 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 827 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

Nº 834 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

Nº 845 de 1968, ao Ministério dos Transportes;

Nº 859 de 1968, ao Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil;

Nº 861 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 864 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 866 de 1968, ao Ministério da Justiça;

Nº 871 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 879 de 1968, ao Ministério da Agricultura;

Nº 880 de 1968, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

Nº 881 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 884 de 1968, ao Ministério da Saúde;

Nº 886 de 1968, ao Ministério da Indústria e Comércio;

Nº 887 de 1968, ao Ministério da Fazenda;

Nº 888 de 1968, ao Ministério da Fazenda;

Nº 889 de 1968, ao Ministério da Saúde;

Nº 890 de 1968, ao Poder Executivo;

Nº 891 de 1968, ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral;

O SR. PRESIDENTE:

(Gutdo Mondim) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revistão do orador) — Sr. Presidente, notícia a Imprensa que o eminente Ministro Jarbas Passarinho, da Pasta do Trabalho, convocou, para um debate sobre a chamada crise sindical, os Delegados Regionais do seu Ministério.

O encontro foi marcado para ontem e, segundo a Nota oficial da Assessoria de Imprensa do Ministério do Trabalho, o Sr. Ministro do Trabalho, nesse encontro com seus Delegados estaduais, visava a tratar de problema salarial, da chamada infiltração de elementos extremados na orientação dos trabalhadores, a fim de defender a posição que os Sindicatos devem assumir para liderar os interesses reais e objetivos dos trabalhadores.

Sr. Presidente, todos nós somos sabedores de que o Governo estatuido pela revolução, apesar dos notórios conflitos e desertandamentos com os Sindicatos existentes no País, faz sempre praça, declarações de que os sindicatos são necessários: que a Revolução reconhece os sindicatos como instrumentos de defesa e canais de efetivação, nas reivindicações ou encaminhamento das soluções dos problemas dos trabalhadores.

Mas, Sr. Presidente, a verdade é que as declarações dos responsáveis pelo Governo não encontram repercussões positivas nos meios trabalhistas do País. Infelizmente, não acho resso-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

nância nos protestos de respeito e de apreço ao funcionamento sindical.

O eminente Ministro do Trabalho, nosso colega Senador Jarbas Passarinho, que se alça no noticiário de Imprensa como figura dinâmica do Governo, assume posições que, se nós as observamos constantemente ou regularmente, chegaremos à conclusão de que são contraditórias. Reconhecemos o entusiasmo político de S. Exa., ao enfatizar a defesa de posições melhores, positivas, para os trabalhadores.

Mas, quando evoluem os acontecimentos, para objetivas declarações do responsável pela Pasta do Trabalho, como que se desenha um quadro mais sério, mais conflitante com a realidade de que nos domina. Processa-se, então, aquilo que, na minha curiosidade, na minha observação, posso adiantar como sendo gestos contraditórios do eminente brasileiro.

Entretanto, Sr. Presidente, respeitamos, nós Senadores, o entusiasmo do Ministro Jarbas Passarinho, reconhecemos em S. Exa. alto teor de boa-vontade, um político militante que chegou a esta Casa pelo voto popular, homem que, de qualquer modo, se situa na liderança móda dos militares políticos. Tudo isto nos leva a crer que embora S. Exa. avance corajosamente em determinados momentos, é obrigado a deter sua caminhada. Esta semana — por exemplo — vimos quanto significativa foi a declaração do ilustre Ministro no Estado de São Paulo ao tomar conhecimento da greve que ali ocorria de que o Tiet não era o Rio Sena, parafrazeou S. Exa. o eminente Marechal Costa e Silva, quando dizia que ele, Marechal Costa e Silva, não era um General De Gaulle.

A verdade é que os sindicatos, a vida sindical normal no País, estão em decesso. Quero trazer para a Casa um exemplo profundamente melancólico cenário que encontramos no Estado de Mato Grosso. A cidade de Corumbá é um importante porto fluvial, sede dos serviços de navegação da Bacia do Prata, com um tráfego internacional para Assunção, no Paraguai, e Buenos Aires e Montevideu no Rio da Prata. Ali funcionavam mais de dez sindicatos marítimos e outros sindicatos de diferentes categorias profissionais. Não nos causou surpresa o perecimento funcional dos sindicatos marítimos, que estão com as suas portas praticamente cerradas desde meado de 1964. Mas o que aconteceu com o Sindicato dos Marítimos, que se poderia dizer dependem da assistência dos serviços oficiais de navegação do Instituto de Aposentadoria dos Marítimos, não deveria ocorrer com outras entidades de trabalhadores que nada têm que ver com a vida marítima.

Entre esses sindicatos que também entraram no regime de perecimento, quero registrar o fato que mais me impressionou, trata-se do encerramento das atividades do Sindicato dos Trabalhadores em construção civil na Cidade de Corumbá que, no ano pró-

ximo de 1963, completaria o seu meio centenário, 50 anos de ininterrupta existência.

O Sindicato dos Operários da Construção Civil de Corumbá possui prédio próprio e mantém vida exemplar em matéria de funcionamento sindical, de tal forma que jamais pesou sobre ele qualquer indicio de suspensão da Polícia Social. Pois bem, esse sindicato, há cerca de dois meses considerou-se encerrada sua existência e o seu dedicado Presidente, o Vereador Adalberto Cofacci, procurou a Inspeção do Trabalho daquele importante centro industrial do nosso Oeste e ali fez a entrega das chaves do prédio e dos pertences da entidade dando-a por extinta.

Conversei com esse cidadão, um homem que representa o povo corumbense na Câmara Municipal por três legislaturas, e ele então me disse que não era mais possível continuar, não porque tivesse desavença política com o sistema dominante, de maneira alguma, mas porque os associados, trabalhadores da construção civil, que há dezenas e dezenas de anos apoiavam a organização, dela se afastaram e os últimos conseguiram convencê-lo de que não mais adiantava o funcionamento do sindicato. Perder o órgão sua finalidade e sua eficiência, e o Sr. Adalberto Cofacci descrente de tudo, concluiu que a vida estava muito difícil, e não adiantava ele se sacrificar tanto. Não encontrando mais um mínimo de cooperação, esgotado no sacrificado uso dos seus recursos pessoais, na sua energia posta, anos e anos à prova, o dirigente deu-se por vencido.

Não deixa de ser este, Sr. Presidente, o retrato triste e melancólico do que se passa entre os nossos trabalhadores. Desaparecem as lideranças sindicais; desaparecem, de fato, as lideranças políticas; desorientam-se aqueles que querem tomar posição na defesa de pontos de vista políticos, ou das coisas mais sagradas, ou mais importantes para a vida da Nação. O resultado é que o crescimento da confusão que domina os espíritos, e as camadas da população, em que os grupos humanos, vendo a ineficiência ou a inoperância dos políticos, assistindo ao descalabro e ao desânimo dos sindicatos, passam a formar em coordenações bem diferentes daquelas que marcaram os fatos políticos do país. Daí assistirmos aos movimentos estudantis, aos artistas de teatro dirigindo e promovendo passeatas e comícios políticos; ao Clero adotando nos púlpitos e nos passeatas as teses do desenvolvimento nacional e das liberdades política e jurídica.

Se não houver, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma retomada de critério, uma opção mais realista, mais objetiva, capaz de trazer o povo ou camadas da população para as linhas naturais, ou seja, para os partidos políticos, nós marcharemos, inexoravelmente, para o caos.

Os exemplos que acabei de citar impressionam, profundamente, a quem acompanhou e conheceu a vida dos

sindicatos durante 49 anos.

O cerramento das portas simboliza o desânimo, mais que indiferentismo, representa não uma abdicação mas uma confissão de que não é mais possível persistir. Assim é que entendi o gesto constrangido do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil da cidade de Corumbá.

Senhor Presidente, muitos de nós reconhecem e se rendem à evidência de que o mundo moderno comporta, senão exige, governos com válida autoridade, executivos, na acepção semântica, da palavra. Mas, mesmo assim, sem este exemplo que o mundo todo nos oferece — os coronéis socialistas, políticos da Argélia, Egito, Iugoslávia e outros países — mesmo assim, Sr. Presidente, sou daqueles que acreditam possam existir Executivos fortes, governos com autoridade, resolvendo problema da autoridade e da força política e jurídica, com o funcionamento da Democracia, dos sindicatos e a existência das organizações partidárias, nesses fatos reais, especialmente quando estamos num país novo, cheio de energia, com potencial de possibilidades ilimitado, com tudo per fazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. BEZERRA NETO — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Creio que V. Exª poderia mesmo dizer que só há, em verdade, política e organicamente governos fortes, quando não são governos militaristas. Em regra, os governos militaristas são autoritários, não são governos de autoridade.

O SR. BEZERRA NETO — V. Exª tem toda a razão ao lembrar este aspecto.

Realmente, quando falamos em governos fortes, com autoridade, lembramos e destacamos exemplos dos responsáveis por esses governos, que sabem falar francamente ao seu povo, dialogar com o seu povo. É o caso do General de Gaulle, que tomou posição forte, enérgica, enfrentando os acontecimentos, mas convocando o povo para dizer, pelo voto secreto, se ele, De Gaulle, tinha ou não razão.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª poderia acrescentar que, no mundo contemporâneo, ainda não houve um governo tão forte quanto o chefiado por Churchill, na hora da desgraça da Inglaterra. Não houve poder militar capaz de destruí-lo.

O SR. BEZERRA NETO — O exemplo da Inglaterra, da França, e de outros países nos diz: o povo quer dirigentes, quer homens fortes, mas que lhe falem franca e sinceramente, que se com ele dialogar, que usem a linguagem de que ele precisa, que necessite ouvir, homens que indiquem as soluções, que saibam inspirar confiança ao povo e submeter-se à deliberação e decisão desse povo.

O Sr. Josaphat Marinho — V. Exª diz muito bem, o povo quer dirigentes, não espera dominadores.

O SR. BEZERRA NETO — Temos absoluta certeza, Srs. Senadores, de que se o eminente Presidente da República, como uma vez aqui muito bem focalizou o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, apartado por outros Senadores, com o patriotismo e a sinceridade que ninguém lhe quer negar, trouxesse, pela sua vez, diretamente ao povo, a mensagem dos seus problemas, com a mensagem, dos seus desejos de enfrentá-los falando sinceramente, objetivamente e patrioticamente poderia, muito bem, confiar no povo brasileiro. Mas o que lamentamos e todos nós deploramos, é esta profunda contradição de não se falar a mensagem da sinceridade ao povo e dele esperar compreensão e julgamento.

Os caminhos do artifício que aí estão escolhidos, a solução hermética, para o povo, desse curioso projeto das três sublegendas e tantos outros fatos mostram o regime de contradição que estamos vivendo.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador.) Estou escutando o discurso importante que V. Ex.^a pronuncia, nesta tarde, e de pleno acordo quando se refere à pessoa do eminente Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, nosso colega que tanto honrou esta Casa, durante o curto período em que aqui esteve. Ainda de pleno acordo quando realça o entusiasmo por S. Ex.^a demonstrado no sentido do funcionamento dos sindicatos e com as conclusões que V. Ex.^a está atirando do quadro político-social deste País, Senador Bezerra Neto, V. Ex.^a salienta que há uma ineficiência da classe política no País. Neste particular, V. Ex.^a há de me permitir uma ligeira discordância. Os políticos são os mesmos; as atividades são as mesmas; os interesses são os mesmos. As divergências de classes ou a falta de entrosamento entre as classes sociais, as classes ativas e laboriosas que vivem neste País, e a chefia do Governo ou o Poder Executivo, essa desarticulação entre Governo e povo, se explica como em função de uma única causa que, desgrazadamente, ainda persiste na nossa vida jurídico-constitucional — é a ausência dos partidos, Senador Bezerra Neto. Se tivéssemos estudantes com capacidade, com direito e com facilidade de se organizarem num partido político, dentro da ideologia que os congregasse, que os polarizasse, se pudessem eles manifestar as suas reivindicações claramente ao povo ou à sua própria classe, apoiados, naturalmente, pela massa eleitoral deste País, se eles pudessem se organizar politicamente, de modo a defender as suas ideias nos recintos fechados e nas praças públicas, com a mesma liberdade, não tenha dúvida de que não haveria crise estudantil. Os seus representantes estariam nesta Casa e na outra do Congresso, nas ruas, defendendo as suas ideias com todo ardor, e não haveria crise da classe estudantil. O clero levanta-se, nesta hora, como V. Ex.^a salientou, com objetivo de reformas, apoiando uma nova estrutura na vida social e política do País, quer o clero brasileiro pudesse organizar ou pretendidas pelos operários quer as pretendidas pelos estudantes. Se o clero brasileiro pudesse organizar ou levar suas ideias a um partido político qualquer que, com facilidade, se organizasse em defesa de suas ideias, não haveria crise no clero, e assim com o povo em geral. Senador Bezerra Neto, enquanto não tivermos facilidade de organização de partidos políticos dentro da lei, da ordem jurídica do País para que todos falem e possam defender suas ideias de reformas ou de quaisquer natureza, de sentido social, político, econômico ou financeiro, teremos de observar este quadro deplorável que V. Ex.^a registra e pinta com sinceridade e tanta nitidez. V. Ex.^a tem meu aplauso, e deploro que ocorram esses fatos que V. Ex.^a salienta com relação ao sindicato de um dos municípios mais importantes de seu Estado. V. Ex.^a, com esse ardor, capacidade de luta, e reconhecimento dos fenômenos sociais, deveria e poderia ter entendimentos de apoio, de protesto de qualquer natureza junto ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de fazer voltar à sua terra a organização sindical que lá existia. Senador Bezerra Neto, vamos ter confiança no espírito do povo brasileiro. Não há força humana, nem força material que impeça nós reformarmos, não muito longe, o regime de liberdade que todos ansiamos e que todos nós desejamos. Vamos ter otimismo, vamos lutar, como V. Ex.^a está lutando, neste instante, na tribuna, na

certeza de que militares e civis não se podem separar, porque, isto já se declarou aqui, uma vez, com muita ênfase e poder de expressão — os militares são civis fardados; os civis são militares não fardados. Todos nós somos brasileiros. Não acreditamos que essa coisa persista por muito tempo porque, acima da força material, acima da força bruta há o sentimento de liberdade do povo brasileiro.

O SR. BEZERRA NETO — Assiste a V. Ex.^a toda a razão, quando deplora a inexistência de Partidos políticos no País. Não há dúvida de que o sistema político-eleitoral passou a viver no artifício e o bipartidarismo, criado pelo Ato Institucional nº 2, foi a causa da atual subversão da vida pública brasileira.

A propósito, Sr. Senador Argemiro de Figueiredo, na justificativa de um projeto que ofereci, hoje, à Casa, dispensando de multa, até 5 de agosto de 1970, os alistados, ou as pessoas que passem de 19 anos de idade e os naturalizando, naquela justificativa cheguei, penso, a fixar o ponto nodal do aparte de V. Ex.^a.

Vou ler este tópico da justificativa:

"O vigente, embora mortalmente mutilado, Código Eleitoral determina no artigo 8º que, o brasileiro nato que não se alistar até os 19 anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a naturalidade brasileira, incorrerá na multa de 5% de três salários-mínimos vigentes na zona, imposta pelo juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de sêfe federal inutilizado no próprio requerimento.

Esse Código, sancionado a 15 de julho de 1965, juntamente com a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, vivia sua fase inicial de implantação quando foi lamentavelmente subvertido na sua essência pelo Ato Institucional que criou o compulsório bipartidarismo. A notável experiência, que se augurava auspiciosa...

O Projeto foi profundamente debatido no Congresso, onde recebeu dezenas de emendas pelo Senador Aloysio de Carvalho, durante o Governo Castello Branco. Era uma experiência que se ia fazer e, a meu ver, de profunda e histórica repercussão.

(Lendo)

"...pois se tratava de lei rigorosíssima, pela qual teria o país no máximo quatro grandes partidos foi sustada, precisamente quando os eleitores nos respectivos municípios matriculavam-se nos seus partidos sob o controle da Justiça Eleitoral. Sucederam-se números e artifícios atos para ajustar o bi-partidarismo cada vez mais irreal, fictício, num ridículo e corajoso remanejamento de medidas do Executivo e do Legislativo, para acomodar situações personalíssimas. Essas se arremataram por fim na chamada Lei das Sublegendas, matéria hermética para o povo, mas substancial para os políticos dominantes. Chegou-se ao ápice das contradições: os responsáveis pela revolução de 64, enfáticos nas frases contra a volta ao passado, abriram com o expediente das três sublegendas, as comportas para o ímpeto regressivo. Com a sanção da lei já se movimentam nos Estados, com seus postulantes aos governos estaduais, as antigas forças udenoístas e pessedistas, cada qual na sua sublegenda, acenando com a terceira para as hostes desempatadas ou caudatárias dos trabalhadores que não cederam à balada arenista dos tempos do saudoso Presidente Castello Branco. Como é uma constante na vida brasileira, às vésperas dos pleitos, o remane-

jamento da legislação há de surgir, para aperfeiçoar os artifícios, geradores de crises, tal como o híbrido e tristemente lembrado parlamentarismo.

3 — Rendido a esta situação, compreendemos o desinteresse dos moços dos 19 anos em diante, que têm de se alistar. Não há como multá-los pelo não alistamento. Deve-se lhes dar tempo para conhecer esta legislação do retrocesso político, das leis que ainda não do vir, para que se fixem na consciente opção. Esta poderá ser a de preferir pagar a multa a ter que formar num corpo eleitoral confinado."

Atendo, por coincidência que considero feliz, as observações de V. Ex.^a, Senador Argemiro de Figueiredo, com a justificativa deste projeto que apresentei na sessão de hoje.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — A justificativa que V. Ex.^a acaba de ler é plenamente satisfatória e reflete o espírito de meu aparte. Vê o nobre colega que já se sente, hoje, bem marcada, dentro dos dois Partidos, organizações compulsoriamente, a definição de ideologia, de tendência de pensamentos diferentes, através das sublegendas. Em cada sublegenda, essas ou das que podem ser utilizadas nas eleições, verá V. Ex.^a que há o embrião de um Partido a organizar-se, e esse embrião são as divergências internas, as tendências diferentes, as ideologias que não se combinam. De modo que, no sentido jurídico, no sentido social como no sentido político não temos Partidos políticos no Brasil. Há dificuldade para a organização de Partidos, no sentido técnico de agrupamentos de homens em torno de um pensamento comum, de uma ideologia comum. Tudo isto está sendo dificultado, desgrazadamente, pela legislação vigente em 1967. É um regime anormal, uma situação anômala que, mais cedo ou mais tarde, terá de ser corrigida pelos poderes competentes.

O SR. BEZERRA NETO — Esse expediente das sublegendas, como bem focalizou V. Ex.^a, não pode, absolutamente, se definir como restabelecimento dos partidos. Representa coisa pior. Representa a volta ao passado naquilo que ele tem de mais retrogrado, de mais abjeto, de mais deplorável, porque consagra uniões expúrias dentro de uma mesma legenda. São inimigos íntimos trabalhando por objetivos diferentes.

Na cidade de Campo Grande, na tarde de ontem, veja V. Ex.^a, sob a responsabilidade do nosso eminente amigo, Senador Filinto Müller, houve uma reunião oficial dos ex-pessedistas, para tratar do problema da sucessão ao Governo do Estado. A ex-UDN também preparara uma excursão pelo Estado, conforme a imprensa de lá noticia — tenho aqui os jornais — e, não sei por que disse-me o Senador Fernando Correa da Costa, devido aos acontecimentos foi sustada a excursão, que seria iniciada nestes últimos dez dias de julho.

De modo que não sei, como se queria aprimorar os costumes políticos, não sei como se queria cultura ou cultivar vocações democráticas com ex-pedantes tenebrosos, clandestinos, como esse da criação de sublegendas.

Em suma são artifícios que vão conduzindo para essas crises que explodem, que todos deploram e não sabem atacar nas suas raízes às vezes tão simples, tão fáceis de serem atingidos.

Com essas apreciações, Sr. Presidente, volto ao início da minha intervenção nesta tribuna. Apelo para o eminente Ministro do Trabalho, no sentido de que olhe a vida orgânica dos sindicatos, no interior do País, mande observar o que ocorreu com os

sindicatos marítimos, com os sindicatos dos operários da Construção Civil e outros do importante centro industrial que é a cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Com essas observações, com uma fiscalização sensata mas rigorosa, S. Ex.^a então pode, como fez ontem, convocar os delegados regionais do Trabalho e traçar diretrizes para o reavivamento ou restabelecimento da vida sindical no País, já que S. Ex.^a reconhece — e disse mais de uma vez através da Imprensa — que os sindicatos são necessários para a política social do Governo. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Montain) — O segundo orador inscrito e o Senador Josaphat Marinho, a quem dou a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO:

(Sem revisão ao orador) — Senhor Presidente, duvidaram muitos e outros negaram as vantagens da presente convocação extraordinária. Para os correligionários do Governo, quase todos, por sinal, ausentes deste plenário, sem dúvida que não conviria a convocação. Não lhes agradaria a tarefa de responder às críticas da Oposição, oportunamente feitas, nestes dias de abuso e de arbitrio.

A oportunidade da convocação se revelou diante dos diversos atos cometidos e que foram sucessivamente comentados desta tribuna, por diferentes elementos. Felizmente, alguns membros da bancada da Maioria, entre os quais V. Ex.^a, Sr. Presidente, preferiram cumprir o dever da presença à deserção da indiferença.

Ainda hoje há que criticar, e é justa a estranheza.

Ontem mesmo, o nobre Líder do MDB na Câmara dos Deputados, Senhor Mário Covas, comentava a violência praticada contra o petroleiro Paulo Rangel Sampaio, preso, ao que se sabe, por elementos do Exército, conduzido e recolhido a lugar incerto, e, até este momento, não sabido. Trata-se, entretanto, do Presidente do Sindicato da Indústria Química de Duque de Caxias, que exerce, ao mesmo tempo, a função de Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros. Preso desde o dia 17 deste mês, devido se encontra, sem que se saiba do seu destino.

Ainda mais estranhável é o fato quanto, dada a notícia dele ao Senhor Ministro do Trabalho, este, confirmando indiretamente a detenção, esclarece ao Presidente do Sindicato de Petróleo de Cubatão, em Santos, que Paulo Rangel Sampaio fora preso em flagrante, por atividade ilícita, não relacionada com liderança sindical, segundo esclarecimento que lhe fora transmitido.

Mas, que atividade ilícita é essa, e não relacionada com liderança sindical? Que atividade ilícita é essa, que não foi previamente apurada por autoridade alguma? Que flagrante é esse quando se sabe que o trabalhador do petróleo que exercia função de dirigente sindical, sofrera a prisão exatamente quando chegava à sede do seu sindicato? Se estava exercendo atividade ilícita, que custava às autoridades que o prenderam transmitir a motivação ao Ministro do Trabalho? E, se porventura o fizeram, por que este não elucidou a causa aos representantes sindicais, companheiros do dirigente prisioneiro?

É tudo muito estranhável, Senhor Presidente, sobretudo quando se verifica que outro é o tratamento dado pelo Governo aos seus correligionários, mesmo aos que foram punidos pelo Governo anterior, ou aos que, pelo atual Governo, são afastados do cargo por atos ilícitos praticados.

Prende-se o dirigente sindical do petróleo sob a alegação de atividade ilícita, não declarada nem esclarecida. E assim se faz, precisamente no momento em que o Presidente da República aprova parecer do Consultor da República, para tornar sem efeito o ato do Presidente Castello Branco, que demitiu, a bem do serviço público, o Sr. Pedro Pedrossian, atual Governador de Mato Grosso.

Assim se procede, precisamente, no instante em que o Governo, reconhecendo a ocorrência de graves irregularidades, determina a intervenção em órgãos executivos da Reforma Agrária, mas não leva, de plano, ninguém à cadeia!

Então, somente são subversivos, corruptos, desonestos, para ser sumariamente punidos, os que não rezam pela cartilha oficial? Ve-se que o cataclismo da Revolução obedece a estilos diferentes, às vezes dentro da mesma reza. Pecadores são somente os adversários do Governo. Os outros eram, mas não são para ser punidos. Determina-se a verificação dos fatos e o tempo se encarregará de dar aos responsáveis pelos atos irregulares a absolvição do regime complacente com os que dele participam.

Ontem, o Deputado Mário Covas encaminhou requerimento de informações ao Governo indagando das razões pelas quais foi preso o representante sindical do petróleo e onde se encontra. Queremos manifestar aqui, com o nosso apoio ao requerimento do Líder do MDB na outra Casa do Congresso, nessa solidariedade, quer ao dirigente sindical, violentamente cercado na sua liberdade, quer aos trabalhadores de petróleo. Essa solidariedade, assim ampla se impõe, Srs. Senadores, porque Paulo Rangel Sampaio foi preso pouco após a realização de um Encontro Nacional dos Dirigentes dos Sindicatos de Trabalhadores de Petróleo. E mais: sendo ele Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, havia recebido os documentos resultantes daquele Encontro Nacional de modo que providenciasse reunião ampla, inclusive com a presença de políticos e de elementos do Governo para que a Nação tivesse conhecimento das decisões adotadas. Dessas decisões, a principal se consubstanciava num documento, já agora publicado, através do qual todos os doze sindicatos de trabalhadores em petróleo e as duas associações que também o congregam manifestavam seus temores pela sorte da PETROBRAS.

Nesse documento assinalavam a ameaça da penetração do capital estrangeiro, tendendo usurpar da PETROBRAS tarefas que deveriam competir ao órgão de execução do monopólio estatal.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Com todo prazer.

O Sr. Aurélio Vianna — É a prisão desse líder sindical petroleiro, confirma, então, os temores de toda a classe e, por extensão, de todo o povo brasileiro, que é fundamentalmente partidário do monopólio do petróleo que a PETROBRAS incorpora e defende. V. Ex.^a poderia dizer que esses operários têm a solidariedade de quantos não perderam a fé nos gestos deste País e que nunca renegaram as suas convicções a favor de instituições como a PETROBRAS, que é o escaudouro do pensamento patriótico e nacionalista do povo brasileiro.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Sim, Sr. Presidente, de temor dos trabalhadores na indústria do petróleo participam todos os brasileiros que defendem a independência econômica

do País, como, ainda agora, bem o salientou o nobre Senador Aurélio Vianna. Solidários com esse temor, já assinalamos, desta tribuna, vários Senadores, as incertezas que pairam sobre o domínio do monopólio, quando analisamos o estranhável decreto, de junho último, que autoriza a "suavização" da exploração na plataforma submarina, no mar continental e nas águas interiores do Brasil, inclusive por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.

Têm razão, portanto, os trabalhadores de petróleo. Mas ainda que eles houvessem cometido algum ato censurável, dispõe o Governo de leis e regulamentos apropriados, através dos quais lhe cumpre apurar as faltas, para a punição adequada. O que ao Governo não cabe é a ação arbitrária, a prisão inopinada e, ainda menos, clandestina.

Em qualquer regime cioso do respeito aos direitos humanos, a não ser em situações excepcionabilíssimas, não há ato sigiloso. Toda vez que os Governos, sobretudo cercando liberdades, apelam para o sigilo, confessam que não lhes assiste razão no ato praticado. O sigilo é próprio das ditaduras, e das ditaduras o normal é a clandestinidade dos atos praticados. Governo que respeita a opinião pública age às claras, justificando-se de pronto, para demonstrar a licitude do seu comportamento.

E ainda menos se entende que o Governo aja com tanta rapidez para prender um dirigente sindical que goza até de determinadas prerrogativas, pela legislação vigente, quando não há a mesma instantaneidade de procedimento para impedir que outros sejam invadidos, artistas atacados e, até, atrizes violentadas no seu pudor e conduzidas para a praça pública!

Por que não agem as autoridades policiais e militares com a mesma segurança, com a mesma rapidez, para impedir esses atos de desrespeito aos direitos da pessoa e a seu próprio punimento?

Venha, portanto, o Governo, Senhor Presidente, declarar, de público, quais as razões da prisão. Ninguém aceita mais a alegação de prisão em flagrante, nem de segurança nacional, pois que todo mundo sabe que essas motivações se transformaram no artifício com que autoridades arbitrárias pretendem legitimar a violência.

Que solte o dirigente sindical, o Governo, e o submeta a processo, se a processo estiver sujeito. Mas, enquanto o Governo não esclarecer a razão da prisão e o local em que está recolhido Paulo Rangel Sampaio, não se há de entender senão que praticou um ato de abuso. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — O Sr. Senador Lino de Mattos encaminhou à Mesa requerimentos de informações destinados ao Ministério da Agricultura, ao do Planejamento e, ainda, ao da Agricultura e da Justiça.

S. Exa. fará, da tribuna, a leitura integral dos requerimentos.

Tem S. Exa. a palavra.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ao Ministro da Justiça: (le)

1º Porque, até esta data, não foram divulgados os resultados do relatório encaminhado pela Comissão incumbida de rever os processos de Censura no País?

2º Em que se fundam as determinações baixadas pelo chefe do SCDP, ordenando que até os filmes exibidos em "cinemas de ar-

te" tenham o mesmo tratamento dos espetáculos comerciais?

3º Qual o número de processos e recursos contra os censores do Serviço de Censura existentes, nesse Ministério, de janeiro do corrente ano até a presente data?

Motivou este requerimento o fato de o Ministro da Justiça haver declarado à imprensa que não encaminhou ao Presidente da República a exposição-de-motivos sobre a nova Lei de Censura porque ainda não tivera tempo.

Sr. Presidente, talvez ao Sr. Ministro da Justiça, preocupado em não permitir manifestações de estudantes preocupado com as greves de operários em busca de aumento salarial e com o procedimento da imprensa, que no entender do Governo, não está expressando a verdadeira situação brasileira, não tenha sobrado tempo para encaminhar a exposição-de-motivos sobre projeto-de-lei da maior importância, como este sobre a Censura.

Em requerimento ao Ministro da Agricultura, pergunto: (le)

1º Quais os motivos dos erros de previsão da ordem de 70%, da "Carta de Brasília", para a safra agrícola de 1967-68?

2º Quais as lavouras básicas para alimentação atingidas pelos referidos erros e quais as diferenças para menos, verificadas nessas lavouras?

3º A "Carta de Brasília" se valeu das estimativas do Serviço de Previsão de Safras desse Ministério, para a elaboração dos programas oficiais do setor agropecuário?

Este requerimento, Sr. Presidente, baseia-se em elementos informativos que me dão conta de que a divulgação da Carta de Brasília custou aos cofres públicos alguns milhões de cruzeiros, canalizados, através de órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais, dos Governos Municipais.

Quero saber, finalmente, qual a situação dessa Carta de Brasília, tão decantada, tão falada, tão proclamada.

O Governo pretende gastar novos milhões para divulgação, agora das correções que serão feitas e justificar porque houve fracasso de 70%, no plano elaborado e constante da Carta de Brasília.

Outro requerimento é dirigido ao Sr. Ministro do Planejamento. Nele pergunto:

1º Quantas reuniões de diretoria realizou a CODEBRAS desde a sua instalação até a presente data? (Fornecer cópia autêntica das atas dessas reuniões).

2º Quais as firmas construtoras que estão construindo as projeções da superquadra 209? (Fornecer cópia autêntica dos contratos e termos aditivos, se houver).

3º Como foi alienado o estoque de material de construção adquirido pelo Fundo Rotativo e depositado na superquadra nº 205? (Fornecer editais, cópia das propostas dos interessados, cópia da ata da Comissão que presidiu a concorrência e a alienação).

Este requerimento foi provocado pelo noticiário da imprensa a propósito, Sr. Presidente, de memorial dirigido ao Sr. Presidente da República pela Associação Médica de Brasília, memorial este que faço acompanhar requerimento de informações

pois constitui a justificação do mesmo.

Trata-se de publicação da mais alta gravidade. Não é uma denúncia parlamentar, não é uma denúncia que fez o parlamentar, mas uma Associação de classe — a Associação Médica de Brasília.

É do seguinte teor:

MEMORIAL AO EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

A Associação Médica de Brasília, no firme propósito de defender os direitos da classe e assegurar aos médicos o direito de compra de uma unidade residencial, depois de baldados todos os esforços, viu-se na obrigação de vir a presença de V. Exa. para que V. Exa. e a população em geral tomem conhecimento das irregularidades que se verificam dentro da CODEBRAS, em relação aos médicos de Brasília.

Vimo-nos na obrigação de vir a público, através da imprensa, porque, quando um órgão governamental deixa de cumprir os compromissos assumidos, por sua própria iniciativa, adotando uma atitude, a nosso ver ilegal, é que, como órgão público deve ter a obrigação de respeitar, preservar, defender e cumprir a lei, imperioso se torna então que os poderes superiores e o povo tomem conhecimento, para que então se ponha fim a uma arbitrariedade injustificável contra uma classe de tamanho significado social.

Para conhecimento de V. Exa., os médicos, atendendo a chamamento por edital da CODEBRAS, se habilitaram a receber apartamentos nas SQs. 307 e 304 e tendo suas propostas sido apreciadas e devidamente aceitas, iniciaram os devidos pagamentos nos últimos meses do ano p. passado. Os médicos foram novamente chamados já neste ano, por iniciativa da própria CODEBRAS, tendo concordado com a majoração de preço das unidades residenciais, majoração decorrente do fato de que a CODEBRAS tentara fazer aprovar um projeto que feria as normas urbanísticas desta capital, falha imperdoável quando se atenta para as finalidades a que se destina a CODEBRAS.

Ouvidos duas vezes, tendo cumprido pontualmente suas obrigações estranharam os interessados quando, a partir de abril deste ano, por determinação superior, a CODEBRAS recusou-se a receber os pagamentos, deixando de honrar o compromisso assumido.

Mais deplorável ainda se tornou a conduta da CODEBRAS quando deixou de responder nosso requerimento de 4 de junho do corrente ano, protocolado naquela Coordenação sob número 3.352, requerimento este sugerido pelo próprio Presidente da CODEBRAS General Mário Gomes. As várias comissões que ali compareceram em busca de uma resposta nada obtiveram, a não ser a grilante certeza de que os três diretores que dirigem aquela Coordenação divergem frontalmente frente ao mesmo assunto. Fácil ficou então, atender porque casos absurdos como este estão ocorrendo.

Cremos que o relatório já basta não cabe aqui a discussão dos aspectos jurídicos do problema e esperamos não ter de lançar mão dos mesmos, para isto contamos com o alto tirocinio que sempre norteou as decisões de V. Exa.,

para a tranquilidade de uma população inteira, pela qual somos responsáveis

Brasília, 23 de julho de 1968.

Associação Médica de Brasília.

Finalmente, em outro requerimento, ao Sr. Ministro da Agricultura, indago:

1º Qual o critério que será adotado pelo IBRA, para a aplicação, no corrente exercício, dos 70 milhões de cruzeiros novos, destinados à execução de seus planos?

2º Quais os planos de cadastramento, tributação e discriminação de terras públicas previsto pelo IBRA, a serem aplicados no Estado de São Paulo?

3º Quais as regiões do Estado de São Paulo, na qual o cadastro técnico deverá ser realizado e quais as áreas prioritárias dos programas do IBRA, no corrente exercício?

4º Quantos lotes rurais, do Estado de São Paulo se encontram em fase de regularização e desses quantos já foram ratificados?

5º Qual a área do Estado de São Paulo desapropriada até a presente data, pelo IBRA, para implantação de distritos de colonização?

6º Quantas parcelas familiares já foram estabelecidas, no Estado de São Paulo, até a presente data, pelos projetos do IBRA?

Não preciso tomar muito tempo para justificar o requerimento, porque o problema do IBRA está na Ordem do Dia. Os jornais noticiaram a destituição do seu Presidente e de seus diretores e a nomeação de um Interventor, como consequência das irregularidades que se verificaram ou se estavam se verificando naquele autarquia.

Encaminhei ao Sr. Ministro da Agricultura, a propósito desta irregularidade, número imenso de requerimentos de informações. Obtive apenas uma resposta. E aí está a resposta como justificativa do requerimento de informação a cuja leitura acabo de proceder. Aliás, é uma resposta que, por si só bastaria ela para justificar o ato do Presidente da República, destituindo o Presidente e os diretores daquela organização, porque não responde nada. Formulo uma pergunta objetiva, menciono o jornal, os dias em que aquele jornal de Niterói, de circulação na Capital do Estado do Rio de Janeiro, noticiou irregularidades, naquela autarquia e se diz que o parlamentar se limitou apenas, a pedir ao Ministro que informasse se procediam as críticas que aquele jornal estava fazendo ao IBRA. E vem a resposta nos seguintes termos:

"Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, anexos ao presente, os esclarecimentos que com este Ministério atende ao Requerimento de Informações número 669-68, de autoria do nobre Senador Lino de Mattos.

E vem a informação:

"Resposta — A administração do IBRA possui uma Assessoria de Relações Públicas ou, entre outras atividades, informa, cotidianamente, sobre os noticiários trazidos a público pelos matutinos e vespertinos de grande e média circulação do Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Brasília e outras Capitais. As publicações a que alude o quesito não foram coletadas pela referida Assessoria, razão pela qual não se tomou conhecimento".

Esta a resposta: o IBRA tem uma Assessoria de Relações Públicas para coletar, diariamente, as informações,

ligadas à atuação do IBRA. Entretanto, não coleta de um jornal de Niterói, e porque não coleta não responde ao Senador Lino de Mattos, simplesmente diz: Está prejudicada a pergunta do Senador Lino de Mattos, porque o IBRA não coletou nenhuma informação sobre o assunto.

Não sou daqueles que sentem prazer em estar investindo contra derrotados, razão pela qual ponho um ponto final no problema IBRA, com relação à diretoria destituída.

Era, Sr. Presidente, o que desejava dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Os requerimentos encaminhados à mesa e justificados da tribuna pelo Sr. Lino de Mattos, serão publicados e em seguida despachados pela Presidência.

São os seguintes:

Requerimento nº 895, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1º Qual o critério que será adotado pelo IBRA, para a aplicação, no corrente exercício, dos 70 milhões de cruzeiros novos, destinados à execução de seus planos?

2º Quais os planos de cadastramento, tributação e discriminação de terras públicas previstos pelo IBRA, a serem aplicados no Estado de São Paulo?

3º Quais as regiões do Estado de São Paulo, na qual o cadastro técnico deverá ser realizado e quais as áreas prioritárias dos programas do IBRA, no corrente exercício?

4º Quantos lotes rurais, do Estado de São Paulo se encontram em fase de regularização e desses quantos já foram ratificados?

5º Qual a área do Estado de São Paulo desapropriada até a presente data, pelo IBRA, para implantação de distritos de colonização?

6º Quantas parcelas familiares já foram estabelecidas, no Estado de São Paulo, até a presente data, pelos projetos do IBRA?

Sala das Sessões, 25 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 896, de 1968

Senhor Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento o seguinte pedido de informações:

1º Quantas reuniões de diretoria realizou a Codebrás desde a sua instalação até a presente data? (Fornecer cópia autêntica das atas dessas reuniões)

2º Quais as firmas construtoras que estão construindo as projeções da superquadra 209? (Fornecer cópia autêntica dos contratos e termos adicionais, se houver).

3º Como foi alienado o estoque de material de construção adquirido pelo Fundo Rotativo e depositado na superquadra nº 209? (Fornecer editais, cópia das propostas dos interessados, cópia da ata da Comissão que presidiu a concorrência e a alienação).

Sala das Sessões, 25 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 897, de 1968

Sr. Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Minis-

tro da Agricultura o seguinte pedido de informações:

1º Quais os motivos dos erros de previsão da ordem de 70%, da "Carta de Brasília", para a safra agrícola de 1967-1968?

2º Quais as lavouras básicas para alimentação atingidas pelos referidos erros e quais as diferenças para menos, verificadas nessas lavouras?

3º A "Carta de Brasília" se valeu das estimativas do Serviço de Previsão de Safras desse Ministério, para a elaboração dos programas oficiais do setor agropecuário?

Sala das Sessões, 25 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

Requerimento nº 898, de 1968

Senhor Presidente

Requeiro, na forma Regimental, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça o seguinte pedido de informações:

1º Por que, até esta data, não foram divulgados os resultados do relatório encaminhado pela Comissão incumbida de rever os processos de Censura no País?

2º Em que se fundam as determinações baixadas pelo chefe do SCDP, ordenando que até os filmes exibidos em "cinemas de arte" tenham o mesmo tratamento que os espetáculos comerciais?

3º Qual o número de processos e recursos contra os censores do Serviço de Censura existentes, nesse Ministério, de janeiro do corrente ano até a presente data?

Sala das Sessões, 25 de julho de 1968. — Senador Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Tem a palavra o terceiro orador inscrito, na hora do Expediente, Senhor Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANNA:

(Não foi visto pelo orador) — Senhor Presidente, registra um dos jornais mais prestigiosos do Rio de Janeiro, do meu Estado político — de cujo noticiário me tenho valido muitas vezes, para os meus comentários sobre situação nacional e internacional — que eu fora indicado, pela Mesa, para saudar dois Parlamentares latino-americanos que aqui se encontravam de visita e que, depois de voltarem a sua terra, visitando, novamente, Brasília e o Congresso Nacional, o Senado Federal, dois anos depois, ainda me encontraram na tribuna. Eu desejei, sinceramente, Sr. Presidente que, daqui a dois anos eles voltem porque e me encontrarão novamente, na tribuna.

Sr. Presidente, nobres Senadores, fui procurado por cidadãos que possuem granjas na Capital Federal, em Brasília, e que me pediram fosse o seu porta-voz numa reclamação que eles julgam, e eu também de grande importância, de grande significação. Haviam sido chamados pelo IBRA e recebido a determinação de que deveriam abandonar as suas granjas. Seriam indenizados porque o IBRA, na sua política, não permite que um funcionário público possua, em Brasília, uma granja, mesmo que a explore convenientemente, e que a indenização que um deles iria receber — as notas aqui estão sobre minha mesa — seria de 800 mil cruzeiros. Este cidadão, desde a posse daquele pedaço de terra, gastando todas as suas economias — e é pioneiro em Brasília — já gastou ali cerca de 7 milhões de cruzeiros. A sua granja produz, plantou centenas de fruteiras, vem concorrendo para o abastecimento de Brasília, pois todas as manhas creio que pela madrugada, ele com a esposa e um filho — um dos que me denunciaram este fato — correm para sua granja e ali trabalham, um trabalho honesto e produtivo. E esse grupo informa, ainda, que os comerciantes que

possuem granjas em Brasília também estão intimados a abandoná-las.

Em síntese, aquele que não vai morar na granja, que não trabalhe com as próprias mãos, ali, então poderá possuí-la, mesmo que inverta capitais no seu desenvolvimento.

E o que aconteceu e está acontecendo em Brasília? Mais de quatrocentas chácaras, do desse setor, e pelas bandas de Jaguatinga, nos confins de Taguatinga, estão paralisadas!

Todo o povo brasileiro sabe que o médico, que ganha na cidade e emprega os seus recursos numa propriedade, desenvolvendo-a, dando-lhe condições de progresso e desenvolvimento, o bacharel em Direito, o engenheiro, o funcionário, o militar — e na diversos que assum estão fazendo — nesta etapa da vida nacional, estão prestando um serviço mercedário. Ao invés de emprestarem dinheiro a juros de 5% e de 10% ao mês, de emprestarem ações vencendo juros de 3% reajustáveis, 3% ao mês, eles se dedicam a uma atividade que não lhes proporciona uma renda com a qual eles pudessem viver, se não dependessem para tanto, com a dignidade que o ser humano exige.

Sr. Presidente, esta aí um Congresso Agrário Nacional reunido. Ora, e nobres Senadores como é que um homem sem capital nenhum e sem auxílio do Estado pode desenvolver uma atividade agropastoril nesta Nação?

Eis este quadro que a última estatística fruto do censo de 60, nos apresenta. A área total dos estabelecimentos agrícolas do Brasil naquele tempo, era de 265.450.800 hectares.

A área usada para a lavoura era de 29.759.763 hectares. O número de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares era de 1.499.545. A área desses estabelecimentos agrícolas era de 5.923.077 hectares. A área média, a área da lavoura, 3.930.261 hectares. Estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares: 32.825, 1% do total. A área total, dessas estabelecimentos: 125.573.925 hectares. A área da lavoura: 3.421.127 hectares, menos que a área destinada à lavoura pelos estabelecimentos de menos de 10 hectares.

Sr. Presidente como vivem esses pequenos proprietários, ontem nós dissemos. Não vamos repetir hoje. E, quando alguém deseja empregar parte dos ganhos obtidos nas atividades citadinas numa propriedade rural, numa granja, como é o caso aqui de Brasília, este é o fato, encontra aquele impedimento a que me referi anteriormente e que é difícil de aceitar-mos como uma realidade, não fosse a idoneidade moral daqueles funcionários que nos procuraram.

Ao mesmo tempo, um pai, com um técnico em agricultura dos mais conceituados deste País, procurou-me, hoje, para me dizer que pessoa de sua família, um jovem que estava terminando o curso ginasial da escola técnica de agricultura de Planaltina, também havia sido desligado da escola. E ficou de me trazer o boletim escolar desse jovem que revela, nas notas que ele vinha obtendo, a sua capacidade e a sua vocação para os estudos agrícolas deste País. Ontem, protestei quanto à expulsão de outro jovem, sendo um boletim que dizia da capacidade do aluno num país em que um mogo que procura uma escola de veterinária, uma escola de agricultura, é um herói que mereceria louvores, é um vocacionado, porque, só por muita vocação e muito espírito de despreendimento, um jovem, num País como este em que quem trabalha na terra ou é considerado como criminoso ou como pária, ainda se destinada a uma carreira com a da Agricultura.

Fica, portanto, mais uma vez, marcada a nossa posição: cumpriremos com o nosso dever, haja número para deliberar ou não, até o fim. E, toda vez que os injustiçados me procurarem, serei o seu porta-voz, honrando este mandato até o fim, sem ceder às pressões, embora me preocupando com as críticas.

Atravessamos uma fase difícil, a Humanidade inteira atravessa e o Brasil faz parte dessa Humanidade. Há como que uma tendência pronunciada para os Governos de força ou os Governos ultra-fortes, em quase todo o mundo.

O espírito daquele megalomaniaco que levou a Humanidade a uma das mais terríveis guerras de destruição, como que paira sobre o Mundo, nos infernos, deve estar rindo. Hitler deverá estar dizendo: Fui aniquilado, mas os meus propósitos aí estão, a minha maldição aí está. O que eu desejei. O mundo acorrentado, moços clamando sem que a sua voz seja ouvida, trabalhadores e intelectuais lutando por uma vida melhor e o seu clamor relegado ao esquecimento.

Sr. Presidente, mesmo assim, reconhecendo esta marcha batida para os regimes de força ou os regimes ultra-fortes, como que algumas, no Brasil, na Argentina, na Itália, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na União Soviética, na Tcheco-Eslôvaquia, na China, em toda parte, alguns numa luta desigual como que procuram impedir que a pedra enorme que vem rolando do cume da montanha esmague o resto de liberdade que ainda existe.

Defrontamo-nos com um sistema que foi criado e que se alarga, e o setor democrático está cada vez mais ficando reduzido.

Mas então, já houve uma palavra do Senador Josaphat Marinho a favor da ditadura, quer na extrema direita, quer na extrema esquerda. Já houve alguma palavra pronunciada aqui no Senado, pelo Senador Argemiro de Figueiredo a favor de qualquer tipo de ditadura? E o orador que está na tribuna, é velho democrata, socialista-democrata que não entende socialismo sem liberdade, já se pronunciou alguma vez a favor de qualquer sistema ditatorial? Então, por que milhares de homens, milhares de intelectuais, milhares de estudantes coagidos, vêm sendo combatidos, vêm sendo ignorados, vêm sendo ignorados, vêm sendo anulados, quando sua tese — e a defendem com ardor e com convicção, — é porque se construiu um mundo em que a dignidade da pessoa humana seja respeitada, o direito de ir e vir, dentro dos quadros constitucionais e legais, seja reconhecido, em que a cultura seja respeitada, em que o ensino para construção e não para destruição?

Então, reconhe-se quem combate a ditadura, seja ela qual for, só está numa e o democrático. É curial, é lógico.

Assim, Sr. Presidente, protestamos, mais uma vez, contra essa outra desumanidade, e estamos informados de que são dezenas de moços que, injusta e desumanamente, foram desligados, isto é, afastados da Escola Técnica de Agricultura, mantida pelo MEC, que era apresentada ao Brasil como uma das coisas raras da Capital da República, da nossa Brasília.

Sentiram, inclusive, os meus inimigos gratuitos ou não, que ficando as palavras aqui ou saindo daqui, pressões sob esta abóboda de cimento, ou soltar pelos órgãos de propaganda, há um grupo, que, se cair, cairá, de pé, lutando sem tergiversações, sem insultos, sem usar de termos inadequados, defendendo sempre e sempre a verdade, o direito, a justiça e a dignidade da pessoa humana. (Muito bem. Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Dinarte Mariz
Eduardo Catalão
Lino de Mattos
(Guido Mondim) — Deveríamos passar à Ordem do Dia. Entretanto, por insuficiência de quorum, deixaremos de apreciá-la, eis que a matéria se encontra toda ela em fase de votação.
Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordenária de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1968 (oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 555-68), que torna

sem efeito a Resolução nº 83, de 1967.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 725, de 1968, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda — Banco Central —, informações sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE).

Votação, em turno único, do Requerimento nº 848, de 1968, pelo qual o Sr. Senador Dylton Costa solicita informações ao Poder Executivo, através do Ministério da Fazenda, sobre os estabelecimentos bancários que, de cinco anos a esta data, entraram em regime de liquidação, e faz outras indagações.

O SR. PRESIDENTE

(Guido Mondim) — Está encerrada a sessão.

(Levantá-se a sessão às 16 horas e 30 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 1968

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Peirão Portela, presentes os Srs. Senadores Josaphat Marinho, Mello Braga e José Leite, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer por motivo justificado os Srs. Senadores Domício Gondim, Júlio Leite, Atílio Fontana e Arthur Virgílio.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara número 87, de 1968, que "cria na 8ª Região da Justiça do Trabalho, 9 (nove) Juntas de Conciliação e Julgamento" o Sr. Senador José Leite apresenta parecer favorável com 3 (três) emendas. O parecer do Sr. Relator é submetido à discussão, posto em votação e aprovado.

Ao Projeto de Lei do Senado número 40, de 1968, que "altera a redação do item III do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, aumentando as hipóteses em que o empregado optante poderá utilizar a conta vinculada", o Sr. Senador Mello Braga apresenta parecer favorável. Em atenção à solicitação do Sr. Senador Josaphat Marinho, fica adiada a discussão do referido parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista incumbida do Estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

ANEXO DA ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 1968.

Integra do apanhamento taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Haverido número legal, declaro aberta a sessão.

procedência de meus comentários, análises e conclusões, aos quais de-seje conferir um cunho interpretativo e afirmativo de política global. Desta maneira julgo melhor situar os objetivos da exposição de um Secretário de Estado que se defronta com honrosa, mas difícil incumbência de satisfazer às legítimas preocupações de uma Comissão Parlamentar deste porte.

4. Na representação do quadro geral da situação econômica do Estado da Guanabara é possível e proveitoso o exame dos problemas agropecuários, não só tomando a Guanabara como produtor mas, acima de tudo, como grande centro de consumo e mercado para a produção agropecuária dos Estados da região Centro-Sul.

5. Lateralmente, julgo indispensável considerar a tese do chamado "esvaziamento da Guanabara", para concluir pela sua improcedência.

Conforme eu havia solicitado da benevolência do Sr. Presidente, agora peço aos demais Membros da Comissão Mista, parece-me que facilitaria muito a compreensão do meu trabalho se, vez por outra, saísse do meu depoimento escrito para ilustrar a exposição com alguns aspectos estranhamente peculiares e interessantes pela posição que tenho de assumir como responsável pelos assuntos agropecuários do Estado, cuja produção agropecuária não chega a 1,5 por cento na constituição da renda interna da Guanabara. E a respeito do chamado esvaziamento da Guanabara, eu pediria a atenção para este fato:

(Lendo)

Uma vez que certa diminuição do ritmo do desenvolvimento econômico do Estado da Guanabara, puramente ocasional, deveu-se a causas facilmente identificáveis, decorrentes de períodos de crise econômico-financeira e político-institucional, de âmbito nacional, mas de reflexos e consequências agudas na Guanabara.

A esse respeito recentemente o Governo do Estado endereçou ao ilustre economista Dr. Gudin uma carta aberta e que sintetiza, com muita propriedade, o pensamento do Governador a respeito da situação verdadeira da economia do Estado, e não com aparentes deformações que se procura apresentar. E, no contexto dessa carta, está reproduzida uma série de documentos que me permito deixar com o Sr. Relator, como subsídio complementar a esse cofo de exposição. Há um aspecto extremamente importante, qual seja o Governador da Guanabara, ao defender a posição global da economia do Estado, como seu desenvolvimento, criar a idéia de que, na discussão, no diálogo do problema referente à tese de desenvolvimento da Guanabara, uma vontade houve: criar uma mentalidade atenta, especializada, por parte daqueles órgãos indispensáveis ao processo democrático e que não são somente as caixas de repercussão das angústias dos contribuintes, da opinião pública, mas que depois se transformam em medidas positivas, que os governantes devem apresentar para solução dos problemas.

Esou me referindo à Assembléia do Estado e ao Congresso Nacional, sem os quais será impossível atacar em profundidade, de modo a formar qualquer programa de atendimento das necessidades do desenvolvimento sócio-econômico do País.

Diz o Governador nesta carta ao Dr. Gudin:

"Diz em apelo..... aeroporto internacional supersônico..."

A devolução gradual e harmoniosa, ao Estado, das áreas inativas existentes na Guanabara para ocupação estritamente industrial e tendo como fim o barateamento dos terrenos para as indústrias,

Com grande satisfação vejo que, pela primeira vez, estamos iniciando uma reunião em cima do ponteiro. Talvez seja devido à boa vontade com que acolheu o nosso chamamento o Dr. Armando Salgado Mascarenhas, Secretário de Economia do Estado da Guanabara, que muito gentilmente se dispôs a vir perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito prestar esclarecimentos, para que possamos levar ao Senhor Presidente da República o seu depoimento que, estamos certos, será dos mais proveitosos para os trabalhos desta Comissão.

Com a palavra o Dr. Armando Salgado Mascarenhas. Quero dizer que o senhor dispõe do tempo que quiser para fazer as explicações. Depois usará da palavra o Sr. Relator, Deputado Breno da Silveira, após o que, cada Parlamentar, quer desta Comissão, quer não, terá 10 minutos para formular perguntas ao depoente. Teremos então um relato completo desta Comissão, que irá fazer parte do nosso acervo e será, como disse, levado ao Presidente Costa e Silva.

O DR. ARMANDO MASCARENHAS — Sr. Presidente Sr. Relator, Srs. Membros da Comissão, meus companheiros de trabalho:

"Lê".

A

Ao agradecer esta magnífica oportunidade para prestar esclarecimentos sobre os pontos de vista e projetos do governo do Estado da Guanabara a respeito dos temas em exame nesta Comissão Mista, peço venha para, inicialmente, transmitir, aos ilustres parlamentares presentes, mensagem de apreço e reconhecimento do Governador Francisco Ne-grão de Lima.

2. As apreciações e análises que submeto à alta consideração da Comissão Mista se esteiam nos dados e elementos de juízo de natureza técnica, contidos nos dois elementos que encaminhei ao Relator: A) "Diagnóstico Preliminar da Guanabara" e B) "Relatório do Secretário de Economia", 1967. Em matéria de pesquisa, levantamentos e análise técnica sobre a economia da Guanabara, o "Diagnóstico" é praticamente exaustivo, pelo que me eximo de repetir nestas notas partes ou o todo de seus capítulos. O "Relatório" reflete razoavelmente as atividades da Secretaria de Economia, incluindo os órgãos de administração direta e os de administração indireta, a ela jurisdictionados — COREG, COCEA, Junta Comercial.

3. Em ambos os documentos, os Srs. Membros desta Comissão Mista se servirão encontrar todas as informações necessárias para aferir a

Em síntese, as principais causas do esvaziamento econômico da Guanabara são as seguintes:

- 1.º elevação de impostos e taxas após a autonomia;
- 2.º crise energética a partir de 1961;
- 3.º crise da construção civil;
- 4.º efeitos da mudança da capital;
- 5.º crises político-sociais;
- 6.º contenção do nível salarial.

Este documento, que é um diagnóstico preliminar da Guanabara extremamente atualizado, chega a algumas conclusões que, se não forem bem interpretadas pelos diversos órgãos estaduais e pela opinião pública, podem levar a grandes preocupações o Governo. Do documento, por exemplo, constam números segundo os quais a renda per capita teria sido, em termos absolutos, inclusive teria havido perda da posição relativa do Estado da Guanabara.

Chamo a atenção dos Senhores Congressistas para este quadro aqui (exibe), que rabiscamos, que praparamos à noite, pedindo desculpas por este tipo de apresentação informal, mas é, pelo menos, autêntico. Eu mesmo redigi esses papéis.

Esse quadro vai dar a explicação de algumas pressões de ordem econômica sobre o poder aquisitivo da população do Estado da Guanabara.

Ele representa o salário-mínimo médio do Estado da Guanabara devidamente deflacionado.

Em 1959, era 467 — esqueçamos os índices tal, como apresentados à opinião pública — e, deflacionado, atinge, em março de 1968, 3,48.

Se cotejarmos esses dados, de 3,54 em fins de 1966 e princípios de 1967, com os números referentes a 1960 e 1961, que é o tal período em que começa o esvaziamento da Guanabara, notaremos que esse percentual negativo contra 1966 representa exatamente 24,6. Representa o seguinte: uma perda do poder aquisitivo de uma grande, de uma ponderável massa que participa não só da formação da rede interna do Estado da Guanabara, mas e acima de tudo do mercado de consumo.

Pego licença para salientar que faz sentido trazer à colação esses dados, porquanto o mercado da Guanabara é o mercado concentrado mais importante do Brasil, quanto ao consumo dos produtos agropecuários.

E à afirmativa de que o Estado da Guanabara não tem títulos para discutir aqueles problemas fundamentais, eu responderei que os tem e até em demasia — para ter voz no capítulo e dar algumas informações que sirvam, acima de tudo, ao Governo Federal, nas suas políticas creditícias, de amparo, inclusive de reforma agrária para interpretar justamente qual a posição global do País, em termo de economia agropecuária. Mais ainda: esses números são mais impressionantes, porquanto estas faixas, só do ponto-de-vista de funcionalismo público — federal e estadual, — apresentam os seguintes dados: a União não contando as Forças Armadas, ainda tem no Estado da Guanabara cerca de 210 mil funcionários. Destes, cerca de 65% — portanto mais de 130 mil — estão na faixa de um a um e meio salário-mínimo de remuneração mensal. Que ocorre? Considerado como multiplicador mínimo, — já não digo regionalmente, nem nacionalmente, mas internacionalmente para um País que atingiu o estágio de desenvolvimento econômico do Brasil — fôssemos multiplicar cada uma dessas unidades por 5 dependentes, representa uma massa de 650 mil pessoas. Isto no plano federal? E o estadual? Tem cerca de 145 mil funcionários, pagos, direta ou indiretamente, pelos cofres públicos. Esta faixa, entre um e um e meio salário-mínimo, foi a mais comprometida pelos dados irretorquíveis, porque não há como fugir, pois essa deflação é

perfeitamente calculada com índices da ordem, também, de 60%. Portanto, internacionais aprovados. A faixa é da ordem, também, de 60%, portanto, nunca menos de 9 mil pessoas. Ora, 90 mil funcionários, multiplicados por 5, dá 450 mil.

E temos aí um milhão e cem mil pessoas colaborando tremendamente para uma compressão do poder aquisitivo do Estado da Guanabara. Evidentemente, com diversos reflexos na economia do Estado e, também, eu diria, na economia nacional.

Outro ponto importante é o seguinte, tendo em vista que, na composição do produto estadual bruto, a produção agropecuária entra apenas com 1,2%, e que a indústria de atividade secundária com cerca de 25% e a terciária, como seja serviços, comércio, atividades financeiras e atividades ligadas ao poder governamental, representa cerca de 75%, ocorre que, nesse período entre 1961 e 66, a atividade brasileira que menos sofreu com as crises cíclicas de processos econômicos, estagnação ou retrocesso, foi a atividade primária, a atividade agropecuária. E a crise atingiu sempre mais a indústria e, demais, as atividades terciárias — comércio e outras.

Portanto, o Estado da Guanabara não teve uma base sólida de produção agropecuária para contrarrestar, para, de alguma maneira, evitar que certas crises cíclicas atinjam com maior agudeza.

E não podemos deixar de assinalar outros aspectos importantes. E que o produto bruto da Guanabara representa 18%, hoje, no Brasil, como um todo. E curioso, o produto bruto da Guanabara, portanto a renda interna da Guanabara, corresponde, atualmente, em dados atuais, à despesa total da União.

Mas voltarei a este quadro novamente. Então quer dizer:

(Lendo) "6. A Guanabara apresenta-se como um Estado de economia sui generis dentro do Brasil, em cuja economia ainda predominam as atividades primárias agropecuárias. Enquanto que no Estado da Guanabara o setor agropecuário não chega a participar com 1,5% na formação do produto estadual bruto.

B

7. Na Guanabara a Indústria contribui com cerca de 24,5% da Renda Interna, ficando quase 74% para o Setor de Serviços (Comércio, atividades financeiras, Governo, etc.).

A média brasileira desses percentuais é a seguinte: Setor agropecuário, 25,3%; Indústria, 32,5%; Serviços, 42,2%. Vê-se, desde logo, que parte das dificuldades conjunturais da Guanabara vincula-se à peculiaridade de sua estrutura econômica.

8. Os períodos de recentes crises econômicas nacionais indicam claramente que os setores mais afetados foram, pela ordem, o industrial e o de serviços. As atividades primárias absorveram, com menor desgaste econômico, os efeitos dessas crises. Não nos surpreende, pois, quando os dados numéricos apontam uma perda de posição relativa da Guanabara em termos de produto real e renda per capita vis à vis à média brasileira nesses períodos.

São óbvias as razões da diminuta participação do setor primário na estrutura da economia da Guanabara: cidade-Estado, onde o fator terra é escasso e altamente valorizado, tornando praticamente proibitivos os custos da produção agropecuária, se bem contabilizados seus componentes.

9. Afora este aspecto, é importante o fato de ter o Estado da Guanabara a mais alta renda per capita do Brasil, o que vai equilibrar a balança do outro lado, pela existência do

maior e mais comentado mercado de consumo do Brasil.

10. Outro aspecto relevante a considerar, de acordo com estudos recentemente efetuados, é o fato de ser a população da Guanabara aquela que apresenta, no Brasil, a maior propensão para investir e poupar.

Eu confesso que até para nós estes dados foram uma surpresa. Pensei que fosse o Estado de São Paulo, mas a diferença percentual é altamente favorável à Guanabara.

Dai, a segunda grande tônica da situação exata da economia do Estado, aquela referente ao apreciável desenvolvimento alcançado no chamado mercado de capitais, contraponto de uma das vocações irretorquíveis do Estado, que é a de ser o centro de comando das mais importantes operações financeiras do País.

11. Dessa verificação, decorre uma série de providências tendentes a dinamizar o funcionamento das diversas bolsas do Estado da Guanabara, como a Bolsa de Valores e a Bolsa de Mercadorias, e da Junta Comercial.

12. Em períodos de recessão no Brasil, como 1961-66, já disse que os setores Indústria e Serviços foram os mais afetados.

Ao lado disso, as indústrias que mais sofreram nesses períodos foram aquelas das indústrias mais importantes do Estado da Guanabara:

- a indústria de construção civil;
- a indústria têxtil.

13. A indústria de construção civil é vital à economia do Estado da Guanabara, não só pela capacidade de absorver investimentos e função nitidamente social, mas, devido ao acelerador que representa: cada cruzeiro investido na indústria de construção civil, imediatamente se multiplica por 4, em termos de mão de obra não qualificada, tributos, insumos em larga escala de materiais de construção e bens de construção, etc. de maneira que a estagnação desta indústria acarretou, realmente, sérias dificuldades para a Guanabara.

Devo dizer que há um excelente trabalho preparado sob a orientação de um dos mais operosos Departamentos de minha Secretaria, o Departamento de Expansão Econômica, por uma firma de muita responsabilidade, de bons brasileiros integrada pelo Sr. João Paulo Almeida Magalhães.

Este aspecto dos problemas relacionados com a indústria de construção civil merece uma leitura atenta, uma vez que apresenta dados indicativos, inclusive para perfeita compreensão de vários problemas da maior gravidade para a programação do desenvolvimento harmônico, equilibrado, social da chamada área metropolitana do grande Rio. (Lendo)

14. Dai o governo Negrão de Lima ter-se preocupado tanto em retomar o ritmo das obras públicas e haver, através da COPEG, procurado criar estímulos para a recuperação do setor. A COPEG, tão logo lhe foi possível, criou condições para funcionar como agente financeiro do Sistema Nacional de Habitação, obtendo logo a Carta Patente nº 1, como Sociedade de Crédito Imobiliário e se lançou num programa vigoroso de captar recursos para fomentar a indústria, incentivar empreendimentos habitacionais e consolidar o Sistema.

E aí uma observação que me dá muito prazer trazer, em primeira mão, a esta Comissão. E que, passado o que chamamos de fase heróica da COPEG como agente financeiro no sistema habitacional, em que atingimos níveis que nem nós mesmos imaginávamos, não só como capacidade de carrear poupanças populares para o sistema assim como obter uma colaboração cada vez mais crescente, mais efetiva do Banco Nacional de Habitação,

passamos para uma segunda fase, durante a qual estamos procurando dar maior atendimento a certas faixas populacionais que são aquelas de maiores dificuldades em termos de escassez habitacional.

E vemos que os empresários que estão procurando se beneficiar no sistema financeiro de habitação, comandado pela COPEG, na Guanabara, estão procurando exatamente agora a zona rural para a programação de seus novos empreendimentos e todos esses empreendimentos em grande alcance sócio-econômico, porque inclusive nesses novos empreendimentos estamos procurando evitar, digamos, incompatibilizar o morador com a comunidade que o rodeia, inclusive se programa e se financia uma empreitada grande na zona rural, nós, em princípio, não facilitamos que sejam projeções verticais. Demos preferência às casas com pequenos quintais, inclusive permitindo que os professores dos grupos escolares que, lá, serão necessariamente implantados, vão incentivando, na criança, um grande apreço à terra.

(Lendo)

15. No campo de outras atividades industriais, especialmente da têxtil, metalurgia e produtos alimentares, as dificuldades desses períodos de crise não foram menores.

16. Infelizmente, o empresário da Guanabara, no período final da segunda guerra mundial e nos primeiros anos do pós-guerra, se supercapitalizou.

Passados 20 anos, grande parte do equipamento ficou obsoleto; a supercapitalização do capital fixo continha reservas que deviam ter sido aplicadas para melhorar a condição do capital de giro das empresas, e elas se encontravam numa situação estranhíssima: trabalhando com baixa produtividade, com excesso de equipamento e falta de capital de giro. Tendo que se atualizar, encontram-se altamente mobilizadas, sem capital de movimento e, geralmente, localizadas em áreas extremamente valorizadas.

17. O Rio, com sua condição muito peculiar, tendo a sofrer as pressões enormes em matéria populacional e com seu déficit habitacional, a tendência é de valorização de grandes áreas urbanas, inadequadas à situação de muitas das indústrias instaladas em zonas onde não deviam estar.

18. Só recentemente é que essas empresas estão considerando, em termos de seus custos o que representa este tipo de imobilização: má localização, áreas desaproveitadas, uso de equipamento já obsoleto — equipamento, portanto, com baixo índice de produtividade — e, também, com deficiência de capital de giro.

19. Analisando os fatos, no quadro da crise nacional, pode-se imaginar o que tem sido para o empresário da Guanabara superar as dificuldades, sem ceder a tentações de abandonar a Guanabara, ou de aproveitar dos incentivos do Imposto de Renda e buscar na área do Nordeste ou do Norte a solução de suas aflições financeiras. Ou então concorrer para a desnacionalização das empresas nacionais.

Justamente para evitar essas ameaças é que nós estamos seriamente empenhados em promover, cada vez mais, o desenvolvimento harmônico do Estado e, acima de tudo, preparar uma soma cada vez maior de investimentos produtivos, uma infra-estrutura adequada à melhoria das indústrias existentes, à implantação de novas indústrias, à expansão daquilo que está em condições de se expandir em benefício da coletividade. (Lê)

20. Outro ponto digno de nota é a questão energética, responsável por situação peculiar e muitas vezes difícil da Guanabara.

Na parte da água, a Guanabara está conseguindo solucionar o problema, muito embora sempre sob tensão, porquanto a maioria de seus mananciais está fora do Estado.

21. Não menos sério o problema da energia elétrica. Até há dias, todo o potencial energético consumido na Guanabara era produzido fora da Guanabara; a distribuição é de uma concessionária e a Guanabara entra apenas como o poder cedente. E quando acontece alguma crise, a atuação do Governo do Estado da Guanabara é condicionada por tais aspectos, dependendo de entidades federais da concessionária para solucioná-las.

A experiência demonstra ser muito difícil a opinião pública entender essa situação. Geralmente, quando acontece uma crise de energia, como a provocada em 1967 pela catástrofe da Serra das Araras, o Governo do Estado sofre várias vezes o ônus da culpa que não lhe cabe.

C

22. Pelo contrário, o Governo mobilizou todas as suas forças para contrarrestar os efeitos da crise, atuando junto ao Governo Federal e pressionando a concessionária para a rápida adoção de medidas tendentes a normalizar o suprimento energético à população do Estado. Entre várias providências tomadas na esfera da competência estadual, registra-se o financiamento, através da COPEG, de geradores para indústrias, estações de televisão e rádio, hospitais, etc.

23. Deve-se ainda assinalar que essa crise teve lugar no momento em que a Guanabara começava a sofrer o impacto do programa de conversão da frequência.

Devido a motivos que são do passado, e não nos cabe aqui criticar, nem analisar, a Guanabara era uma ilha de 50 ciclos, num mar de 60. De maneira que o nosso Estado estaria condenado a ficar de fora de toda a programação federal da Eletrobrás isto é, impossibilidade de usar a energia produzida pela rede de centrais elétricas da região Centro-Sul, em plena expansão. O programa de conversão de ciclagem, apesar de muito oneroso para o usuário — especialmente para as empresas industriais — está em pleno andamento e, breve, estará concluído.

Aqui cabe, inclusive, uma apreciação lateral. É que não é só por questão de estar atualizando o Estado da Guanabara, em termos de utilizar todas as fontes energéticas, que já estão sendo utilizadas pelos demais Estados. É que esse tipo de providência propicia aos Poderes Públicos Estaduais e, também, às entidades privadas poder discutir, um pouco, com os fornecedores de energia para verificar se é mais barata a energia produzida pela Rio-Light ou se a que vem de Furnas.

De maneira que esse é outro aspecto realmente importante para o Estado, cujo balanço de pagamento é raramente deficitário.

D

24. A inauguração da Termo-Elétrica de Santa Cruz, sábado passado, abre novas e melhores perspectivas para a Guanabara. Conforme bem assinalou o Senhor Ministro das Minas e Energia, aos 160 megawatts já instalados (116 da demanda atual do Estado), será somada breve a 2ª etapa da Usina, cujo potencial concluído atingirá 560 mw, ou seja, 50% da demanda prevista para 1970.

25. A complementação da linha de transmissão Furnas-Rio também favorece o consumidor da Guanabara, que passa a poder discutir a oferta de energia, não dependendo apenas do sistema São Paulo-Rio, mas entrando também no sistema de Furnas. Esta melhoria, ao lado da conversão de ci-

clagem, da existência de investimentos grandes na Rio Light, para aumentar a rede de distribuição, do equacionamento do problema da água, do aumento da taxa de investimentos em outros setores de infra-estrutura sócio-econômica como o viário, de telecomunicações, representam dados fundamentais para robustecer a economia da Guanabara.

26. A valorização da Zona Oeste da GB em muito dependerá do chamado anel rodoviário, que vai permitir a melhor circulação de pessoas, de bens e da produção em geral do Estado.

Dados sobre a importância do Plano Rodoviário do Estado, em conexão com a circulação de mercadorias, muito especialmente de produtos agropecuários daquelas fontes de oferta para o consumidor guanabarinense, estão contidas sinteticamente neste documento, que também deixo como subsídio. É basta dizer que, para a conclusão das obras do anel rodoviário, obras que serão concluídas ainda dentro do atual período governamental, são mais de vinte obras, quase todas de vital importância. Eu vejo sempre com satisfação o profundo interesse do Deputado Breno da Silveira, que sabe que o anel rodoviário vai representar nova área para conquista das planícies de Jacarepaguá e Santa Cruz, exatamente uma região que representa cerca de 75% da área do Estado e, onde atualmente é produzido apenas 2% do produto estadual. De maneira que a conclusão dessa realidade, o anel rodoviário, será de enorme importância, não só para o desenvolvimento adequado da chamada zona rural, mas olhando para um futuro, que espero não seja distante, que será igualmente fundamental para o prosseguimento equilibrado da chamada integração sócio-econômica da Guanabara — Estado do Rio de Janeiro.

(Lê)

27. A conquista definitiva das planícies de Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz irá propiciar bases firmes para se pensar, seriamente, em termos de integração sócio-econômica Guanabara-Estado do Rio. O processamento dos métodos integracionistas ainda, irá requerer expansão e melhoria dos sistemas de comunicação na área, especialmente as Telefônicas, a cargo da CTB e da CETEL. Para este último programa, inclusive, foi obtido, recentemente, através do Banco de Desenvolvimento e Investimentos COPEG, um crédito de US\$ 3.000.000 junto a Banco privado de Nova Iorque.

Esse ponto é importante, porque permite ressaltar uma conclusão, a meu juízo meridiana, uma série de indagações de ordem financeira, tendentes a aumentar a capacidade do Estado de investir em benefício da comunidade, buscando-se recursos com anuência expressa da rede de bens privada da praça de Nova Iorque.

Portanto, esse tipo de negociação não traz qualquer conteúdo de simpatia política em seu bojo. Foi uma negociação estritamente comercial, baseada em duas coisas: confiança recíproca e credibilidade do solicitante dos financiamentos. E mais ainda: essas negociações foram colocadas numa dimensão menor, em termos de suas conclusões, por decisão dos negociadores do Estado da Guanabara que julgaram inoportuno, a esta altura dos acontecimentos, endividar em demasia não só o Estado da Guanabara, mas o orçamento de câmbio da União. Todas essas negociações foram, é evidente previamente aprovadas pelas autoridades federais, pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central. Mas a observação que queria assinalar e que me parece importante é que, como se sabe, essas tradicionais entidades de crédito comercial da

praça de Nova Iorque são extremamente bem informadas. Quase todas têm representação no Brasil, inclusive no Estado da Guanabara e apreciam o desenvolvimento de todos os fatos políticos, sociais e econômicos do País. Essas entidades sabiam tudo sobre as negociações dessa natureza, inclusive qual o destino dos financiamentos e que não seriam para as atividades comerciais, industriais, de pecuária ou aproveitados de agricultura, e sim para obras de infra-estrutura. Pode-se imaginar, então, o grau de credibilidade de que hoje desfruta o Estado da Guanabara na praça de Nova Iorque, o que me parece extremamente desvanecedor para quem procura dar uma contribuição para essa imagem.

28. O esforço do Governo na criação de uma nova imagem nos leva a incrementar e programar uma série de investimentos de alcance econômico-social como o definitivo equacionamento do problema do metropolitano. A colaboração com o Governo Federal para solucionar o problema da ponte Rio-Niterói, soma-se a caracterização das alternativas que oferece a Cia. Siderúrgica da Guanabara. A reformulação do problema da COSIGUA confere viabilidade à construção de um terminal marítimo da Baía de Sepetiba para atender não só à exportação de minérios por um porto da Guanabara, mas também às atividades dos distritos industriais que pretendemos instalar em Santa Cruz a uma eventual zona franca, contígua ao terminal marítimo. Neste último caso, adotaremos nova mensalidade de se adaptar o estatuto das chamadas zonas francas a uma zona franca industrial, onde se pretende exportar, acima de tudo, mão de obra nacional, agregada a produtos semi-acabados.

29. Outro item dessas projeções tendentes revolucionar a imagem do Estado é a questão do aeroporto super-sônico, para a qual o Governo do Estado tem procurado apresentar todos os subsídios a fim de robustecer a decisão dos órgãos competentes favorável à instalação do aeroporto na zona de Santa Cruz, ou mesmo com a expansão do Galeão, mas na Guanabara.

30. Vamos também para breve o eventual estabelecimento, na Guanabara, de uma usina termo-nuclear, perspectiva que se consolidará com a experiência da termo-elétrica de Santa Cruz, futuro centro da tecnologia do setor.

Como bem disse o Engenheiro João Cotrim, confirmado pelo brilhante discurso de inauguração, proferido sábado, pelo Ministro das Minas e Energia em nome do Sr. Presidente da República essa usina termo-nuclear, a maior do Brasil, será, necessariamente, o grande centro de tecnologia, para o futuro aproveitamento, em termos de energia a ser consumida industrialmente e socialmente, da energia nuclear, porque a única coisa que se muda, no particular, é o combustível. No fundo, em vez de se utilizar o carvão ou o óleo diesel, passa-se a utilizar o urânio, — para a produção do vapor.

31. O chamado "desenvolvimento comunitário" consiste na total incorporação de grandes massas urbanas marginalizadas ao grande mercado de consumo de bens e de serviços na Guanabara.

32. Este programa, que talvez seja, de todos, o mais ambicioso, é aquele contido na criação da CODESCO (Cia. de Desenvolvimento de Comunidades), subsidiária da COPEG. Buscamos atender naquelas favelas recuperáveis, a população sob-normal elevando seu nível de vida levando a cabo as necessárias obras de infra-estrutura, integrando, definitivamente, o morador marginalizado

na grande comunidade da qual ele, necessariamente, deveria fazer parte.

É assunto vital para o Estado da Guanabara, vital para a chamada região metropolitana do Grande Rio, e muito atual, porquanto já são de todos conhecidas as medidas, inclusive em boa hora adotadas pelo Governo federal, no sentido de dar cunho do mais alto nível ao equacionamento do problema.

A posição do Estado no problema "favela", para os órgãos estaduais, é apenas uma solução ruim.

A criação do novo órgão, buscando mais recursos, correspondendo à atuação dos órgãos estaduais de operar na área do chamado "Grande Rio", trará certos benefícios generosos para as promações estaduais respectivas.

Do ponto de vista da Guanabara, grande parte das nossas esperanças repousam no êxito da chamada Códeseo, a respeito da qual, sinteticamente, também me permito deixar uma memória.

É devo dizer que tudo que se fez até então, neste Setor — e muito que se fez deve-se a meu companheiro de trabalho, Dr. Sílvio Ferraz, que é um jovem profundamente convicto, acima de tudo, na realidade social brasileira e que repele, como eu repilo, certas tentativas de buscar soluções inadequadas ao problema sócio-econômico das chamadas favelas — a melhor maneira é elevar o nível de vida dessas comunidades; para integrá-las definitivamente às comunidades válidas e colocá-las em condições de utilizar definitivamente todos aqueles serviços de ordem geral que o Estado, por força de seus próprios deveres, oferece a toda a população da Guanabara.

E a nossa convicção é tanto mais forte, quando já passaram cerca de ano e meio de pesquisas de campo, que estamos efetuando nas chamadas favelas de grande importância, como Braz de Pina, Marcellino Dias, Morro União, e o que conhecemos e está feito na Favela Jacarezinho, que representa um décimo por cento da população favelada do Estado da Guanabara, com cerca de 1.000 habitantes, e onde três professores, da maior reputação, da Universidade do Texas, comandados por um mestre de Urbanismo em matéria de desenvolvimento de urbanismo, de desenvolvimento social, chegaram à conclusão de que nesta altura dos acontecimentos, na chamada Fazenda de Jacarezinho, seriam gastos 51 milhões de dólares.

Pergunto: O Brasil é suficientemente rico para jogar no ar 51 milhões de dólares? Acho que não.

De maneira que o que se deve fazer é, acima de tudo, melhorar o que é recuperável, e que pode e deve ser arrumado. O que não pode ser recuperável deverá ser analisado para posteriores melhorias. E inclusive deveriam ser criadas condições novas, a fim de que se juntasse trabalho e habilitação. Porque isto é toda a base filosófica da nossa chamada marcha para o oeste, de valorização das planícies de Jacarepaguá — Campo Grande — Santa Cruz, procurando a criação de incentivos em que fossem aproveitadas condições de melhorias para os que moram longe do local de trabalho, para os que levam duas ou três horas para chegar ao seu local de trabalho e que já vão trabalhar subalimentados.

Esta é a base filosófica dos esforços de valorização que estamos procurando realizar, mas, ainda para este tipo de trabalho em que há exemplos até mesmo internacionais inclusive com o apoio financeiro do chamado tipo de empréstimo mole de Entidades Internacionais, como a Agência Internacional do Desenvol-

vimento, chamada USAID, por que? Porque a própria USAID, desapontada e desencantada por certas soluções para as quais contribuiu, como por exemplo a retificação do transplante puro e simples de favelados, feita para zonas distantes, vendo o resultado triste desse tipo de política, hoje ela mesmo se corrigiu e a primeira a estimular esse novo tipo de solução, que é aquela que está sendo usado nas chamadas zonas pobres dos Estados Unidos da América do Norte, onde parece absurdo haja problema também de grande atualidade para o desenvolvimento das áreas subdesenvolvidas da maior potência econômico-financeira do mundo — Os Estados Unidos da América do Norte. Esse é o plano mais absurdo mas, por isso mesmo talvez o mais humano e, por isso mesmo, talvez aquele que mais entusiasma nos desperta, porque comungamos do princípio de que a arte de governar é, acima de tudo, despertar entusiasmo dos governantes e governados para os projetos que devemos realizar em benefício da comunidade.

33. O instrumento básico de todas essas medidas para acelerar o desenvolvimento econômico da Guanabara é o Banco de Desenvolvimento e Investimentos COPEG S. A., recentemente criado e já em pleno funcionamento. O BANCOPEG deve produzir seus efeitos a curto e a médio prazo — vindo a servir — outrossim, para acelerar uma programação econômica e equilibrada, nos quadros da chamada integração sócio-econômica da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro.

34. Com a assinatura, em 1967, da Carta de Brasília, no Primeiro Congresso Nacional Agropecuario, os principais problemas de racionalização da economia agropecuária brasileira estão identificados. As soluções para esses problemas têm de ser encontradas paulatinamente porque muitos deles são seculares, com reflexos negativos, não só na economia agropecuária, senão também nas atividades do comércio e da indústria do Brasil e como a Guanabara ainda é a Caixa de ressonância das angústias nacionais e dos efeitos bons ou maus das medidas governamentais, temos o dever de apresentar algumas observações sobre esses assuntos.

35. Nesse sentido, cumpre evidenciar os problemas referentes à maior flexibilidade do crédito rural, à mecanização da lavoura e à tributação. Por outro lado, a comercialização dos produtos agropecuarios continua — aquém dos resultados obtidos pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e dos órgãos que operam na área da produção agropecuária e do abastecimento.

36. O caminho entre o produtor e o consumidor ainda é um caminho longo e muito árido e cheio de sinuosidades, provocadas pela existência de um número muito significativo de intermediações de bens essenciais ao abastecimento e operam tremendamente o orçamento do consumidor.

37. A verdade é que se somarmos os fatores negativos mais importantes: — inexistência de um sistema de transportes para a produção agropecuária razoavelmente adequado, inexistência de redes modernas de estocagem e de armazenagem, inexistência de um sistema de distribuição mais direta ao consumidor, o resultado desses fatores negativos explica porque se repetem no Brasil crises de abastecimento, que desfiguram muito a imagem positiva da ação governamental nesse setor, e desencantam o consumidor, defrontado com uma série de perspectivas favoráveis, — anunciadas em determinadas épocas, que se desmoronam, à medida que esses fatores negativos operam, pre-

judicando não só a economia do produtor, senão também a economia do consumidor.

(Lendo).

38. A posição do Estado da Guanabara nesse esquema é uma posição extremamente complexa, porquanto, não podemos ter influência definitiva ou significativa no processo da produção. Junte-se o fato de que é praticamente desprezível a produção agropecuária do Estado da Guanabara, e as perspectivas dessa produção são limitadas pelas dimensões do Estado e pelas vocações de outros setores muito mais produtivos, para a formação de riquezas em benefício da comunidade. Mesmo assim, podemos ter algumas pretensões de chegarmos a um percentual razoável, a caminho da auto-suficiência no setor avícola e no setor da pesca.

Neste ponto, permitam-me V. Exa. sair um pouco da leitura para apreciar outro aspecto.

Quando comparei a esta maravilhosa Capital que tão bem conheço, pois fui um pioneiro, no ano passado, para um Congresso Agropecuario para a Carta de Brasília, muito conversei com meus companheiros de trabalho para depois solicitar instruções ao meu Governador sobre que teses poderíamos nos apresentar.

Depois de analisarmos o problema fomos verificando que o fato mais importante e, realmente, conservarmos uma certa dose de humildade perante os assuntos. E verificamos que vários dos temas que poderíamos, — que pretendíamos apresentar teriam que, necessariamente, ser defendidos com muito maior vivacidade, com muito maior ousadia, com muito maior empenho e com muito maior elanamento à própria terra pelos Secretários de Agricultura de outros Estados.

Então, nos dispusemos a manter o diálogo constante com esses altos representantes de outras atividades em outros Estados da Federação, mas verificamos que havia um tema que, este sim, poderia ser apresentado pelo Secretário de Economia, que é o responsável pelos assuntos agropecuarios da Guanabara. Exatamente aquele que pudesse significar uma contribuição da Guanabara, apresentada como aquele ponto de encontro quase que necessário da vinculação das ideias brasileiras, do dinheiro onde são analisados, e até mesmo entrecrocados pontos de vista divergentes, para, muitas vezes, sair alguma ideia que represente o denominador comum em termos nacionais.

Dai as razões e os títulos que apresentamos para afirmar que um dos temas importantes examinados por esse Congresso realizado, mas também a ser examinado pelo próximo e pelos seguintes, é a implantação, no Brasil, de uma justiça rural, independente da Justiça Comum, sem o que qualquer processo de reforma agrária, no Brasil não digo que não se realizará mas demorará muito e vai frustrar as esperanças. E isso porque uma vez que, acima de tudo, o Estatuto da Terra a esta altura dos acontecimentos, quando temos especializações para atendimento do lavour do homem da terra, em todos os setores — esse labor do homem da terra, que é atendido por setor especializado de entidades sociais, — econômicas e financeiras da União, dos Estados e dos Territórios, inclusive internacionais — vai encontrar um ponto de estrangulamento de maior violência: é que não existe justiça especializada para aplicar o Estatuto da Terra.

Então, como a própria realização dos ideais contidos na legislação vigente sobre a reforma agrária é di-

ficil, porque continua encontrando e vai continuar assim, encontrando seria resistência, não tendo uma cadenciada de maior velocidade para adequada interpretação do Estatuto da Terra em todos aqueles litígios que representam, a meu juízo, a base da perfeita identificação em cada caso particular, em cada região, em cada interesse atingido, um dos pontos para não se criar um grau inadequado de estabilidade sócio-econômica, esse Estatuto não tem justiça própria.

Dai termos apresentado, no ano passado, uma proposição específica, que foi, para satisfação nossa, aprovada por unanimidade, para a criação de uma justiça específica. E apresentamos, inclusive um trabalho comparativo no que diz respeito a esse aspecto no Código Civil e no que diz respeito ao atual e vigente Estatuto da Terra. A nossa proposição está contida na "Carta de Brasília", uma recomendação para que seja prevista uma Justiça Rural para ordenar um conjunto de relações capazes de atender integralmente aos princípios da "Carta de Brasília". Em decorrência disso, uma das nossas preocupações é levar a cabo, no Estado da Guanabara, uma perfeita aplicação dos princípios da "Carta de Brasília" e conseguimos que o Governador do Estado concordasse em apresentar à Comissão de Reforma Judiciária do Estado, recomendação para reservar uma vara e uma câmara como privativas para julgar litígios da terra de forma uniforme, célere e com perfeito conhecimento de causa, numa autêntica emancipação da futura justiça agrária a ser implantada como unidade autônoma, e onde se julgar conveniente alterar a Constituição.

As outras medidas evidentemente, são medidas mais imediatas, mais práticas e que pudesse tomar, pudemos interpretar no espírito da carta de Brasília. Primeiro, fomentando o crédito agrícola, sempre com a participação do Banco do Estado da Guanabara e numa expansão com a maior celeridade dos empréstimos chamados rurais através da Companhia de Progresso do Estado da Guanabara.

E, devo dizer que dentro do sistema financeiro como é o nosso, em que a contabilidade é única e, portanto, nossas taxas não podem ser diversificadas, é a única exceção que fazemos às nossas considerações dos pedidos de financiamento. As taxas cobradas para financiamento rural são inferiores em cerca de 30% das taxas que cobramos para financiamentos industriais, imobiliários e capital de giro. Outro ponto, incentivo à indústria alimentícia.

No projeto de Carta de Brasília o segundo capítulo diz respeito à melhoria das condições de abastecimento e, portanto, dar aproveitamento mais adequado à produção agropecuária é valorizá-la porque, acima de tudo, o que vai valorizar muito as atividades agropecuárias uma indústria adequada e que, acima de tudo, renuncie, como deve ser remunerado o produto do trabalho da terra. Dai o esforço que estamos procurando fazer para identificar aquelas vocações prioritárias que estão sendo objeto e continuarão a ser, de nossas inversões maciças, colocar em cima com prioridade um, a indústria alimentícia. Por uma questão facilmente compreensível, temos que procurar dar um grande amparo a muitos setores que oferecem condições, apesar de sua pequena dimensão, para prosperar: as atividades avícolas e a pesca. Estamos também estudando os problemas da produção bovina, utilizando os métodos mais modernos de confinamento. A avicultura oferece possibilidade de prosperar e hoje já é responsável por cerca de 20% do con-

sumo do Estado. Até mesmo entidades radicadas no Estado da Guanabara, com sede ali, propõem-se a criar e vender. Como a oferta do produto nas épocas quase normais de abastecimento não atende à sua clientela, muitas delas importam o produto do Estado do Rio. Várias granjas que têm Kombis e não têm produção suficiente importam ovos. Acho isto tudo muito natural e continuamos incentivando, porque a nossa proposta incrementar certas inversões, — através da COPEG ou Guanabara.

No capítulo das isenções tributárias, ao produto da terra, e trouxe como subsídio escrito do próprio punho de meu ilustre amigo e companheiro do Secretariado, Dr. Márcio Alves, Secretário de Finanças, com quem ontem conversei longamente sobre problemas referentes ao ICM. E seu depoimento merece ser registrado nesta Comissão:

Diz S. Exa.

6. I. C. M. tem um grande defeito que é o de fazer incidir uma alta tributação nas fontes de produção, ...

Fato que os Srs. Congressistas têm debatido com justíssima veemência, em profundidade.

... Ficando atenuado o imposto (por incidir sobre valores acrescidos, em toda comercialização).

Esta alta tributação 17% na origem, é peculiarmente danosa para a agricultura e a pecuária que são setores de fraco poder financeiro, se examinados os contribuintes separadamente.

As condições peculiares da Guanabara, fazem com que em nosso Estado essa nova tributação não tenha sido tão danosa quanto nos Estados de economia predominantemente agrícola.

Isso porque quanto à pecuária, nossa produção é de gado pouco, que se comercializa com o aspecto de espécimes destinados à venda como "reprodutores".

Neste caso, por decisão dos Secretários na Fazenda da Região Centro Sul, foi concedido no último convênio do Rio de Janeiro um "crédito presumido" de 30%, fazendo com que a alíquota real se reduza a 17% — 30% = 11,9 + que ainda é alta, mas não tão violenta.

"Outro setor da atividade é o dos chamados hortigranjeiros, — avicultura, cunicultura, etc.

Na Guanabara essa produção, que é substancial, foi totalmente isenta.

Nos demais Estados, enquanto não for decidida a maneira de distribuir, entre os Municípios a parcela que lhes cabe no I.C.M., haverá ainda a tributação municipal que é de 3,4%.

Sou de opinião que d. veria, na reformulação do I.C.M., ser concedido por lei, às atividades agropecuárias um "crédito fiscal presumido" da ordem de 40%; para compensar todos os produtores pelas aquisições que fazem e que lhes dariam direito a crédito, mas que não aproveitam porque, como se sabe, a agricultura e a pecuária de uma maneira geral, não têm condições de possuir escrituras-mensais ou fiscais".

Essas notas pedi a S. Exa. que as desse por escrito.

O Secretário de Finanças do Estado da Guanabara é um devoto às questões agropecuárias e defende um tratamento adequado para as fontes de produção, por parte desse tipo de produção.

Não sei o que acontece com os demais Estados, mas, na composição o

que o contribuinte paga em torno do tributo não chega a 30%.

39. Mas, naquela parte fundamental que é a de consumo de proteínas pela população, consumo de carne, consumo de leite, e de outros produtos agrícolas de grande importância, especialmente na dieta do trabalhador carioca, é remota a influência de comportamento na oferta na formação dos preços de mercado.

Não posso deixar de fazer uma observação. Pesquisas feitas, umas de ordem sócio-econômica outras de ordem técnica, nas áreas dos serviços responsáveis pelo funcionamento dos seguros sanitários e saneamento do Estado da Guanabara apressam, isto sim, um índice terrível de esvaziamento, mas esvaziamento de consumo proteico da população menos favorecida nessa zona rural e nem chamadas subnormais — não gostamos do nome ravela. Realmente a queda de consumo proteico tem sido extremamente séria e só pode ser explicada pela compulsão violenta do poder aquisitivo daqueles que ganham menos, que vivem do salário-mínimo. A amostragem do nosso serviço de esgotos foi analisada em profundidade e está sendo submetida ao Governo para as providências cabíveis. Por exemplo, em certas áreas do Estado os dados são terríveis e mostram uma queda de consumo de carne da ordem de 60%. Que acontece? A formação, a produção de riquezas do Estado tem que sofrer com isso. Diretamente a não de obra não qualificada tem de render menos, porque o homem e sua utilidade.

Em certos setores vitais, devido ao atendimento da população, por exemplo, o setor hospitalar os índices que, por certo, foram apresentados, em Brasília na Comissão de Saúde, pelo ilustre companheiro de Secretaria — Hildebrando Monteiro Marinho, na maioria, são devastadores. O investimento necessário para que o indivíduo seja atendido, não por um caso corriqueiro é enorme. O tempo que ele leva, em termos de alimentação, para reagir ao tratamento clínico é extraordinário e condicionado a esses fatores. Uma vez submetido ao tratamento cirúrgico, o tempo de convalescença é muito maior. Basta dizer o seguinte: um exame comparativo desses dados demonstra que o tempo médio consumido no Estado da Guanabara é quatro vezes superior ao de Nova Iorque, sabido que em Nova Iorque há um número de leitos hospitalares é menor que o nosso da Guanabara. Acontece que, na Guanabara, ao contrário, o homem está subnutrido, sem condições físicas para receber o tratamento clínico ou cirúrgico. Aqui, antes, ele precisa receber tratamento prévio a fim de colocá-lo em condições físicas, porque subnutrido, para ser atendido eficientemente.

A questão é de profunda gravidade social e tem de ser atacada com muita seriedade. E nós, dentro da nossa humilde competência, temos que enfrentá-la.

Dai o nosso esforço extraordinário, no sentido da criação, na Guanabara, de centros proteicos. Que seria? Seria o seguinte: O açougue é muito popular, tanto na Guanabara como no resto do País. Recordo-me, no tempo em que representava o Itamarati no Conselho Deliberativo da SUNAB, de fui relator de um projeto, que perdeu, foi derrotado, mas que daria condições bem melhores para o Governo atender o problema. Realmente é inacreditável. A Guanabara tem, atualmente, em números redondos, cerca de 3 mil açougues. Entre outras distorções de ordem de operação comercial, a maioria desses açougues trabalha muito pouco por dia. As vezes, ao meio-dia, a uma hora já estão fechados. Pergunta-

mos: quantos bois vocês recebem? Chega-se à conclusão de que é impossível a operação comercial dos açougues em termos de rentabilidade. Por que não vendem ovos, aves, leite? — Respondem: não compensa.

Deve haver alguma razão. E há, existe. É a seguinte: são três mil açougues, mas acontece que um terço — cerca de mil — não vende carne. Eles vendem açougue, fazem o ponto para passar adiante.

É um fato extraordinário, este, e que foi objeto, inclusive, de uma longa intervenção escrita minha, quando membro do Conselho Deliberativo da SUNAB. E, ainda recentemente, conversei longamente sobre isso com o Dr. Enaldo Cravo Peixoto.

Vamos fazer um esforço grande para recuperar toda essa capacidade ociosa inacreditável, do que deve ser um grande centro proteico. Se o custo operacional dos açougues baixar, — baixará tudo, — vai baixar a carne o leite será vendido a preço condizente que remunere o produtor mas que atenda a necessidade diária na dieta do trabalhador.

— Por que não vendem ovos e peixes?

— Não pode. Peixe com carne não dá certo.

Não tem importância, financiamos a longo prazo para atender a esse aspecto, em benefício da população.

A um açougueiro do bairro que me respondeu que não podia vender ovos porque não dava lucro, respondi:

— Seu vizinho vende. O Senhor não quer fazer força. Está preparando o açougue para passar adiante. O Senhor faz parte do terço que estou combatendo e não consigo.

Então, a constituição dos chamados Centros Proteicos na Guanabara seria de grande importância não só para o consumidor, mas, acima de tudo, para dar nova tônica à revisão de uma política de comercialização desses produtos, o que facilitaria muito a economia nacional. E por que? Porque há outro aspecto que ninguém pode entender. Como é que o consumo do pescado, que aparentemente é um dos produtos mais fáceis de obter, caiu na Guanabara?

Pouco desculpamos por estar falando sempre na Guanabara, mas só posso falar na Guanabara.

Inclusive, no aspecto específico. Por exemplo, na Guanabara, a fonte de pesca é a maior renda *per capita* do país. É o mercado do Brasil mas considerando. E, entretanto, por que caiu o pescado na Guanabara? Acima de tudo pelas más condições em que os mesmos se apresenta, as condições de oferta de pesca não oferece atrativo algum.

Temos que chamar empresários sobre esses assunto e perguntar se podem melhorar as condições de apresentação, fazer indústria de pesca, integrada, completa; perguntar-lhes e dizer-lhes que podemos melhorar as condições de apresentação, de venda dos pescados. Dizer-lhes que vão obter financiamentos das fontes estaduais, até financiamento das internacionais. Mas nem assim eles se interessam.

Há problemas tradicionais, difíceis, ligados a esta especialidade. Muitas vezes tenho vontade, de chegar no entreposto, meter o pé nos custos de pescados e jogá-los dentro do mar, tal o mau aspecto que os mesmos apresentam.

Porque essa mazelha tradicional é até mesmo de repercussão nacional. É a exploração do homem pelo homem nesse setor. Evidentemente uma andorinha só não faz verão. E temos então ver se conseguimos canalizar um bando de andorinhas para darmos melhor assistência a esta parte de nutrição brasileira. É preciso que se faça alguma coisa. É preciso empresários que deem boa contribuição a fim de que se incentive a produção de pescados, contribuindo

para a solução deste problema, e seria de bom alvitre formular consultas a entidades nacionais e estrangeiras cujas técnicas, estudando e aplicando, em termos de capacidade, melhorasse esse mercado. Vemos que a população cresce e o consumo diminui.

Quer dizer, do ponto de vista do empresário, que já tem uma série de dificuldades, como se vai obrigá-lo a investir num setor de atividade econômica, esta sim, evidentemente esviada por fatores que estamos procurando averiguar?

O esforço que a SUDEPE tem feito é extraordinário: ainda agora deu entrada uma solicitação de financiamento substancial para o equipamento e desenvolvimento das atividades industriais de um grupo, um setor de captura no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná e setor de industrialização e comercialização na Guanabara. O projeto é substancial, vai cerca de 4 milhões de dólares, bastante grande, portanto, para economia como a nossa.

Obteve luz verde da SUDEPE e vem solicitar a nós complementação desses recursos para investimento do capital fixo e de giro. Estamos estudando esse projeto e acredito vai oferecer condições razoáveis para operar, muito embora existam aspectos de infra-estrutura que precisam ser examinados.

Muito se diz que um dos problemas graves do Brasil é a falta de frigoríficos, de estocagem. Não é o caso da Guanabara. Tenho aqui alguns dados a esse respeito: armazenagem para consumo interno do grande Rio-armazenagem a seco, a frio.

armazenagem a seco — necessidade em toneladas em 1968, 350.000 toneladas.

Capacidade já instalada em 1964: 556.236 toneladas.

É uma capacidade ociosa de quase 40%.

Então, o que está acontecendo não é problema de circulação ou comercialização, é problema de má distribuição das instalações e das grandes unidades integradas e que precisam ser devidamente consideradas, talvez até mesmo com nova legislação que modifique o estado de coisas. Inclusive devo dizer que muitos empresários teriam condições de examinar este problema e de colaborar com o Poder Público para melhorar a oferta do pescado. Muitos se queixam da morosidade e de certa burocracia no exame de seus projetos pelos órgãos encarregados de analisá-los para prová-los como recipientes de financiamentos públicos federais, estaduais e municipais.

40. Então, temos de encontrar uma fórmula harmônica e equilibrada de exercer nossa influência como grande mercado consumidor, o mais concentrado do Brasil, para melhorar a posição da Guanabara, vis-à-vis os centros fornecedores destes produtos.

41. Daí uma série de entendimentos que temos mantido com Secretários de Agricultura de outros Estados e também com grupos privados com ingerência no mercado guanabarinense em matéria de abastecimento.

Entendemos, por exemplo, que uma medida que poderá vir a trazer enormes benefícios para a população da região é o estabelecimento de um grande centro de abastecimento nos moldes do de São Paulo, CEASA, num ponto comum de polarização na área do Grande Rio.

42. Já temos um projeto a ser desenvolvido e executado pelos governos GB-RJ, inclusive com eventual apoio financeiro das entidades internacionais, públicas ou privadas, bem como beneficiar-se de recursos de fontes federais.

43. Tal projeto traz no seu bojo quinze projetos subsidiários, para o estabelecimento de 3 Centros Sub-Regionais de abastecimento, todos na

Guanabara: nas zonas norte, rural e sul.

44. Para este último, estamos estudando localização que possa ser adequada, que não prejudique os outros programas das outras secretarias de Estado, em termos de circulação de pessoas, mas que bem poderá ser uma faixa de terra conquistada à Lagoa Rodrigo de Freitas, perto da saída do Túnel Reboulças.

45. Se houver o polo da iniciativa privada, suficiente entendimento com a Superintendência Nacional do Abastecimento e uma possibilidade de ser obter créditos extra-orçamentários para a execução desse grande centro de abastecimento, poderíamos realizar uma obra, ainda dentro deste governo, que traria enormes vantagens para melhorar o abastecimento da cidade, e também aparecer como marco turístico.

46. Conforme já disse, é pequena a importância relativa que ocupa na Guanabara o setor agropecuário. A preços de 1964 (estimativa) ele representava apenas, 5% do Produto Interno (Produto Estadual Bruto). Mesmo considerando o Grande Rio (GB-RJ) essa participação é diminuta (8% do PIB — Produto Estadual Bruto).

47. Acrescente-se a essa informação o fato de que o alto custo das terras que limitam geograficamente a Guanabara, por sua pouca extensão e pela grande utilização feita para outros fins, não permite a colocação da exploração agropecuária na Guanabara em termos competitivos. Apenas se poderia pensar em uma ou outra atividade isolada, como por exemplo a já tão desenvolvida avicultura. Em termos de Grande Rio se poderia pensar na implantação, em algumas regiões da criação e confinamento de gado bovino.

48. Em contraposição, merece ser acrescentada a importância posição ocupada pela Guanabara no que diz respeito ao Consumo de gêneros alimentícios. Cabe mencionar que a participação do setor agropecuário do Grande Rio no consumo de gêneros alimentícios da região é de apenas 30%.

49. Ostentando a mais elevada renda *per-capita* do País, possui a Guanabara condições propícias para a instalação de uma indústria de gêneros alimentícios de maior significado.

50. Nesse sentido a GB deverá se especializar para com a oferta sazonal feita pelos seus tradicionais fornecedores, manter o atendimento regular do consumo anual desses gêneros de primeira necessidade.

51. Resultante da experiência que já possui, através os serviços mantidos pela Companhia Central de Abastecimento: COCEA e pela exploração industrial do Matadouro de Santa Cruz, e com uma decorrência natural, deverá o governo da GB estabelecer política de incentivos no sentido da ampliação da indústria de gêneros alimentícios em seu território. A esse respeito já possui a GB dados altamente indicativos do importante papel que há de representar tal indústria, haja visto ser esta mesmo hoje em dia, altamente significativa, situando-se em um dos principais lugares no concerto nacional das indústrias congêneres.

52. Com o fim de fornecer subsídios técnicos à política governamental de abastecimento de Gêneros essenciais se está preparando no âmbito do governo da GB um Plano de Abastecimento do Grande Rio que terá por finalidade primeira buscar a eliminação dos estrangulamentos verificados no funcionamento da oferta com vistas ao atendimento mais adequado do efetivo mercado consumidor.

— Vai levar a cabo a mais extensa e profunda pesquisa e análise do problema de abastecimento já feita no Brasil.

Basta dizer que, nesse setor, a mais extensa já feita foi a realizada pela Fundação Getúlio Vargas, com cerca de 750 amostragens. A que vamos realizar será com 4.000 unidades de amostragem. Grande parte da pesquisa está sendo contratada na base de convênio, que vamos firmar quinta-feira, com a presença do Senhor Governador do Estado, com a Pontifícia Universidade Católica, pesquisa cujo bom encaminhamento deve contar com pesquisadores com nível mais avançado e conhecimento mínimo do assunto. Trará ela uma contribuição extremamente importante, não só para a Guanabara, mas para todo o setor agropecuario nacional, especialmente para aquelas regiões onde se encontram as fontes de produção a que recorre, normalmente, o mercado consumidor da Guanabara.

E mais, Sr. Presidente: com esse tipo de procedimento buscamos o

apoio dos jovens universitários num momento em que esse assunto tem algumas conotações muito desagradáveis, mesmo porque são muito distorcidas perante a opinião pública. É a terceira vez que recorremos aos universitários católicos para ajudarem a Secretaria a realizar pesquisa de opinião.

Mas esta é a mais profunda. Nós acreditamos que vamos despertar nesses jovens, na sua maioria, estudantes de economia, de sociologia, de engenharia e psicologia, maior amor à causa, não só pública, mas da comunidade a que eles pertencem, a fim de que possam entrosar-se, cada vez mais, e participar dessa comunidade.

53. A esse propósito se pode citar que o problema de armazenagem nem sempre se apresenta por sua escassez e sim, algumas vezes, pela impossibilidade de sua utilização mais adequada.

ARMAZENAGEM PARA O CONSUMO INTERNO — GRANDE RIO

ARMAZENAGEM	Necessidade em Ton. 1968	Capacidade instalada 1964
A Sêco	350.000	556.236
A Frio	200.000	224.692
Total:	550.000	780.928

Fontes: Carta de Brasília e COCEA

54. O Estado da Guanabara, por sua Secretaria de Economia, está enviando esforços no sentido da introdução de diretrizes para a solução desse problema, contando para isto e dentro do espírito da Carta de Brasília, com inteiro apoio do Governo Federal e da iniciativa privada.

Antes de me colocar à disposição da Comissão para os debates, gostaria de abordar a questão da integração socio-econômica da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro, que tem muito a ver com os problemas agropecuarios da região, tomando como um todo e como um excepcional centro de consumo para as demais fontes de produção agropecuária do Brasil.

Estamos conscientes e convictos de que uma grande vocação da Guanabara, pelo menos uma vocação do atual Governo, é identificar os problemas chamados metropolitanos e promover, com a possível serenidade e andamento do processo de integração sócio-econômica do Estado da Guanabara e do Estado do Rio, dentro de um clima que evite um tratamento emocional de natureza política, porque o que se pretende, inicialmente, é verificar quais os setores da atividade humana de que todos nós dependemos, não só na região, mas de todo o Brasil. Também é nosso objetivo tratar do conjunto que vise, acima de tudo, dar melhor rendimento, melhor produtividade aos bens de produção, à mão de obras qualificada e à tecnologia, que são tão escassas num país ainda em desenvolvimento como o Brasil, que não pode dar ao luxo de duplicar coisas, especialmente ao tentar promover o desenvolvimento econômico. Tem que selecionar, somar esforços em todos os setores e, mais especialmente, nesta área de entendimento entre Governos, que estão sofrendo os mesmos problemas e angústia, porque as comunidades estão perfeitamente entrosadas. E em benefício dessas comunidades, podem perfeitamente ajustar seus planos de desenvolvimento econômico e procurar aumentar, cada vez mais, sua capacidade de investimento, a exemplo do que o próprio Governo da Guanabara vem procurando fazer, quando no último mês conseguimos atingir a mais de

trinta por cento de recursos aplicados em investimentos, para que o Estado da Guanabara saísse do chamado "esvaziamento econômico", e voltasse a atingir um nível médio de crescimento. Graças a Deus, já chegamos a 33%, e eu sou otimista a esse respeito. Por outro lado, existe um perfeito entendimento não só pelos Executivos de ambos os Estados, como também pelas respectivas assembleias legislativas que dão o indispensável suporte e apoio dentro do processo democrático, que procuramos objetivar por parte de outras qualidades, inclusive das universidades que estão motivadas para o problema. E já existe uma Comissão Mista Guanabara-Rio de Janeiro, criada no fim do ano passado e cujo funcionamento, para não ser inadequado, tem que ser bem estudado. E eu, como representante do Governador Negrão de Lima, e o ilustre Secretário de Finanças do Estado do Rio, Renato Tinoco Farias, estamos tentando fazer.

Não é necessário, paralelamente, que haja uma comissão mista para que sejam tomadas providências.

Por exemplo: *Liberagem das barreiras*.

Dentro da nossa competência, procuramos imediatamente e em consulta com as autoridades responsáveis do Estado do Rio, tomar essas providências, que contribuirão para melhorar a circulação das mercadorias, principalmente os bens essenciais ao consumo do País.

Ponte Rio-Niterói

Este é um dos assuntos básicos a serem tratados pela comissão mista, para cuja solução faz-se necessária a presença de uma mentalidade que crie uma motivação para este assunto, que é, não só de interesse regional, mas também nacional, que, espero, chegará a uma conclusão das mais felizes.

Como se sabe, o Sr. Ministro Mário Andreazza firmou os primeiros contratos com o Serviço de Proteção das Forças Armadas e com duas entidades de montagem industrial, a fim de começar as prospecções.

Sabemos que, nos investimentos de recursos externos não orçamentários, não inflacionários, para a grande

área, dos recursos da ponte já estão alocados, bastante apenas que as autoridades brasileiras estejam em condições de firmar os contratos de financiamento.

Essa realidade é espantosa, porque traz tantos multiplicadores em benefício da comunidade, que precisaria um dia para descrever. Mas basta imaginar uma — o conjunto de estrutura metálica e elemento protênico nas bases das duas pontes de apoio. So a perspectiva da ponte levou a uma aceleração da expansão de indústrias de cimento no Estado do Rio de Janeiro, na região do Canagó, onde existe o cimento e no Estado da Guanabara, que é dentro do mercado de consumo. Os próprios empresários, de um lado o grupo Saverio Pereira da Silva e de outro o grupo Capua, saíram de uma posição prudençial de alguns anos para investir seus próprios recursos, traços de inversões, gerados aos seus lucros, importâncias substanciais, fora dos financiamentos federais e internacionais obtidos para essas unidades. Isso só com a perspectiva da construção da ponte. Já nem falo no resto. Só para dar um exemplo concreto, já é problema para a Companhia Progresso para a Guanabara encaminhar esses novos financiamentos para uma expansão rápida, não só da indústria do cimento como de outras indústrias na área da metalurgia, da pequena acaçaria e talvez em conjunto para a Guanabara e Estado do Rio, já com vistas aos novos investimentos que vão ser trazidos pela ponte.

O 4º — financiamentos imobiliários da Companhia Progresso para a Guanabara — no Estado do Rio de Janeiro foi questão onde houve, infelizmente, muita incompreensão em certas áreas do Estado, mas era fatal que isto acontecesse. Por quê? Quando a Companhia Progresso para a Guanabara obteve das autoridades federais competentes, seja do Banco Nacional de Habitação, seja do Banco Central, a carta patente nº 1, para operar com sociedades de créditos imobiliários, colocamos especificamente e pedimos também a jurisdição do Estado do Rio.

Obtida a carta-patente, como aquele órgão, a Sociedade de Crédito Imobiliário fraudadora uma exposição específica que tinha solicitado às autoridades federais?

Portanto, começamos modestamente. Como o Banco do Estado da Guanabara funciona no Estado do Rio de Janeiro, como no Banco do Estado da Guanabara, temos agências, onde captamos a poupança popular do Estado do Rio de Janeiro, pareceu-nos extremamente justo, equânime e adequado aplicássemos o correspondente no Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento da indústria de construção civil daquela Unidade da Federação, que, inclusive, consome muitos produtos, materiais e mão de obra do Estado da Guanabara. Evidentemente, essa questão de mobilidade de massa da região não pode ser assunto para ser debatido nesta oportunidade, e sim em outra, porque é de maior importância.

Basta dizer que, segundo dados que coligamos hoje, considerando os quatro Municípios do chamado Grande Rio — São Gonçalo, Niterói, Magé — diariamente se desloca para a Guanabara, e de lá para as suas residências em Brasília, por dia. Pode-se imaginar perfeitamente o que isso representa para o programador, para o planejador e, acima de tudo, para o administrador.

A Rede Ferroviária Federal, por exemplo, transporta milhares e milhares de pessoas nas mesmas linhas quando estamos procurando apresentar uma solução para esse problema, qual seja levar para ela, inclusive, todo o esforço do Estado, enfim, tudo que possamos colocar em seu benefício, na obtenção de recursos interna-

cionais para a conclusão do terminal, talvez possamos aproveitar um ramal da Rede Ferroviária, ramal subsidiário, de bitola larga, o qual, necessariamente, seria o escoadouro natural do minério do vale do Paraopeba. Seria o único ramal de bitola larga a atingir o mar no mais curto percurso. Aliviar-se-ia tremendamente a área. Resultado: com o uso adequado da ferrovia, os custos operacionais têm de ser altos, pois é impossível conjugar adequadamente o transporte de minério com transporte de pessoas. Não há exemplo no mundo.

A construção do anel rodoviário no precisou de Comissão Mista, foi decorrência da mentalidade criada, do entrosamento de perspectivas, de filosofia e de plano do Governo.

Outro fator importante: e anos prestes a firmar um convênio entre a Companhia Progresso da Guanabara e a Companhia de Desenvolvimento do Rio de Janeiro — CODESCO — cuja direção será confiada, dentro de breves dias, a um elemento dos quadros da COPEG, o Engenheiro Luiz Rocha, um dos grandes engenheiros da nova geração.

Em matéria de habitação popular é evidente o sentido de integração socio-econômica dado pelo Presidente Costa e Silva, criando esse novo centro, esse novo escritório de estudos habitacionais, integrando perfeitamente a COHAB do Rio de Janeiro com a da Guanabara, e dando todo apoio a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade, que vai tratar exatamente dessa faixa tremenda de população, chamada "subnormal", do "Grande Rio", que conjuga seus problemas com os da Guanabara e com o Rio de Janeiro, e das duas companhias — COPEG e CODESCO.

Agora, uma identificação evidente (exibe quadro): as aplicações dos recursos do Estado da Guanabara, para incentivar a produção agropecuária do Rio de Janeiro. O Banco do Estado da Guanabara tem elementos irrefutáveis para mostrar que o aumento dessas inversões tem sido substancial.

E finalmente, Sr. Presidente, apenas esta listagem (exibe quadro), que se parece importante e que demonstra que o Estado da Guanabara está profundamente preocupado, no momento, em aumentar as suas inversões, tanto quanto possível, em assuntos de desenvolvimento econômico.

Vencida a primeira fase, de equilíbrio orçamentário, de saneamento de finanças, retomado o ritmo das chamadas obras viáveis indispensáveis para solucionar graves problemas, não só no Estado como de toda a região, equacionados problemas como da água, dos telefones, da educação, da rede hospitalar, debruça-se o Estado, com seu último Plano Trienal, no problema do desenvolvimento econômico.

Estes dados são fundamentais e mostram que, só em projetos em andamento, temos recursos, captados de fontes externas, da ordem de cento e trinta e seis milhões e meio de dólares. Esses recursos não são inflacionários nem orçamentários.

Mais ainda: como na base da execução desses programas, está o chamado "braço instrumental", aqui representado pelo Banco de Investimento — COPEG — Banco recentemente criado mas que representa, no Estado, a comunhão do Banco do Estado da Guanabara, que tem um terço das ações e do sistema financeiro da COPEG, que está inteiramente voltada a esses instrumentos para acelerar a criação e o fomento das produções financeiras, pelos Bancos do Estado, que têm também por finalidade preservar certas decisões autônomas que o Estado tem de preservar, no sentido de identificar e solucionar alguns problemas, fora talvez de um bom texto de morosidade, dentro do qual dá-se o cunho de prio-

ridade, a certos programas, que talvez não tenham solução no âmbito federal.

Dai a nossa insistência em obter uma carta patente do Banco de Investimentos Privados. E voltado para este problema é certo que estaremos sendo bem compreendidos. Trabalharemos e cumprimos os nossos objetivos, acima de tudo, se, na cúpula deste programa, conseguirmos dar o equacionamento adequado à recuperação da comunidade, aumentar o nível de produção em benefício da comunidade, inclusive contando com a cooperação dela própria.

Temos certeza de que o Governo estará fiel às suas origens e aos seus objetivos. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Ouvindo o Sr. Secretário da Administração, o Sr. Diretor da Agricultura, Dr. Armando Salgado Mascarenhas, coadjuvado pelos seus Assessores e sobretudo, pelo Presidente do BEG, Dr. Carlos Alberto Vieira, se alguns desses visitantes, quiser acrescentar o seu depoimento à magnífica palestra que acabou de fazer o ilustre Secretário da Agricultura do Estado da Guanabara, nós o ouviremos com imenso prazer.

O DR. CARLOS ALBERTO VIEIRA — A minha presença é mais de solidariedade ao ilustre Secretário da Guanabara e Presidente da COPEG, Dr. Armando Salgado Mascarenhas e, também, de cordialidade e homenagem a esse Egrégio Congresso que nós, na Guanabara, admiramos muito e cujos trabalhos temos, acompanhado com muito interesse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Cedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Braga.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, como de praxe, havia-me inscrito para arguir o Secretário de Economia do Estado da Guanabara, Dr. Armando Mascarenhas, mas, de tal sorte comportou-se ele na sua exposição, com brilhantismo invulgar, que a mim parece ter esgotado todos os ângulos sob os quais a nossa curiosidade poderia demorar, e, assim, preparar uma pergunta ouvindo a resposta. Durante toda a exposição não achei um ponto sequer falho sobre o qual me restasse uma dúvida a pedir esclarecimento. Eu me dou por inteiramente satisfeito com a exposição feita aqui cancelando a minha inscrição.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MASTROCOLLA — Sr. Presidente, saímos daqui profundamente impressionados com aquilo que aprendemos na exposição feita pelo Dr. Armando Mascarenhas, ilustre Secretário de Economia e Diretor da COPEG, com relação aos problemas cruciais do setor a que esta Comissão está obstinadamente procurando resolver e que estão sendo estudados e muitos deles resolvidos por V. S. no Governo da, quele Estado.

Observava que havia alguns pontos de estrangulamento nesta situação que seriam resolvidos pela comercialização do produto agropecuário, do produto bruto. Nesta hora, V. Ex. já declara estar tomando as providências no sentido de conseguir melhor forma possível e sugerir mesmo a criação do mercado produtor que seria um tipo CEASA de São Paulo mas que V. S. esclarece já estar dentro de suas metas de Governo.

Diante disto nada mais restaria a perguntar, porque a exposição de V. S. é completa e nos deixa entusiasmado e cada vez mais confiante no Brasil e em seus homens.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, meu caro Secretário Armando Mascarenhas e os Assessores presentes, A

mim cabe, como Relator, a responsabilidade de uma tônica diferente nas exposições até aqui assistidas por esta Comissão, porque a Guanabara, como V. Ex. bem afirmou, concentra o maior mercado consumidor do nosso País, em matéria de concentração. Encontramos em todas as áreas — e eu queria lembrar a V. Ex. que estamos já há quase dois meses e meio numa programação intensiva, não só estática, aqui dentro do Congresso Nacional, como as exposições desse tipo, — a de V. Ex. deve ser a décima quinta — ouvidas de luminárias, entre Ministros de Estado, entre altas autoridades do Banco do Brasil. Devemos ter ainda esta semana, os dirigentes do IBRA e do INDA, e a parte dinâmica, propriamente dita, temos uma programação de viagens já algumas realizadas ao Norte do Paraná, ao Triângulo Mineiro, na parte de São Paulo, também de mercado bovino, e deveremos levar as nossas atividades do Norte ao Sul do País, ouvindo todas as áreas em que a programação das razões da criação desta Comissão nos leva a um trabalho o mais coordenador para as conclusões e as metas que são a finalidade desta Comissão. Principalmente a Guanabara apresenta, Sr. Secretário, condições específicas; inclusive, aqui, nos foi mostrado um aspecto eminentemente atualizado, que é a questão da proteína.

A proteína é a alavanca do mundo, e é com tristeza — esta Comissão é integrada por vários Deputados médicos — que vemos a realidade tão amarga do consumo de proteínas num centro de consumo como é realmente a Guanabara. E justamente quando buscamos, nas bases do "hinterland" brasileiro, a melhoria do agricultor, a melhoria e o amparo do pecuarista, este reflexo que V. Ex. traz como uma coisa nova, talvez, para esta Comissão, como podemos pensar em melhoria, como podemos pensar no incentivo ao amparo quando o mercado de consumo maior, talvez do País, apresenta um déficit de proteínas, na aquisição, pelo pobre, tão baixo?

E' por isso, então, que o entrosamento dessas áreas de consumo de produção — esses estudos que, a meu ver, a Guanabara, está liderando, que V. Ex. tem a honra de trazer para esta Comissão — digo com orgulho — uma face nova, que é justamente, diante da profundidade daquilo que aqui foi dito, poderemos levar para outras áreas de outros Estados esta advertência séria: que não adianta incentivar a produção, não adianta incentivar a pecuária, seja ela de corte ou de leite, se cada vez mais o poder aquisitivo do povo se afasta, se segrrega na impossibilidade da aquisição deste alimento básico para a sobrevivência humana do próprio povo brasileiro.

Então, como elemento da Comissão de Saúde, presidente que sou da mesma na Câmara, lembraria a V. Ex. que é um das preocupações nossas o problema da proteína. Ainda este mês, deveremos receber elementos que trarão subsídios objetivos. Aliás, Rinaldo Delamare, que se tem dedicado muito ao problema de proteína, nos seus estudos, está convocado para uma palestra aqui nesta Comissão, e outra vez na Comissão de Saúde.

E por isso, então, que esta face nova foi trazida com tanta profundidade à Comissão Mista Agropecuária, da Câmara e do Senado, pois é como uma mensagem e, mais do que uma mensagem é um chicotada, é uma clarinada para vir e dizer da responsabilidade que temos nesse trabalho em conjunto que estamos fazendo — Poder Legislativo e Poder Executivo — no sentido do soerguimento econômico e social do nosso povo.

Ao fazer este intróito, apenas como deputado guanabarrino, ou não pode-

ria deixar de tocar em alguns pontos que dizem de perto à execução do velho plano de Alcebiades, dos gregos, de marcha para as grandes planícies para grandes várzeas de Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz, inclusive quando vemos que essa responsabilidade, de que tivemos notícia por intermédio da Assessoria de V. Ex. uma das metas para a conquista da Bacia de Jacarepaguá, seria a construção do Molhes de Sernambetiba, com toda a drenagem daquela imensa região, tornando-a capaz de manter um índice de produtividade que correspondesse aos grandes investimentos que ali vão ser executados.

Eu considero como básico o problema dos Molhes de Sernambetiba inclusive não só sob o ponto de vista urbanístico daquela região; a Guanabara não tem mais para onde crescer, ela terá de caminhar exatamente na razão direta da zona sul para aquela grande área que vai pela litorânea inclusive grande reivindicação nossa. Outro dia, em conversa com V. S., vi como ponto básico de sua administração, de sua intervenção em secretaria tão importante, a possibilidade da construção do túnel de Grota Funda como uma das metas mais certas de escoamento de tráfego pesado, porque o que existe ainda é uma grande dificuldade de acesso de toda área geo-econômica do Estado do Rio. E caminhando da antiga litorânea propriamente dita, da Barra da Tijuca até o pontal de Sernambetiba, haveria o Túnel de Grota Funda.

Posteriormente, é o Canal de São Francisco e, se possível, o Canal de São Francisco fazendo toda a zona do Estado do Rio. E não há via de acesso mais rápido, porque todo intenso tráfego da Guanabara ainda é em funil da Avenida Brasil; teríamos nesta área, comunicando o Estado do Rio com São Paulo, não só área de turismo, como uma área de grande acesso para a produção, como a ponte sobre o Canal São Francisco, o Túnel de Grota Funda e uma das grandes metas para atingir áreas de densidade populacional como o Grajaú, como a Tijuca, enfim todas aquelas zonas pegando os outros túneis, o túnel de Grajaú-Jacarepaguá.

Lembraria a V. Exas, que este critério, a meu ver, seria a grande faixa de atividades que está dentro do planejamento do Governador Negrão de Lima, como uma revolução, de fato, econômico-social das grandes áreas que estão sendo conquistadas, em Jacarepaguá, Campo Grande e Santa Cruz.

Também sobre o ponto de vista da sobrevivência do matadouro de Santa Cruz, quero aqui ressaltar que tive contactos pessoais, com surpresa para mim, com este Veterinário, Dr. José Alberto Taranto, Superintendente do Matadouro de Santa Cruz, e com o economista Aquilino Cono, e nas conversações que mantivemos, do que se planeja, tenho a impressão de que a sobrevivência do Matadouro de Santa Cruz, como matadouro modelo, como órgão que sempre foi equilibrador do mercado de carne, no que diz respeito ao abastecimento da Capital, ele terá a grande função, na oportunidade, na baixada fluminense, que o grande rio, que a grande baixada, terá planos que se arrastam, há tantos anos, com este novo tema que é Grande Rio, esta união do Estado do Rio e Guanabara, em torno de problemas econômicos-sociais.

Tenho a impressão de que aquele matadouro terá seu lugar ao sol e justificada a sua existência, a sua modernização, de modo que toda a Baixada fluminense, nas grandes áreas de colonização, inclusive com uma bacia leiteira com gado misto, possa proceder ao aproveitamento de alguns milhões de hectares, que, hoje, não têm praticamente rendimento positivo nenhum, dado ao atraso que, infelizmente, o Estado do Rio revelou

áreas fertilíssimas, comparadas com outras áreas de nosso País, são verdadeiros oásis, em matéria de terra, no que diz respeito à sua produtividade.

Por isto quero, aqui, dizer a V. S. que conheço de perto o que se realiza nesses matadouros, a luta que se tem travado para o seu equipamento completo, inclusive o sentido humano, econômico e social, que se tem dado ao seu funcionamento.

Quanto à parte propriamente dita das áreas mais importantes do nosso Estado, que é a parte da agricultura e a parte dos produtos hortigranjeiros, onde Rafael Souto Maior tem dado uma atenção tão brilhante; inclusive a velha Fazenda Modelo que nós encontramos — é preciso que se diga, que a Fazenda Modelo teve tempos áureos e foi transformada num rebanhalho, num depósito de mendigos. Era uma vergonha quando o Governo Negrão de Lima encontrou uma área que foi, realmente, centro de ensino, centro de aprendizagem da velha área agrícola que pela voragem imobiliária foi se acabando no nosso Estado e que o soerguimento, principalmente numa base técnica eminentemente de uma cidade-Estado como a Guanabara, foi atingida na Administração de V. Exa., como Secretaria de Economia e de seus Assessores.

Quero ainda dizer a V. Exa. da diferença que senti em seis meses, quando visitei o início da construção dos galpões da Fazenda Modelo, das grandes chocadeiras, enfim de uma capacidade fabulosa que está sendo instalada ali. E foi o que vi, há poucos dias, ao visitar aquele setor que é, realmente, um setor que honra a Administração de V. Exa., e queria afirmar que foi qualquer coisa de confortador e transformação, em poucos meses, daquilo a que assistimos ontem, o que vimos no início e o que já vimos agora na realidade.

Quero, então, dizer a V. Exa. que nessa área o Estado, tinha que dizer, segundo diz o ditado, se deve dançar conforme a música. A Guanabara tem de fazer a sua política rural numa base eminentemente específica de agricultura e de produtos hortigranjeiros. E na parte da pesca, quero estar com V. Exa., inclusive porque a atividade da pesca dediquei grande parte de minha vida, fui armador de pesca, pescando no Rio Grande do Sul e em águas do Araguaia. Nas águas brasileiras é onde encontramos os cordumes que são da mesa do carioca, e por isso os barcos geralmente margeiam o Rio Grande do Sul e muitas vezes vão até a Ilha de Lobos na costa uruguaia. Quero afirmar que o grande drama continua a ser, infelizmente, o grande mercado de peixes, da Guanabara, que tem supervisão federal. Sei que existe projeto de lei em andamento na Câmara dos Deputados, sobre este assunto, desde a mudança da Capital. O grande mercado da Praça 15, antro de ladrões, de pivetes, coisa impressionante. Naquele mercado, milhares de pessoas estão desde às 3 horas da manhã, para o desembarque do peixe. E sei como agem os ladrões de peixe naquela região quando o peixe é lavado em águas poluídas, no maior acinte às noções de higiene, coisa que não se vê em país nenhum do mundo, pois que o embarque é feito por sucção. Enquanto isso, nós continuamos em 1967, ainda com o mesmo sistema rudimentar de tirar os peixes em cestas e lavá-los em uma tina de água suja, poluída, num verdadeiro atentado à saúde da população da Guanabara, e, também, do Estado do Rio, pois aquele mercado irradia-se aquele vizinho Estado.

Assim, a proteína de peixe, uma das maiores riquezas alimentares do mundo e a qual nós brasileiros damos as costas, será uma programação da sua Secretaria como um incentivo para nossa recuperação econômica e social,

mas, se continuar aquele monstro da Praça 15, V. Exa. não conseguirá o seu objetivo, pois está ele nas mãos de grupos que impedem que se melhore o abastecimento de peixe, impedindo, também, que se tire dele o alimento por excelência para o carioca.

Quero me dirigir, também, ao Dr. Carlos Alberto Vieira que é Diretor-Presidente do Banco do Estado da Guanabara. Esse banco foi criado na Guanabara ao tempo em que eu era vereador e uma de nossas preocupações era que ele se irradiasse para as zonas econômicas vizinhas, numa verdadeira integração econômica, pois não era possível que ficasse ilhado na Guanabara sem a colaboração preciosa do Estado do Rio. Já naquela época, aquele banco foi criado no governo do então General Mendes de Moraes, que era prefeito e, lembrarei a V. Sa., nesta oportunidade, a amplitude do Banco que se transformou no Banco Oficial da Guanabara, com a mudança da nova Capital do antigo Distrito Federal.

Quero, pois, congratular-me com V. Sa. pelo seu brilhante relatório e inclusive com o que foi aqui exposto e demonstrado. Sentimos que o Banco da Guanabara está pontificando ao lado da COPEG neste grande plano de atendimento às zonas econômicas vizinhas e que hoje se espalha, mais porque quem está se integrando é o grande Estado do Rio, que deveria ter, pelo menos, um entrosamento conosco e que, no governo Negrão de Lima, passaram a ver como realidade.

Congratulo-me, também, com os demais assessores Manoel Albuquerque, Afonso Alves e Silvio Ferraz, assim como Maurício Nascimento que era o responsável por esse setor de abastecimento. Gostaria de dizer o quanto apreciamos essa equipe de V. Sa. trouxe a Brasília, infelizmente, o nosso tempo é pouco. Mas tenho a impressão de que V. Sa. será convocado noutra oportunidade, quando já tivermos concatenada a conclusão dos estudos desta Comissão, e considero a presença dessa assessoria, como a de V. Sa. como de capital importância para esse grande trabalho que deveremos enfrentar. Não nós, mas os técnicos do Ministério da Agricultura, as Secretarias de Estado de todo o Brasil, as autoridades financeiras do Banco do Brasil, do Ministério da Agricultura, o Banco do Estado, enfim, o Banco Central, de quem hoje somos escravos.

De maneira que gostamos muito da belíssima exposição que ouvimos, mostrando que o expositor é um homem que tem os pés no chão. E é com satisfação que constatamos que o Poder Executivo está contando com homens abnegados, verdadeiros patriotas, que estão de fato trabalhando dia e noite, com soluções objetivas, para o soerguimento econômico e financeiro do país.

Encerrando, quero congratular-me com os assessores que o acompanham e dizer que V. Sa. virá, ainda no final, ser convocado lá no Estado da Guanabara. Quería, aproveitando a ocasião, sugerir ao Presidente desta Comissão, que o fardo da mesma fosse distribuído por vários relatores. E à medida que caminharmos em nossos trabalhos para o fim das conclusões, teríamos de bater novamente às portas da Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara para que seus assessores pudessem nos ajudar nas conclusões de profundidade que, a nosso ver, são de importância vital para o futuro da própria vida brasileira.

O tempo de que dispomos não é grande, talvez tenhamos que ampliá-lo. Porque, em cada debate que temos, cada encontro nas áreas mais humildes, de fazendeiros pequenos e médios, temos sentido o problema do ICM, que V. Exa. tão bem abordou,

e que, neste momento, talvez seja o maior motivo de descontentamento das áreas que percorremos, como no Paraná, em Araguari, há poucos dias, onde ouvimos referências até em tom ameaçador, como foi também no caso da exposição agro-pastoril de Uberaba e, posteriormente, em Barretos.

Quero afirmar que, pelo pouco, temos sentido nas áreas de baixo para cima, dos pequenos produtores até à alta cúpula, nós, Poder Legislativo e o Poder Executivo, se não tomarmos medidas drásticas e urgentes nesse sentido, talvez venhamos a conhecer dias tristes, não só de completo abandono das áreas do campo, no que diz respeito a novos investimentos, como também a agitação que até lá ainda não chegou, mas que pela maneira com que se expressaram aqueles que ouvimos humildes médios e grandes fazendeiros, produtores da pecuária e da agricultura, estão desemperrados. E compete a nós Poder Legislativo e Executivo, levamos até essa gente não a esperança de posturas como esta do ICM e de registro em cartório, o que é terrível no que diz respeito a finanças, dando margem a problemas de preço mínimo.

Os preços mínimos chegam ao produtor através dos intermediários, que tornaram conta dessa produção.

Há falta de amparo financeiro e a situação é terrível, pois há falta de perspectiva e horizonte. Justamente esse ônus que produzem está atingindo a área efetiva do financiamento agrícola por parte dos órgãos financeiros em nosso País.

Pelo depoimento do Presidente do Banco do Brasil, verificamos que S. Exa. não tem culpa, pois nesse depoimento ele só acusa. E o "SUNABÃO", são órgãos que burocraticamente são compostos, ou são formados por figuras representativas, mas que custam a se unir, a deliberar, custam a se juntar pelas altas esferas.

Precisamos modificar essas estruturas de SUNABs, de SUNABÃO, ou coisa que o valha, porque os homens que vivem o problema não estão sendo chamados a deliberar em órgãos de tamanha envergadura, para as bases de nosso País.

Quero congratular-me com V. Exa. que trouxe uma proposição brilhante. Não vai aqui nenhum baírrismo de guanabarrino, pelo sentido diferente, inclusive pela profundidade da matéria exposta, porque não adianta se falar em amparar a produção, em nada disso, sem se pensar naquele que consome. E o quadro que V. Exa. trouxe é dantesco, é terrível. A queda do poder aquisitivo, inclusive, na compra da aquisição da coisa básica, que a carne, é o peixe, a fonte de proteínas ideal em nosso País — demonstra, na Guanabara, que temos de cuidar de tudo, em conjunto, e não de cada área especificamente.

Parabéns a V. Exa.; parabéns ao Governo do Estado, pela equipe que realmente sabe conduzir, levando o seu Governo a uma situação de respeito na comunidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Ao encerrar esta reunião, quero dizer que o Dr. Mascarenhas trouxe um depoimento que vale por uma mensagem de um estadista a uma assembleia.

V. S. abordou, na exposição, o problema geral do seu Estado no que diz respeito ao assunto desta Comissão e, depois, entrou, especificamente, no que interessa aos nossos trabalhos, ou, talvez, melhor dizendo, V. Exa. fez um plano de governo e, quem sabe, meu caro Relator, já não esteja fazendo um programa para o futuro!

De maneira que estamos encantados — o termo talvez não parlamentar mas muito sério com a sua explanação.

Estamos comovidos com a presença de técnicos do gabarito que V. Sa.

trouxe aqui, mostrando o prestígio com que o Estado da Guanabara quer dar a esta Comissão do Congresso Nacional, e, então, sairemos daqui com a esperança de um novo encontro para gozarmos de sabedoria e dos seus conhecimentos.

O SR. ARMANDO MASCARENHAS — V. Exa. permite, Sr. Presidente, uma palavra?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com o maior prazer.

O SR. ARMANDO MASCARENHAS, — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, confesso que não tenho palavras para agradecer a amabilidade, exagerada gentileza com que me honraram os que usaram da palavra: o Sr. Deputado Luiz Carlos Braga, o Sr. Deputado Mastrocolo, o Sr. Deputado Breno da Silveira e V. Exa., Sr. Presidente. Todos foram extremamente amáveis e gentis.

Guardarei uma recordação inolvidável da acolhida nesta Casa que, sinceramente, podem acreditar na sinceridade de minhas palavras, é aquela que merece o meu maior respeito como cidadão brasileiro.

Devo dizer, nestas palavras finais, que a relatoria desta importantíssima Comissão Mista terá inteiramente à sua disposição, quando desejar, da forma que desejar, não só o Departamento de Assessoria, da Secretaria de Economia, as companhias a ela jurisdicionadas e a própria Secretaria e o próprio Secretário.

Acredito que a missão desta Comissão é histórica. O mínimo que se pode fazer é proporcionar aos seus trabalhos aquela base indispensável, no sentido de que as conclusões cheguem a tempo de produzir frutos fecundos, em benefício da comunidade brasileira.

A esse respeito, Sr. Presidente, peço vênias para lembrar que estamos a aproximadamente dois meses da realização do próximo Congresso Nacional Agropecuário, aqui em Brasília, onde haverá oportunidade de se fazer uma análise crítica, uma radiografia do que aconteceu no Brasil depois da assinatura da Carta de Brasília.

Não sei da tônica dos depoimentos anteriores, mas julgo importante que nos fixemos sempre numa posição otimista, porquanto o simples fato de sermos brasileiros e estarmos vivos é, às vezes, motivo de grande euforia.

A próxima reunião de Brasília será antecedida de reuniões de Secretários de Agricultura ou de Secretários que cuidem de assuntos ligados à agropecuária das várias regiões do País.

Por determinação do Plenário, no ano passado, reunião de Secretários de Agricultura, e de Economia da Região Leste será efetuada no Estado da Guanabara.

Devemos realizar esse evento, dependendo de um acerto com o próprio Ministério da Agricultura, porquanto necessitamos consultá-lo sobre as conveniências de S. Exa., comparecer possivelmente, no decorrer de junho. Nesta oportunidade, permita-me, Sr. Presidente, transmitir, em nome do Governador Negrão de Lima, convite para que esta Comissão se faça representar e se considere hóspede do Governo do Estado da Guanabara por ocasião da nossa reunião no Rio de Janeiro. Finalmente, Sr. Presidente, queria fazer uma observação: sou mero funcionário do Itamarati, pertencendo ao Ministério das Relações Exteriores...

Vou terminar. Minhas palavras são de real, profundo agradecimento a V. Exa. e a todos os membros da Comissão. Esta manhã em Brasília foi esplendorosa e será conservada em meus arquivos pessoais e, acima de tudo, na minha saudade como título de maior orgulho da minha carreira. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Está encerrada a sessão.

ANEXO DA ATA DA 16ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 1968

Integra do Apanhamento Taquigráfico da Reunião

PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SR. PRESIDENTE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eraldo Lemos) — Havendo número legal, está aberta a sessão.

Convido os Srs. Assessores, Senadores, Deputados e demais pessoas presentes a sentarem à mesa dos nossos trabalhos.

Srs. Congressistas, na ausência — que suponho momentânea — do ilustre Senador Fernando Corrêa, nós, convocados por Colegas, assumimos a Presidência, na qualidade de Deputado que integrou a Comissão Mista que estuda os Problemas da Agropecuária e seus Reflexos na Economia Nacional.

Tenho a honra de assinalar a presença entre nós do General Euler Bentes Monteiro, Superintendente da SUDENE. Esta presença na Comissão tem, de certo, especial significação e, para que S. Exa. tenha conhecimento das funções e do exercício de nossas atividades, devo informar-lhe que este órgão foi constituído por iniciativa do ilustre Senador José Ermírio de Moraes. É uma comissão constituída de cinco senadores e cinco deputados, com representação dos dois partidos, e presidida pelo representante de Mato Grosso Senador Fernando Corrêa da Costa.

A Comissão tem se deslocado fazendo visitas a alguns Estados da federação para estar em contato com os líderes da agropecuária, sentir os seus problemas e trazer subsídios ao Congresso Nacional, consubstanciando num relatório e levá-los a S. Exa. o Sr. Presidente da República.

Desnecessário é frisar as agruras que atravessa a agropecuária. Daí a sensibilidade do Congresso no sentido de se fazer presente junto a esse setor e, no caso especial do nordeste, procurando ouvir S. Exa. o General Euler Bentes Monteiro para que faça uma exposição sobre os problemas da agropecuária, na área da SUDENE. Posteriormente à sua exposição, será aberto, no sistema clássico das Comissões um período de perguntas e respostas no sentido de esclarecimentos para que utilizemos a boa terapêutica.

Concedo a palavra ao Sr. General Euler Bentes Monteiro.

O SR. EULER BENTES MONTEIRO — Exmo. Sr. Deputado Eraldo Lemos no exercício da Presidência desta Comissão, desejo agradecer, em meu nome e dos meus companheiros da SUDENE, a honra desta convocação.

Na verdade, na SUDENE somos crentes de que nosso serviço, nosso trabalho, não pode ser realizado isoladamente. Somos um órgão de Governo que procura ligar-se com todos os outros órgãos de Governo, quer do Governo Federal, quer do Estadual, mas que também procura ligar-se com todas as forças vivas da Nação, para o bom desempenho de nossa tarefa. Mas o desenvolvimento do Nordeste não é uma questão regional, o desenvolvimento do Nordeste é, na verdade, um problema nacional e sem o apoio, por consequência, do Congresso a opção que fez o Governo Federal, a opinião do Governo como do Executivo e do Legislativo, esta grande opção que fez, de um tratamento diferenciado para o Nordeste, não terá continuidade.

Desta forma, além de honrados, nós prazerosamente sempre viemos às Comissões do Congresso para transmitir a nossa experiência na re-

gião e as orientações, os caminhos que distinguimos para que elas sejam devidamente debatidas e esclarecidas por este Congresso.

Preparei uma exposição. Na verdade, o tema não permitia uma síntese muito grande. Desta forma, nós já distribuímos mimeografado, o que julgamos interessante fosse o conhecimento de V. Exas. alguma coisa do que consta neste folheto distribuído, e que irei ler mais como uma motivação para o que eu julgo será muito mais importante, o debate posterior.

Pego autorização, Excelência, para dar início à exposição. (Pausa.)

1. Situação Atual

1.1. Caracterização Geral

A caracterização da agricultura do Nordeste implica na visualização de quatro indicadores básicos:

1º A participação da Agricultura no Produto Bruto do Nordeste (Vide Gráfico I)

2º A composição do Produto Agropecuario do Nordeste por subsectores (Vide Gráfico II)

3º A participação dos Estados no Valor da Produção Agrícola do Nordeste (Vide Gráfico III)

4º Proporções da população urbana e rural do Nordeste (Vide Gráfico IV)

Embora estes gráficos possuam significação relativa como indicadores de subdesenvolvimento da região, o que assume, evidentemente, maior importância é o conjunto de elementos e posse da terra da Região. Uma classificação desses sistemas poderá distinguir, pelo menos, três tipos ou padrões subregionais bem individualizados: os de monocultura sob organização de "plantation", os de policultura e os da combinação "gado-algodão — pequenas lavouras". (Vide Mapa 5).

O sistema de monocultura sob modalidade de "plantation" apresenta outros caracteres além da não diversificação ou da pequena diversificação de atividades. Trata-se, como se sabe, de tipo de organização agrícola apoiada fundamentalmente: quanto à terra, em grandes domínios fundiários frequentemente subutilizados; quando à força de trabalho, em grande massa de assalariados; e, quanto ao mercado, em áreas extra-regionais. As zonas ocupadas pela cana-de-açúcar e pelo cacau são os seus principais domínios.

Quanto ao sistema de policultura, existem traços diferenciadores a serem registrados, além do uso diversificado do solo. As estruturas fundiárias caracterizam-se pela sua grande heterogeneidade, com propriedades das mais diferentes categorias dimensionais, coexistindo o latifúndio e o minifúndio. O regime de salarizado é pouco generalizado. Os pequenos agricultores — minifúndios, arrendatários e parceiros — constituem parcela ponderável da população rural. A criação do gado, atividade principal dos grandes estabelecimentos, é importante nas combinações agrárias e de grande influência sobre as relações de trabalho e de produção. As regiões agrestes e as manchas únicas das regiões semi-áridas constituem as áreas principais dos sistemas de policulturas.

As características principais do sistema "gado — algodão — pequenas lavouras", além do que essa combinação expressa, definem uma estrutura fundiária, com predominância da grande propriedade, uma relativa escassez de culturas alimentares e baixa densidade populacional. Estendendo esse sistema por grandes áreas de clima semi-árido, onde é maior a incidência das irregularidades climáticas, cujos efeitos, por falta de uma

infra-estrutura e de uma estrutura de produção, nem sequer são minimizadas.

Não sendo possível aqui tentar um exame minucioso das atividades agropecuárias do Nordeste, com base nas unidades regionais de tipo agrário, a análise terá de utilizar dados globais. Entre estes, os de interesse mais gerais, afora os citados inicialmente, são os que indicam, nos últimos anos, um crescimento do produto real do setor em escala maior do que a do incremento demográfico ocorrido na Região. A taxa anual do aumento, no período 1950-60, é de 6,1% contra um crescimento de população estimado em 2,2%. Tomando-se um período mais recente, o de 1956-65, e verificando-se a evolução dos subsectores, nota-se que a pecuária apresenta a menor taxa geométrica de crescimento anual (4,5%) e as atividades extrativas a maior (7,6%), enquanto a da lavoura (5,6%) quase equivale à taxa setorial (5,5%). Todavia os dados concernentes ao subperíodo de 1960-65, indicam uma significativa expansão da pecuária, expressa em um aumento de 65% no seu produto bruto.

O fato revela uma tendência de mudança na estrutura de produção do setor. A instabilidade dos mercados de matérias-primas vegetais, especialmente os externos e as condições favoráveis do mercado de produtos de origem animal, sobretudo a carne bovina, contribuem para explicar essa mudança. Para isso também tem influido um conjunto de medidas governamentais, principalmente no domínio de crédito. Por motivos conhecidos, a assistência creditícia alcança muito mais facilmente o criador do que o agricultor.

Convém ressaltar que o chamado fenômeno de pecuarização (alargamento do criatório) como atividade de substituição, em antigas terras de lavoura, liberando mão-de-obra, tendo a agravar um dos mais sérios problemas do Nordeste.

1.2 Lavoura — Aspectos do Crescimento

No subsector lavoura, o cotejo do comportamento das culturas alimentares como o das culturas industriais, no período 1956-65, mostra um crescimento anual mais acentuado das primeiras: 6,8% contra 5,0%.

Esse ponderável crescimento da produção alimentar constitui fato significativo em uma região onde a insuficiência da oferta de alimentos está na base dos problemas, não somente em relação aos níveis de vida das populações, mas também considerando o desenvolvimento geral. E, porém, relevante salientar que o aumento registrado pelas estatísticas está longe de ser correspondido por uma disponibilidade maior de produtos alimentícios aos grandes centros consumidores. A evolução dos preços por atacado bem o indica. Também constitui sinal expressivo da escassez relativa das referidas disponibilidades a elevação mais acentuada do custo da alimentação do que a do custo de vida em geral nas capitais nordestinas (Tabela nº 2).

Dois circunstâncias principais estarão contribuindo para o desequilíbrio entre o aumento da produção e ao aumento das disponibilidades de alimentos. A primeira é a reconhecidamente defeituosa estrutura de comercialização que neutraliza, em parte, os efeitos para o...

A segunda circunstância é a absorção, no próprio meio rural, de fração ponderável das parcelas anuais de aumento da produção. Esse fato, a primeira vista, não se harmoniza com o relativamente baixo índice de au-

mento de população do campo. Mas isso perde significação quando se tem em vista o crescimento do número de consumidores nas categorias de estabelecimento de onde procedem predominantemente os produtos alimentares. Sinal inequívoco está nos índices de aumento da população ocupada nas unidades produtoras, menos de 10 hectares, onde se concentram 46% da população mensal em 1960.

Interessa examinar, a seguir, até que ponto o aumento da produção do sub-setor lavoura (culturas alimentares e culturas industriais) de ter decorrido de melhoria da produtividade dos fatores. Dos quinze principais produtos agrícolas da Região, onze apresentaram no período 1948-68, (em médias móveis quinquenais) rendimentos agrícolas quase constantes e um, o cacau, sofreu decréscimo acentuado (Tabela nº 2, Gráficos 6, 7 e 8.) Tudo indica, portanto, que o crescimento da lavoura teve caráter extensivo. Decoreu, em geral, não da adoção de práticas e técnicas incrementadoras da produtividade mas da ampliação das áreas de cultivo e do aumento da força de trabalho empregada.

(Assume a Presidência o Sr. Senador Fernando Gamu)

1.3. Pecuária — Aspectos do Crescimento

A participação da pecuária no setor a que pertence (26,6% em 1965) oferece idéia, incompleta sobre a sua importância na Região. Trata-se do tipo de atividade mais difundida no Nordeste e que constitui a principal fonte de renda na maior parte dos espaços regionais. Essa predominância ocorre, notadamente, nas enormes extensões e nas áreas norte-ocidentais e ocidentais de transição para a Amazônia e o Brasil Central. Segundo foi dito o gado em particular o bovino — figura como elemento principal na combinação agrária clássica das áreas de caatinga (gado — algodão — pequenas lavouras) e em variações sub-regionais dessa combinação. No caso do Piauí, a participação na pecuária (59,0%) na produção do setor, supera a da lavoura. No Maranhão (40,0%) é também bastante significativa.

Tome-se, para exame, o ramo mais importante, o da bovinocultura.

O estudo das características fundamentais desse tipo de atividade no Nordeste implica em estabelecer algumas distinções entre as diversas Zonas de criação. Nas regiões agrestes, em que o gado participa de combinações agrárias diversas no contexto dos sistemas de policulturas, o uso generalizado de cercas e de culturas forrageiras, especialmente a palma, confere ao criatório, caráter menos extensivo do que o existente nas regiões sertanejas, com reflexos nos índices de produtividade. E, também, no agreste que se localizam as sub-áreas especializadas na produção de leite (bacias leiteiras).

Uma terceira distinção a ser assinalada refere-se à questão genética. Destaca-se a respeito, embora com limites imprecisos, a zona da influência da chamada "pecuária baiana adiantada", que compreende além da Bahia, o Estado de Sergipe, onde prevaleceu o sangue indiano. Ao esforço de aprimoramento genético, há que registrar, nesses Estados, a existência em maior escala de áreas de pastagem melhoradas. Nas terras setentrionais do Nordeste a partir dos sertões de Pernambuco, a predominância do gado crioulo — explicita, a lado de outros fatores, menor produtividade. A transformação paulatina da mentalidade do criador, os incentivos governamentais e os estímulos do mercado, vão, entretanto, contribuindo para a melhoria genética.

Na média das condições, a densida-

de bovina, é todavia, ainda muito baixa.

A escassez de alimento e de água durante a estação seca constituem os dois grandes obstáculos ao aumento da densidade bovina na região semi-árida. Para que se tenha uma idéia a respeito, basta mencionar que, no período seco do ano, a capacidade de suporte de uma unidade produtora de condições médias reduz-se a cerca da quarta parte da existente na estação das chuvas.

Isso mostra a proporção em que independentemente de outros fatores, poderão crescer os rebanhos, uma vez solucionado o problema da escassez de forragem na estação seca do ano e do suprimento de água nas fazendas de criação.

Uma política de fomento à produção não poderá, entretanto, deixar de ter em vista as diversidades de condições regionais. A expansão pecuarista nas zonas agrárias de elevada densidade demográfica agrava o problema dos excedentes da força de trabalho. Nas regiões de policultura, além desta implicação, afeta as culturas alimentares e industriais. Se, entretanto, a dinamização e racionalização da atividade se verificar nas zonas de população rarefeita e de aptidões não estimuladoras do uso agrícola dos solos, não somente se evitam os citados inconvenientes, mas também se estará contribuindo para um aproveitamento econômico dos espaços, em correspondência com as condições e variações do meio natural.

1.4. Terra — Distribuição e Utilização

Os padrões médios da estrutura dos estabelecimentos rurais no Nordeste variam segundo os tipos de regiões agrárias. Praticamente segundo investigações realizadas a respeito, não existem áreas sub-regionais em que a maior parte da superfície total dos estabelecimentos, seja ocupada por unidades produtoras do tamanho pequeno ou de até 10 hectares. Os tipos de estrutura mais comuns são: (a) o de grandes unidades, (b) o de unidades médias e (c) o misto ou heterogêneo.

Os dados do Censo de 1960 indicam que, no Nordeste, 72% da área total dos estabelecimentos rurais são ocupados por unidades produtoras com mais de 100 hectares, enquanto as de dimensões inferiores a 10 hectares ocupam apenas 4,3% da referida área total (Tabela nº 4, Gráfico 9).

Ter-se-ia, então, de constatar, em certas sub-regiões, a existência de uma forma superconcentrada de distribuição de terras. Por outro lado, o exame da repartição da área total pelas categorias de unidades de menos de 10 hectares, especialmente nas regiões de policultura, identifica a existência de um continente elevadíssimo de agricultores estabelecidos em áreas pequenas. Nessa faixa de selecionamento dos estabelecimentos, o minifúndio constitui problema conhecido. Em 1960, no Nordeste inteiro o número de unidades produtoras rurais com menos de 10 hectares representava 61,7% do total. Em contraposição, o número dos estabelecimentos de mais de 100 hectares equivalia apenas a 8,0% do mesmo total.

Parece fora de dúvida que a concentração de terras, assim expressa, constitui não somente um elemento desfavorável ao desenvolvimento do setor rural, mas também um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento da economia nordestina.

Em primeiro lugar, porque acarreta uma extrema desigualdade na distribuição da renda, do que deriva (a) uma implicação social traduzida em baixos níveis de vida das maiores parcelas da população do campo e (b) uma implicação econômica expressa em baixa capacidade aquisitiva, dificultando a formação de um mercado regional capaz de servir de

suporte à expansão das atividades industriais.

Em segundo lugar, porque constitui uma limitação à utilização de terras. Enquanto nos estabelecimentos com menos de 10 hectares a proporção de terras incultas era, em 1960, de 10,5%, nos de áreas superior a 100 hectares, essa proporção variava de 21,9% a 23,2% (Gráfico 10).

Em terceiro lugar, pela baixa capacidade de absorção de mão-de-obra que tem, em média, a grande unidade produtora, como se verá mais adiante. O contraste é expressivo: nos grandes estabelecimentos há terras ociosas, nos pequenos, excesso de mão-de-obra.

Do lado da utilização de terras e do emprego de força de trabalho, o tipo de produção também se relaciona com o tamanho das unidades produtoras. Em geral, os grandes estabelecimentos são menos produtores. Na faixa úmida, o elemento base da monocultura é uma planta industrial (cana de açúcar, cacau, agave); nas áreas subúmidas e semi-áridas, o bovino. Em meados do Censo de 1960 registram uma participação das áreas de pastagens, acompanhando as classes dimensionais dos estabelecimentos 15,4% mas de menos de 10 hectares, até 40,1% nas demais de 1.000 hectares. Quanto à área ocupada pelas lavouras, não obstante a inclusão das culturas industriais há pouco citadas, acontece o contrário: a participação decresce à medida que aumenta o tamanho das unidades produtoras, indo de 66,6% nas de menos de 10 hectares, até 4,5% nas de mais de 100 hectares.

Foram mencionados números indicadores de uma proporção menor de terras incultas nas classes dimensionais inferiores de estabelecimentos. É preciso acrescentar que existe uma tendência no sentido da diminuição dessa proporção. Em 1950, a área ociosa na classe de até 10 hectares era de 22%, caindo para 10,5% em 1960; na classe de 10 a 20 hectares caiu de 32% para 18%, atenuando-se nas categorias superiores até declinar de 25,7% para 23,2% na de mais de 1.000 hectares.

Parece evidente, por conseguinte, existir um processo de saturação da área dos estabelecimentos dos escalões mais baixos. E como se verificou, deles é que procede, em grande parte, a produção alimentar, e são os que mais oferecem oportunidade de ocupação. Esse processo tende a gerar dificuldades crescentes para a solução de dois dos maiores problemas da Região: o do abastecimento alimentar e o da absorção da força de trabalho.

1.5. Mão-de-Obra e Capital.

A observação de natureza mais geral sobre o problema da força de trabalho no setor agropecuário da economia nordestina, já foi feita anteriormente: é a de que o seu crescimento se realiza em proporção superior à sua absorção. As intensas migrações do campo valem por um resultado e uma comprovação.

Segundo o critério adotado pelos Recenseamentos, a estrutura do pessoal ocupado nas atividades rurais compreende os "Responsáveis e Membros não Remunerados da Família", os "Empregados" e "Parceiros". Em 1960, o primeiro desses grupos tinha uma participação de 64,4% sendo de 29,7% o do segundo (Tabela n.º 8). Essa predominância da mão-de-obra familiar sobre o trabalho assalariado é um fato cuja relevância não precisa ser enfatizada. Ressalvem-se, porém, as variações regionais. Os dados seriam outros se se referissem apenas a regiões agrárias sob organização do tipo "plantation", onde o regime de salário é quase exclusivo. Também é certo que a predominância do trabalho familiar se exprimiria de forma ainda mais acentuada se os dados abrangessem apenas as regiões policultoras.

A participação do grupo "Responsáveis e Membros não Remunerados da Família" exprime-se, em 1940, por 54,1% e, em 1950, por 56,8%. O fato de ter passado para 64,4% em 1960 confirma e acentua uma tendência (Tabela n.º 6 e 7). O grupo "Empregados" participa, respectivamente, com 45,9%, 35,7% e 29,7%. Constatase portanto, a existência, nos dois decênios, de um processo de modificação da estrutura ocupacional (segundo a forma de remuneração) nas atividades rurais, caracterizado pela expansão do regime familiar de trabalho e pela diminuição correlativa da mão-de-obra assalariada.

Dado esse fato, e considerando-se, que o crescimento da população ocupada, no período 1950-60, se concentra, sobretudo, nas categorias de estabelecimentos de menores dimensões, infere-se que essas unidades produtoras estão recebendo uma sobrecarga de força de trabalho. Sinal expressivo é o crescimento de participação de "Membros da Família não Remunerada" 31,8% em 1940, 37,3% em 1950 e 43% em 1960.

A primeira consequência dessa mudança de estrutura e da forma como se processa é a subocupação da força de trabalho nos estabelecimentos de classes dimensionais menores por efeito da sua capacidade relativa de absorver os contingentes adicionais de mão-de-obra que recebe. A designação de "Membros da Família" merece uma observação mais cuidadosa indica a interferência de um fator moral necessário à compreensão do fenômeno. Não se trata apenas da mulher e dos filhos menores do pequeno agricultor, mas também dos que chegam à idade de trabalhar e não encontram emprego. Seria difícil o aumento da produtividade do fator trabalho sob essas condições. No decênio 1950-60, a área média por pessoa ocupada na lavoura permaneceu praticamente a mesma nos estabelecimentos de pequeno tamanho (Tabela n.º 8).

A modificação de estrutura com os caracteres aludidos não pode, por outro lado, deixar de estar relacionado com as migrações. O fator primeiro dos dois fenômenos é o mesmo: incapacidade muitas vezes mencionada, que tem o setor de absorver, na faixa de um emprego produtivo, a mão-de-obra resultante de incremento populacional, e que também contribui para a concentração dos novos contingentes nos pequenos estabelecimentos. Isso se verificou, porém, pelos motivos já vistos, ou seja, em virtude da semi-ociosidade da subocupação. A alternativa para o indivíduo as mesmas condições, e deslocamento à procura de trabalho em cidades da Região ou nas outras regiões do País (Gráfico 4). Portanto, mudança de estrutura ocupacional e migrações são fenômenos interligados. Além de partirem os dois de uma motivação comum, o primeiro contribui para intensificar o segundo. Isso explica a inclusão das regiões policultoras que possuem geralmente forte densidade demográfica e estrutura agrária caracterizada por grande número de pequenos estabelecimentos — entre as primeiras áreas de origem das migrações nordestinas.

Os caracteres de que resulta a paucificação da estrutura em causa, empriem outrossim, a acentuação do caráter de "subsistência", de parcela ainda muito elevada da economia rural do Nordeste. Os fatores que explicam a mudança confundem-se, em grande parte, com os que dificultam a marcha para o estágio de uma economia de mercado. Dentro da faixa correspondente a esse estágio estão as regiões de predominância de salarizado, mas com amplitude limitada, em termos de capacidade aquisitiva, pelos níveis de remuneração que só excepcionalmente correspondem

aos mínimos estabelecidos pela legislação do trabalho.

Uma estrutura econômico-social com a tendência e os caracteres expostos seria, juntamente com o problema da terra a que está ligada, o principal obstáculo aos esforços visando a conferir a tão numerosa população rural do Nordeste a condição de mercado consumidor, requisito indispensável do desenvolvimento regional.

Várias das observações acima estão a indicar, ao mesmo tempo, uma participação muito reduzida do fator capital no processo produtivo das atividades agropecuárias. Os dados já citados, referentes à baixa produtividade da terra e do trabalho no sub-setor lavoura, revelam a ausência de uma tecnologia evoluída propiciada por um maior emprego de capital na combinação dos fatores de produção. Trata-se do problema econômico mais generalizado do setor. Ele decorre de fatores vários, em cuja lista terá de figurar em primeiro lugar, a baixa rentabilidade. Desde que esta, a seu turno, depende em grande parte da produtividade surge o círculo vicioso. Mas a baixa rentabilidade também deriva do sistema de comercialização, como adiante se apreciará.

Tudo isso, somado ao que se disse sobre a distribuição e utilização da terra, parece demonstrar que o setor agropecuário da economia nordestina está ainda muito longe de possuir condições para desempenhar a sua missão no processo de desenvolvimento econômico. Funciona, antes, como elemento frenador desse processo, o que justifica uma interferência energética e profunda do poder público.

1.6. Aspectos da Comercialização:

Relativamente ao problema da baixa rentabilidade do agricultor, como elementos que se opõe à melhoria dos processos produtivos, mediante maior aplicação de capital, faz-se indispensável examinar, mais detidamente as condições em que se processa a comercialização, a saber:

a) caráter atomizado da produção e, portanto, da oferta ao nível do produtor. Como foi dito, quando se tratou da repartição e utilização das terras, os produtos oriundos das atividades da lavoura são obtidos em um número elevado de estabelecimentos pequenos e sub-médio.

b) o caráter oligopédico da demanda, ao nível do primeiro elo da cadeia de intermediários. É relativamente pequeno o número dos que aduzirem os produtos agrícolas para levá-los aos centros consumidores. O fato acentua-se quando se trata de algodão, devendo os intermediários estar equipados para realizar as operações de beneficiamento. E o algodão, como se sabe, é a lavoura mais difundida da Região;

c) a existência de baixo poder de barganha do agricultor. Para isso também influi o seu insuficiente cabedal de informações sobre as condições do mercado;

d) as deficiências dos padrões sócio-culturais da grande maioria dos agricultores, sérios obstáculos à sua organização em entidades mais centralizadoras das vendas dos seus produtos;

e) o não funcionamento satisfatório de um mecanismo oficial de preços-suporte, a exemplo do existente comumente nas regiões desenvolvidas; Em consequência desses fatores, a diferença entre os preços obtidos pelo produtor e os pagos pelo consumidor representa, quase sempre, uma margem maior do que a justificada pelo custo e pela remuneração dos serviços de comercialização, o que acarreta efeitos danosos em duas direções: a do consumidor e a do produtor.

2. Avaliação da Política da SUDENE

As grandes linhas da ação programada pela SUDENE, visando a desenvolver o setor agropecuário, podem ser assim sintetizados:

- Ampliação da oferta de terras;
- Reorganização da economia da zona semi-árida;
- Orientação e incremento da pesquisa e experimentação agrônoma;
- Racionalização do abastecimento e comercialização da produção agropecuária.

Objetivando o aumento da oferta de terras a fim de reduzir o desemprego no setor agrícola e incrementar a oferta de alimentos principalmente nos grandes centros urbanos, a SUDENE propôs as seguintes medidas:

- Colonizar e provar as terras subutilizadas, na zona úmida, particularmente no Maranhão e sul da Bahia;
- Aproveitamento das bacias dos açudes e das possibilidades de irrigação no baixo e sub-médio São Francisco e no Vale do Jaguaribe;
- Expandir a área cultivada nos chamados tabuleiros costeiros do Nordeste, mediante o emprego de modernas técnicas agronômicas;
- Liberar de terras na zona canavieira pela introdução de técnicas capazes de aumentar a produtividade.

Em relação às terras a serem colonizadas o povoado, limitou-se a SUDENE à instalação do Projeto de Povoamento do Alto Turi. A ausência de estudos básicos que permitissem uma maior conhecimento da área e a inexistência de uma infra-estrutura, principalmente de estradas, comprometeram sensivelmente os resultados esperados.

O esforço da SUDENE ao propor o aproveitamento das bacias dos açudes públicos, consistiu, fundamentalmente, em dinamizar as atividades de irrigação desenvolvidas pelo DNOCS, através da utilização racional dos recursos empregados.

A utilização dos tabuleiros "costeiros", numa área estimada em cerca de 700.000 ha, tornaria possível o aumento da oferta de terras agricultáveis na região. A sua importância foi avaliada em função de suas excelentes condições de infra-estrutura e de sua proximidade dos principais centros urbanos. O programa já apresenta resultados significativos, no campo da pesquisa, com relação a algumas culturas tais como: amendoim, inhame, mandioca e gramíneas forrageiras.

A reestruturação da economia canavieira, embora seja no momento uma preocupação prioritária do Governo, como demonstra a criação do GERAN, tem encontrado sérios obstáculos à sua execução.

Ao estabelecer a política de reorganização da economia da zona semi-árida, a SUDENE deu ênfase a investimentos capazes de intensificar o fomento à cultura do algodão arbóreo pela multiplicação de sementes selecionadas, e à pecuária bovina, através da multiplicação de gramíneas, palma forrageira e pelo aumento da oferta de água, mediante perfuração de poços.

O processo de comercialização apresenta-se como um das principais de estrangulamento do desenvolvimento do setor agrícola regional. Desde sua criação a SUDENE tem dado uma importância toda especial a este problema, adotando medidas para produção, distribuição e consumo dos diversos produtos agropecuários. Basicamente o programa tem consistido em: a) estudos e pesquisas sobre os principais canais de comercialização; b) projetos de comercialização com a formação de estoques reguladores e estoques de emergência; c) organização de um sistema de centrais de abastecimento; d) criação de uma infra-estrutura complementar pela construção de mercados urbanos, rurais e armazéns. As realizações deste programa têm sido pouco expressivas, em virtude da escassez dos recursos, se comparados com as dimensões do problema.

A extensão dos incentivos decorrentes dos Arts. 8º e 18 para a agricultura, efetivamente só ocorrem em

anos de 1965. Dado o pouco tempo da sua execução, não é possível uma avaliação dos seus efeitos sobre a produtividade do setor. Contudo, levando-se em conta, que até 1967 foram aprovados 65 projetos com investimentos totais num montante de NCr\$ 92,2 milhões, e que nesse ano foram liberados cerca de NCr\$ 10,7 milhões pode-se afirmar que a aplicação desses recursos em empresas racionalmente planejadas representa, no Nordeste, a introdução de uma nova mentalidade empresarial capaz de significar o início de um processo de modernização do setor agrícola. O mecanismo de concessão desses incentivos, pela sua própria natureza, tem limitadas possibilidades de provocar mudanças estruturais; além disso, os pequenos e médios agricultores pelo baixo nível de capitalização e pelas dificuldades que enfrentam no mercado de capital, só excepcionalmente têm condições de receberem aqueles benefícios. A maioria dos projetos apresentados à SUDENE se destinam a investimentos em pecuária bovina de corte. Como esta atividade emprega menos mão-de-obra que as explorações agrícolas, a SUDENE já adotou medidas para preservar o nível de emprego nas áreas de implantação do projeto.

3. Linhas Gerais de Ação

Das observações e fatos registrados na análise do setor agropecuario da economia nordestina, resultam linhas de ação que, agrupadas pelos subsectores, se orientam para os seguintes objetivos:

- a) Aumento da oferta de produtos alimentares;
- b) Aumento da produtividade das culturas industriais;
- c) Desenvolvimento da pecuária;
- d) Implantação de lavouras irrigadas.

Os esforços a desenvolverem-se deverão ser condicionados por dois problemas de natureza geral de interesse para todo o sistema econômico nordestino: a) a incapacidade de a economia regional absorver fração expressiva da força de trabalho adicional gerada pelo incremento demográfico e b) a vulnerabilidade do setor às irregularidades climáticas existentes na maior parte dos espaços da região.

3.1. Aumento da oferta de Produtos Alimentares

As diretrizes de ação visando ao aumento da oferta de produtos alimentares são as que se indicam a seguir.

3.1.1. Racionalização da Comercialização

— Preços mínimos: O principal instrumento destinado a assegurar ao produtor rural níveis de preços adequados e com reflexos favoráveis na regularidade do abastecimento e no custo de vida nos centros consumidores é o dos preços — suporte. A SUDENE emprestará o seu apoio aos órgãos responsáveis visando à ampliação e aprimoramento do sistema que está sendo implantado no Nordeste.

— Suporte físicos. Com a mesma finalidade, deverão funcionar uma infra-estrutura de armazenamento e uma infra-estrutura de abastecimento. Quanto à última têm prioridade a conclusão das obras chamadas "Centrais de Abastecimento" das três grandes capitais e a construção de mercados urbanos nas cidades de segunda grandeza.

— Estoques reguladores: Esses iniciativas, destinadas a criar o indispensável suporte físico regulador dos fluxos de mercadorias, deverão ser completadas pelo emprego de recursos na formação e rotação de estoques reguladores de mercado e estoques estratégicos.

— Cooperativas centralizadas de venda: O estímulo à constituição de cooperativas que, além de outras funções, exerceram a de órgãos locais centralizadores de venda, também se insere no conjunto de medidas me-

diantes as quais se objetiva racionalizar a comercialização.

3.1.2. Melhoria da produtividade

Dado o fato de possuírem as regiões produtoras de gêneros alimentícios elevadas densidades demográficas e, em consequência, concentração excessiva de força de trabalho, a melhoria da produtividade das culturas alimentares deverá ser alcançada através de um conjunto de práticas não poupadoras de mão-de-obra. Na melhoria de produtividade da lavoura sob essa orientação, em função relevante:

- a) as atividades de promoção destinadas a difundir o uso de sementes selecionadas, práticas de adubação, práticas de tratamento fitossanitário, tratamentos culturais adequados e processos conservacionistas;
- b) as atividades de extensão rural, terão também por objetivo a modificação de padrões sócio-culturais do agricultor, que resista às invasões tecnológicas, frequentemente;
- c) a difusão do crédito para investimentos e para custeio destinado às unidades de produção das categorias dimensionais média e sub-média;
- d) as cooperativas de produtores que, além de outras atribuições se destinam a propiciar ao agricultor o suprimento dos consumos indispensáveis à racionalização da produção;
- e) a pesquisa e experimentação voltadas preferencialmente para as culturas alimentares de maior consumo da região.

3.1.3. Ampliação das áreas sob cultivo

O aumento da oferta de produtos alimentares não deverá ser apenas o decorrente da melhoria da produtividade. Pela sua natureza, os esforços nesse sentido não poderão produzir efeitos a curto prazo. Como, por um lado, são crescentes as necessidades de abastecimento, é significativa a fração de terras ociosas, torna-se necessária também a ampliação das áreas cultivadas. Para isso, o agricultor receberá os benefícios da melhoria da estrutura de crédito agrícola e os estímulos da assistência técnica. Obstáculo a ser vencido situa-se no problema institucional do uso e posse das terras que condicionam as suas formas de utilização. Espera-se a colaboração do IBRA no sentido da regularização da reforma agrária nas regiões de policultura, entre outros motivos, como uma das pré-condições para o aumento da produção alimentar da região.

3.1.4. Diversificação do uso da terra nas regiões monocultoras.

Tanto no caso da programação especial já existente para as regiões canavieiras como no caso da programação especial a destinar-se à região caçueira, prevê-se a diversificação do uso da terra. Essa diretriz incorporada a programações integradas, deverá contribuir para o aumento da produção alimentar, especialmente daqueles produtos cujo cultivo seja adequado às condições naturais das duas zonas.

3.1.5. Ampliação do espaço agrícola regional.

A atuação em áreas de ocupação humana recente ou em processamento no noroeste maranhense, inserida nas diretrizes espaciais de ação da SUDENE, além de atender a outros objetivos, como o de absorção de excedentes populacionais, acarreta efeitos positivos de âmbito setorial quanto ao incremento da oferta de alimentos. Certos gêneros, especialmente o arroz, deverão ter a sua produção aumentada. As medidas visando à integração regional daquelas áreas através da infra-estrutura dos transportes visam ao atendimento de condição para que as terras novas exerçam a função de abastecer as áreas e centros consumidores regionais.

Poderá também ter o sentido de ampliação do espaço agrícola do Nordeste a utilização dos tabuleiros costeiros da periferia oriental da região

onde, coincidentemente, se localizam os maiores consumidores. Os grandes problemas são o da fertilidade dos solos e o da seleção de culturas que se possam adaptar às condições edafológicas existentes. A SUDENE dará prosseguimento às pesquisas visando ao melhor aproveitamento dessas terras.

3.2. Aumento da Produtividade das Culturas Industriais.

Para alcançar o objetivo, serão usados instrumentos sempre presentes em programas de desenvolvimento rural como as mencionadas linhas atrás quando se tratou do aumento da oferta de produtos alimentares. Genéricamente, eles se situam no campo (i) da pesquisa e experimentação, (ii) da promoção e extensão rural, (iii) da racionalização da comercialização, e (iv) de crédito agrícola.

Uma consequência dessa diretriz será a diferença entre as formas de ação a exercerem-se nas regiões de predominância de grandes estabelecimentos e nas de unidades produtoras pequenas e médias. Nas primeiras, a atuação visando à melhoria de produtividade deverá apoiar-se principalmente nos estímulos financeiros previstos nos artigos 34-18 da legislação da SUDENE nas linhas de crédito das agências financeiras oficiais, isso porque, em geral, os produtores dessas áreas possuem condições de postular recursos dessas fontes.

Nas regiões de predominância de pequenos e médios produtores, inenhabilitados a utilizar os recursos aludidos, a melhoria da produtividade será objeto de ação mais direta do poder público através dos instrumentos tradicionais antes referidos.

As três principais culturas da região — algodão, cana-de-açúcar e cacau, reclamam referência especial.

Algodão: — A importância de que se reveste a atividade algodoeira no Nordeste, justifica uma ação preferencial para a melhoria da sua produtividade. Todavia a extrema fragmentação das unidades produtoras e a relação de trabalho predominante, nessa lavoura (regime de parceria) geram obstáculos à eficácia de medidas destinadas à racionalização de produção. Trata-se de problemas que terão de ser enfrentados pelas linhas de ação neste campo. Do mesmo modo, essas diretrizes levarão em conta as peculiaridades demográficas, econômicas e sociais das regiões produtoras do tipo herbáceo, que comumente integra combinações agrícolas das áreas subúmidas e das regiões produtoras do tipo arbóreo, que comumente se encontram nas regiões semi-áridas.

Cana-de-açúcar: — As ações visando à melhoria da produtividade da cana-de-açúcar deverão desenvolver-se mediante programação especial. Prevê-se largo emprego da mecanização, além de outras práticas características de tecnologia evoluída. Como o aumento de produtividade acarreta uma redução da ordem de 50% da mão-de-obra e da terra, exige-se que os projetos das unidades produtoras, para obtenção de recursos para o objetivo em causa, ponham à disposição do poder público áreas de terras com dimensões suficientes para absorção dos contingentes de força de trabalho a serem liberados. O fato de serem as áreas canavieiras regiões bem individualizadas, a natureza dos seus problemas justificaram a sua inclusão nas diretrizes espaciais de ação como áreas-programa. Desse modo, seus problemas de produtividade serão solucionados como elemento de uma programação integrada.

Cacau: — As características peculiares ao cacau, conduzem a exemplo do da cana-de-açúcar, a um tratamento da questão da produtividade da cultura dentro do contexto geral dos problemas econômicos e sociais da região em que a sua produção constitui a atividade dominante. Trata-se também de região bem individuali-

zada que constituirá área-programa especial. Diagnóstico o ser realizado identificará as linhas da programação especial onde serão indicadas as linhas de ação orientadas para o aumento da produtividade.

3.3. Desenvolvimento da Pecuária

As ações a desenvolverem-se no sub-setor destinar-se-ão prioritariamente à bovinocultura e à seminoicultura. A exemplo do que foi definido quanto às culturas industriais, as diretrizes de ação nesse sentido serão adaptadas não somente ao tipo de atividade, mas também às condições naturais, econômicas e sociais das diferentes regiões produtoras.

Por se tratar de atividade econômica que se apóia em baixo emprego de mão-de-obra e alta participação do fator terra, o seu desenvolvimento será fomentado especialmente nas regiões de baixa densidade demográfica. Quanto às regiões densamente povoadas, os estímulos serão limitados nos casos em que, pelo seu caráter intensivo e associado com a lavoura, o criatório não acarreta liberação de mão-de-obra nem ocupação de terras em detrimento das culturas alimentares.

No domínio da alimentação e da água os programas visarão a propiciar meios através dos quais as unidades produtoras possam solucionar o problema da escassez de forragens e do suprimento de água durante o período seco do ano. O último desses fatores limitantes será contemplado especialmente pela ação do DNOCS e SUDVALE, através de obras de engenharia rural em áreas prioritárias.

Quanto à suinocultura, o fato de existir uma produção muito inferior à que se poderia esperar do efetivo do rebanho faz ressaltar a importância da questão genética. A SUDENE continuará a desenvolver esforços prioritariamente nesse campo. As exigências alimentares desse tipo de criatório indicam, quanto ao aspecto locacional, uma preferência a) pelas áreas próximas aos grandes e médios centros urbanos e b) pelas áreas da pecuária bovina leiteira onde o elemento protótipo da raça é comumente subproduto da industrialização do leite.

A orientação gera assim definida terá validade para os programas de promoção no subsector bem como para o deferimento de incentivos a serem postulados através de projetos ao nível do produtor.

3.4. Irrigação

Trata-se, como se sabe, de tipo de sistema agrícola próprio de regiões com escassez e irregularidade de chuvas, que exige amplos investimentos. Essa técnica além de neutralizar os efeitos do regime pluviométrico e de permitir alta produtividade através inclusive da realização de mais de uma colheita por ano, acarreta o uso conjugado de práticas agrícolas mais evoluídas. Nas regiões semi-áridas, a atuação no campo da lavoura irrigada.

a) nos recursos hídricos existentes, sejam os dos grandes reservatórios (que, representando elevadíssimos investimentos públicos, reclamam melhor utilização), para os dos rios perenes, sejam os das águas subterrâneas em vastas ocorrências já constatadas pelas pesquisas hidrogeológicas;

b) nos recursos edafológicos, também já constatados pelos levantamentos pesquisas em amplitude e posição adequada face aos recursos em água;

c) nos mercados consumidores regionais, que vem se tornando mais aceitáveis aos produtos formados das regiões sertanejas, merece a melhoria da infra-industrialização dos transportes.

Esses fatos não deixarão dúvida quanto à viabilidade e as vantagens de uma política de implantação de sistemas agrícolas baseados na lavoura irrigada. Essa orientação corres-

ponde por outro lado, a exigência das condições naturais de extensas áreas da região.

Os quadros 12 e 15 exprimem a localização dos projetos e investimentos previstos.

Sr. Presidente, achei necessário fazer essa apresentação de gráficos primeiramente, a fim de que houvesse uma focalização de base.

O plano diretor estabelece os documentos distribuídos a V. Exas. destacando essa parte, todos os programas e mesmo projetos correspondentes a essas diretrizes a que me referi.

Destaque especial merece, não só pelo que representa de modificação completa à estrutura da região, como também pelo que concerne à nova política de irrigação.

Creio que, com essas palavras, podemos dar por encerrada a parte expositiva para ficarmos à disposição de Vv. Exas. e responder a perguntas que desejarem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Sr. Deputado Breno da Silveira.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Sr. Presidente, illustre General, infelizmente me encontro afônico, mas isso não me impede de fazer algumas indagações. Deputados e senadores têm-se movimentado por esse Brasil afora, vivendo de perto as dificuldades por que passam os homens do campo, quer na pecuária quer na agricultura. Julgamos imprescindível que, em nossa ida ao Nordeste, V. Sa. possibilite a esta Comissão alguns contatos diretos com áreas importantíssimas a que a SUDENE vem assistindo, transcendentes para a resolução do problema econômico-social em nosso País. Inicialmente, é o pedido que o Relator faz. Teremos que movimentar futuramente, talvez no mês de julho ou agosto, para o Nordeste e Norte do país, ocasião em que nos comunicaremos com V. Exa. para que, do nosso roteiro, sejam aproveitados uns dois dias para observar a programação da SUDENE.

A grande dúvida que tenho, em que pese a minha origem nordestina — embora sendo Deputado Federal, pela quinta vez, pela Guanabara — é a respeito dos agudes nordestinos.

Era eu ainda muito e já ouvia falar — e isso ao tempo de Epitácio Pessoa, na velha Paraíba — a respeito dos primeiros passos que se davam com respeito ao problema de agudagem.

Grandes açudes foram construídos mas seu aproveitamento, o rendimento de fato para as populações sertanejas, não corresponde à grandiosidade daqueles empreendimentos.

Tenho acompanhado o trabalho da SUDENE, inclusive hoje com a explanação objetiva de V. Exa., especialmente no concernente à irrigação, e nos sentimos eufóricos porque a questão já está em andamento, inclusive equacionada e, em muitos casos, já em funcionamento.

Lembrarei que tivemos, aqui, uma exposição feita pelo representante do INDA, da qual dediquei grande parte ao problema da irrigação.

Perguntaria a V. Exa., se há coordenação desses diversos setores federais e regionais, no sentido da unificação de trabalho — porque notei, em sua exposição, a exigência de programas onde o DNOCS e a SUVALE encontram-se presentes em colaboração com a atividade da SUDENE — se o INDA, nessa atividade, por exemplo, da irrigação, da qual nos fez uma demonstração há poucos dias, em exposição igual à de V. Exa. vem tendo uma atuação isolada, se há alguma participação, algum entendimento com a SUDENE?

O SR. EULER BENTES MONTEIRO — Na verdade, convém ressaltar que a SUDENE, através de, principalmente, esses quatro planos diretores, estabelece alta prioridade para o

problema agropecuário, não só por necessidade própria de atender a esse setor praticamente estagnado, sem nenhuma melhora da produtividade, mas também por uma necessidade de atender ao setor industrial, que estaria comprometido no seu desenvolvimento, se não atendermos ao setor da agropecuária.

Aproveito ainda, antes de enfocar a pergunta do nobre Relator, para dizer que, para nós, seria satisfação enorme esta Comissão pudesse deslocar-se para o Nordeste, a fim de cumprir o programa que julgasse mais conveniente. Lá estaremos inteiramente à disposição de V. Exas., não só para apreciações específicas como também para acompanhar os nobres Membros da Comissão aos projetos que desejem visitar. Apenas sugeriria a visita não fosse limitada a um ou dois dias, porque, assim, praticamente nada poderia ser visto naquela Região, a não ser mais exposições, quando — creio — interessante era ver-se algo que esteja sendo realizado. Pelo menos uns quatro que pudessem passar conosco, nós os receberíamos com a manifestação (que já manifestei) e me encarregaria de cumprir o programa que estabelecessemos.

A respeito da cooperação ligada com o IBRA, na verdade, Exa., o problema dos açudes constituídos pelo poder público no nordeste há tão longos anos, realmente constitui investimentos de quase nenhum aproveitamento. Os grandes beneficiados foram os próprios proprietários das terras.

Essa política de irrigação, aliada ao suporte industrial que nos foi fornecido pelo próprio Congresso, permitiu-nos agora partir para o aproveitamento dessas águas que foram armazenadas que, até agora nada renderam. Esse projeto de irrigação consome altos investimentos, e a SUDENE, que vem procurando abrir todas as portas a esse respeito, com recursos externos, através de financiamentos gostaria bem que outros órgãos também prestassem sua colaboração.

Saiba V. Exa. que o estabelecimento de um projeto de irrigação é algo bastante complicado, bastante complexo com toda assistência técnica que temos recebido e aprendizado no exterior com países que têm tradição de irrigação, principalmente França, principalmente com a própria ONU, Israel, Espanha. Um projeto de irrigação não fica em menos de uns dois anos. Hája vista Israel, que pode ser considerada mestra no mundo atual, em aproveitamento de água, e está nos prestando assistência técnica com esse projeto a que se refere o Dr. Diniz, levará no mínimo dois anos com o projeto. A implantação depois não. Mas a elaboração exige trabalhos longos, pesquisas, experiência para se poder dizer o que fazer realmente, que tipos de cultura, em que época plantar, com que quantidade de água, etc.

Não temos a cooperação do INDA nessa nossa programação. Como vê V. Exa., temos aí a soma de esforços dos órgãos do Ministério do Interior, a SUDENE, o DNOCS e a SUVALE, em outros tipos de programas, de comercialização, etc., trabalho associado com vários outros órgãos, mas na programação de irrigação, não.

Procuramos a cooperação de todos os órgãos nesse setor, apenas todos já estavam com seus compromissos de suas programações estabelecidas e não podemos, por conseguinte, conseguir que se associasse às nossas programações.

Vamos pedir o apoio inclusive do Dr. Diniz, que é superintendente-adjunto da SUDENE e chefe do Departamento dos Recursos Naturais a que estão afetados esses projetos de irrigação porque não conhece os projetos do INDA, ele pode esclarecer melhor o assunto.

O SR. DINIZ ANDRADE — (Inaudível.)

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Quando se realizou, em Brasília, o primeiro congresso nacional sobre irrigação, já esta Comissão tinha iniciado suas atividades. Procuramos ter conhecimento imediato das suas conclusões, que nos foram trazidas pelo INDA, por quem o Congresso foi supervisionado. De maneira que o INDA, se apareceu com pal da irrigação, pelo menos num congresso realizado aqui em Brasília — congresso brasileiro — o que me estranha é que ele não tenha trazido, na participação, acho que fabulosa de um trabalho mais amplo, a presença da SUDENE, com este colossal empreendimento que é o aproveitamento da grande agudagem no Nordeste.

Era apenas um esclarecimento que queria dar a V. Exa.

O SR. DINIZ DE ANDRADE — (Inaudível.)

O SR. EULER BENTES MONTEIRO — Estamos empreendendo no problema de irrigação o máximo de esforço, e esse máximo de esforço está representado por uma meta de 100.000 hectares, em 5 anos, com investimentos de cerca de NCr\$ 421.600.000,00.

Apenas nós estamos, porque esse é um esquema financeiro real, dentro das possibilidades do Governo, mas com as dotações orçamentárias para os três órgãos a que me referi, apenas nós estamos tentando a captação de recursos externos, pois gostaríamos não só de abreviar metas do planejamento, como, se possível, de ampliar metas. Alguns dados do que representa a produtividade nesses projetos de irrigação são, realmente impressionantes, como é o caso de Bebedouro onde se fazem, quanto à uva, três colheitas por ano. E há alguns dados mais que modificam completamente a colocação até hoje admitida da agricultura e da pecuária, porque a pecuária poderá ser confinada ou meio confinada pelas gramíneas e forrageiras que serão obtidas com alto rendimento.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Queria afirmar a V. Exa. que, nesse sentido, o Dr. Ari Bugger, que hoje lidera, no Banco Central, a Carteira de Crédito da Pecuária, Agrícola declarou nesta Comissão que o que mais justamente o tem preocupado, nos diagnósticos a que têm chegado os estudos dos técnicos brasileiros, é justamente o índice de produtividade que continua a ser no Brasil, por hectare, o mesmo de há 20 ou 30 anos atrás.

Inclusive, muitas vezes se avança em extensão mas, infelizmente, o grau de produtividade, por falta de irrigação e correção do solo, continua no mesmo atraso de décadas atrás.

Uma das causas que mais me preocupa como médico, como Presidente da Comissão de Saúde da Câmara, é aquela que mais atinge o nosso País, ou seja, o problema do saneamento básico.

Costaria de lembrar a V. Exa. a V. Exa. a responsabilidade que tem a SUDENE, em áreas as mais infestadas pelo esquistossomo e gostaria de saber de V. Exa. quais as medidas e providências tomadas no que diz respeito às grandes áreas que têm a atuação da SUDENE, em torno do saneamento básico dessa região, como justamente uma garantia para que tudo isso encontre no material humano que é o homem brasileiro, aquele que nos vem ajudar, um ambiente propício, porque não adianta dar possibilidade de trabalho sem a saúde estar garantida e afastando, pelo saneamento básico, a doença de chagas e outras, efetivamente endêmicas nesta área onde a SUDENE atua. Perguntaria a V. Exa. se ao lado de medidas de tanta grandeza, há, pa-

ralelamente, uma atividade de profundidade para que o setor saneamento básico fique atendido. Inclusive, vimos que esta área, hoje, está exatamente na esfera do Ministério do Interior. Tivemos aqui uma grande luta. Fomos autores do substitutivo na Comissão de Saúde da Câmara para que um tripé — Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, como cabeça, e o Ministério do Interior — tivessem uma atividade mais concreta em torno de saneamento básico em nosso País. O substitutivo, na Comissão de Saúde, logrou a aprovação pela Câmara e foi depois refundido num novo substitutivo no Senado e que deu, felizmente, toda a força ao Ministério de Interior. Parece-nos que no Plano Nacional de Saúde, o próprio Ministério não tem nenhuma participação no emprego de verbas para o saneamento básico, dentro do planejamento total do problema da saúde pública. Perguntaria se se tem cuidado desta parte tão vital?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Efetivamente, nobre Deputado, este é um problema da mais alta prioridade na programação da SUDENE. Apenas para V. Exa. aquilatar, esta programação do Plano Diretor está sendo distribuída também aos Srs. Deputados, menos a parte de legislação, porque o Sr. Presidente ainda não deu a palavra final. No plano da SUDENE e do DNOS está um financiamento para projetos de abastecimento de águas nas capitais. Por incrível que pareça, o programa é para as Capitais.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Com o devido respeito à Bahia, infelizmente a famosa Cidade de Salvador tem apenas 8% de áreas saneadas. É uma vergonha para o nosso País e para os baianos.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Estamos fazendo uma programação que vem em termos de recursos financeiros. Temos 73 milhões de cruzeiros novos destinados aos projetos nas Capitais e para o abastecimento de água das cidades com população de 20 mil habitantes, numa programação de 76 milhões de cruzeiros novos e ainda, para abastecimento de água às populações de 4 mil e 20 mil habitantes, uma programação que envolve SUDENE, SUVALE, DNOS, 100 milhões de cruzeiros novos.

Em casos específicos — porque os critérios de SUDENE são das cidades mais populosas para baixo — mas nos casos específicos vou dar a razão de abastecimento de água, em termos de necessidade de população, abaixo de mil habitantes, casos em que águas contaminadas estão sendo usadas, com contaminação da população em mais de 95%...

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Caruaru, a chamada Capital do agreste, uma cidade da importância que é, não tem nem saneamento nem água.

Os dados que V. Exa. nos possibilitou nos atendem na maior plenitude.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Para esses casos especiais foram destinados 71 milhões de cruzeiros para abastecimento de água. Há também programas para os esgotos sanitários que envolvem problema sério — como V. Exas. sabem — como também os recursos máximos disponíveis, inclusive por causa dos esgotos sanitários das capitais — 130 milhões de cruzeiros. Por outro lado, outras verbas para cidades — 120 milhões de cruzeiros. Casos especiais, mais 83 milhões, para cidades com menos de 4 mil habitantes. Um plano diretor com essa programação estabelece recursos e as metas, inclusive orientando as cidades que serão consideradas.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Essas obras são feitas naturalmente com grupos brasileiros, ou existem órgãos

empregados estrangeiros, trabalhando em atividade de saneamento ou construção de abastecimento d'água?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Não existem empresas estrangeiras trabalhando na construção de abastecimento, nem de água.

Quando captamos recursos externos, estes são empregados pelos nossos órgãos, quer sejam públicos, como o NOCS, na área do Nordeste, mas também, em muitos casos, empresas privadas. Pela força dos programas, dos projetos, vamos buscar novos elementos para a execução dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Perguntaria a V. Exa. se, num trabalho de tanta envergadura, de tanta profundidade, a SUDENE, com seu corpo técnico, poderia estudar nas áreas fotogramétricas nessa região.

Gostaria de saber se esse levantamento foi feito especificamente por órgão da SUDENE, por elementos nacionais, pelo Serviço Geográfico do Exército, ou por outros órgãos estrangeiros.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Os trabalhos de levantamento das áreas fotogramétricas e ligados a essa parte de cartografia têm sido feitos, quer pelo Serviço Geográfico do Exército, através de convênio, quer pela Cruzeiro do Sul, por diversas companhias com quem contratamos serviços, mas em nenhum caso contratamos empresas estrangeiras. Os contratos que existem são com outros órgãos.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — V. Exa. sabe, como militar, que o Brasil fez acordo com os Estados Unidos para o levantamento fotogramétrico do nosso território. Pergunto se a SUDENE já lançou mão, pelos seus técnicos, desse trabalho que, segundo dizem, é o mais perfeito possível.

O SR. EULER BENTES MONTEIRO — Em algumas áreas temos usado fotografias feitas pela USAID, cuja responsabilidade de contrato não cabe à SUDENE mas desde que as fotografias existem, temos cópia, não nos cabe qualquer responsabilidade na sua execução.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu pergunto, como brasileiro, se há muita diferença entre o trabalho executado por brasileiros, pelos nossos aviadores e técnicos e o trabalho executado pelos técnicos estrangeiros. V. S. nos informou que foi consultado várias vezes por companhias brasileiras que têm trabalho nesse sentido.

Lembro-me bem de que a área do Planalto foi levantada pela equipe da "GEOFOTO" e da qual participavam oficiais reformados da nossa Marinha de Guerra, tendo à frente o Comandante Cabral, que foi o grande líder do levantamento aerofotogramétrico da região onde se implantou Brasília. Assim sendo, queria saber se há alguma diferença, algo que nos atraísse para abandonar o que é nosso e agarrar o que é dos outros, para dar preferência ao trabalho realizado pelos outros e não por nós.

É a questão que apresento a Vossa Senhoria e, inclusive em caso afirmativo, saber as razões de tal comportamento.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Quanto às necessidades da SUDENE — e, diga-se de passagem, a SUDENE tem uma cobertura ampla, cobertura essa que é dada desde os primórdios de sua instalação e implantação até os dias atuais no que se relaciona aos dados necessários para a feitura de cartas de diferentes tipos: de que precisamos, todo esse nosso trabalho, como já foi dito, tem sido contratado, podemos assim dizer, quer por convênios firmados com o Serviço Geográfico do Exército, quer com empresas particulares brasileiras e debaixo das

especificações exatas que apresentamos, serviços esses que foram considerados amplamente satisfatórios.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Muito obrigado.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Mas quero, ainda, dar mais uma informação a V. Exa. Nesse setor a SUDENE está mesmo, através de equipamentos que foram doados pela Alemanha, mas através do Serviço Geográfico do Exército, a SUDENE está mesmo ampliando as possibilidades de trabalho do próprio Serviço Geográfico do Exército. Há, inclusive, a participação dos mais modernos equipamentos — e, aí, talvez, esteja uma resposta a V. Exa. — que permitem um rendimento, às vezes maior — não é propriamente a qualidade — mas um rendimento maior do que aquele.

Estamos satisfeitos com os trabalhos obtidos pela SUDENE.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Vou fazer-lhe uma última pergunta, uma vez que há vários Deputados desejosos de inquirir-lo.

V. Exa., no início da sua exposição, fixou-se na Bahia e em Sergipe, com uma área de influência maior no zebu. Perguntaria se o fomento à melhoria da zootécnica para o Nordeste se vem processando, uma vez que tivemos, hoje, notícia muito triste, qual seja a de que uma das fazendas do Ministério da Agricultura — que deu, agora, para acabar com tudo que tem, não sei se a razão é a de que outros estão tomando a liderança de problemas que lhe deviam ser peculiares — a Fazenda dos Frios, em Alagoas, onde há algumas anos vem sendo selecionado gado nelore de primeira ordem, como também a raça zebuína, mais propícia ao Nordeste. Então, tivemos notícia de que a fazenda vai ser extinta. Essa fazenda é fruto de acordo entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Alagoas.

Perguntariamos: seria possível a SUDENE salvar o acervo da experiência realizada naquela fazenda?

A impressão que tivemos — o informante é grande técnico — é que ele, o informante, vai lá especialmente para acabar com a fazenda, vai vender tudo a torto e a direito, jogando fora o trabalho de seleção, o trabalho fabuloso de quase 15 ou 16 anos de existência daquele núcleo de fomento à agropecuária em Alagoas.

Nossa pergunta é também uma sugestão.

Repetimos: seria possível a intervenção da SUDENE em assunto de tamanha magnitude?

Fazemos a pergunta porque vimos, na faixa da pecuária e grande interesse, a atividade da SUDENE na melhoria dos rebanhos do Nordeste.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Nobre Relator, o interesse da SUDENE na pecuária nordestina é muito grande e, inclusive, tem ela bastante experiência, pela programação que vem realizando.

A esse respeito, depois, se V. Exas. quiserem alguns dados interessantes, eu pediria permissão ao Dr. Fernando Mello, que é o Chefe do Departamento de Agricultura e Abastecimento, que fizesse uma colocação de ordem geral. Como V. Exa. fez uma colocação específica eu desejaria começar por ela.

É um problema bastante delicado; primeiro porque, na verdade, eu não o conheço. É o caso específico que a V. Exa. se referiu e eu não o conheço.

Dessa forma, precisava que se verificasse, na verdade, o que existe. E o contato nosso com o Ministério da Agricultura V. Exa. sabe que se tornaria bastante delicado, porque se alguém pretende extinguir alguma coisa, deve extinguir com suas próprias mãos. Quem se mete para dizer que não há razão para extinguir deter-

minada coisa é mal recebido. É fora de dúvida que nos interessamos pelo problema, porém não estou em condições de dar nenhuma informação porque não tenho conhecimento sobre este assunto.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Eu sugeriria que um técnico fosse à Alagoas para, no setor da SUDENE local, procurar tomar contato com a última instância, para salvar um patrimônio que tenha 20 anos, com o gado nelore.

Eu me considero satisfeito. Não quero tomar o tempo dos outros Deputados, nesta oportunidade.

Digo com toda sinceridade, inclusive a minha satisfação por ver que muito do que era meu sonho de juventude está sendo realizado pela obra da SUDENE.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Seria interessante incluir o projeto Bebedouro que já está se implantando, se numa estação experimental de mais de quatro anos, da SUDENE, com todas as informações e dados, sendo interessante incluir-se no 7º ano uma visita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correia) — Com a palavra o nobre Deputado Luis Braga.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Sr. Presidente, Sr. General Euler, estou ouvindo atentamente a exposição de V. Exa. Tivemos notícias esquemáticas da exposição ampla e só após a leitura mais detalhada estaríamos em condições de formular perguntas que possivelmente estarão respondidas aqui. Mas, de maneira geral, podemos sentir exatamente os grandes defeitos da estrutura fundiária do Nordeste brasileiro, podemos sentir de certo modo a mobilidade social em virtude dos planos já em execução. Vejo, porém, uma triste perspectiva que essas providências iniciais ainda não conseguiram aceitar a rentabilidade da agropecuária, de que especificamente tratamos agora, da maneira talvez desejada pela própria SUDENE.

Não sei se as perguntas que farei a seguir são produto, assim, de uma falta de entrosamento maior entre o Congresso e a SUDENE. Participando de duas Comissões Técnicas da Câmara — Transportes e Agricultura — eu não tenho ciência se houve durante a elaboração desse 4º Plano Diretor uma espécie de entrosamento, de troca de idéias da equipe de planejadores da SUDENE com os congressistas, o que me parecia de alta conveniência para toda a região.

Passarei a seguir a fazer as perguntas, em sentido também o mais rápido possível, para propiciar a V. Exa., também, respostas rápidas.

Eu perguntaria: a renda per capita relativa à agropecuária, da Região Nordeste, vem correspondendo aos índices projetados pela SUDENE?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Sabe V. Exa. que a coisa mais deficiente no nosso Brasil são as estatísticas. Na verdade, a SUDENE, como órgão planejador, debate-se com esse problema e realiza as suas próprias pesquisas, que não são elementos reais para uma colocação matemática desse problema.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — De uma maneira geral, V. Exa. situou o problema comparando o produto bruto. A minha pergunta é se se cresceu a renda per capita dentro da expectativa que a SUDENE planejou.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Não. Como procurei mostrar nessa contra-exposição, Excelência, a agropecuária teve um crescimento. E mais que isto, um crescimento muito maior que o setor secundário. Na verdade, o setor primário cresceu, no Nordeste, nesses últimos anos, inclusive até o último ano, de forma superior ao crescimento. Estima-se esse crescimento do setor primário em cerca de 10 e 20%. Apenas eu ressaltei que ele é um

crescimento devido à extensão das culturas e não por uma melhoria da produtividade.

Esse é um ponto interessante a ressaltar porque não há, praticamente, nenhuma melhoria de produtividade, apenas há um crescimento extensivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correia) — Eu só preciso que houve culturas novas.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Projetos de irrigação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Correia) — Não do solo, agrícola. Por exemplo, a produção de cebolas onde nunca se plantava esse produto.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Creio que o Dr. Fernando deve agora me ajudar porque começo a me engasgar... Na verdade, dentro dos próprios elementos, não houve crescimento da produtividade. O crescimento é dentro da extensão. Houve uma extensão das culturas.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Mas gente trabalhando em maior área.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Existe extensão de área cultivada, mas não melhoria de produtividade. Tanto que nos sentimos e, há mais uma outra coisa. Continua a vulnerabilidade completa às condições climáticas.

De modo que, se pegarmos a estatística recente, observaremos que, durante a época da seca, cai tremendamente a produção agrícola e pecuária. Justamente nós julgamos necessário introduzir não só o elemento de resistência a essa adversidade das condições climáticas. Quer dizer, a água deve estar sempre como necessária e não apenas quando Deus quer e a tecnologia para que haja então efetivamente uma agricultura garantida plenamente e de alta produtividade. Mas não quero parecer que estou fugindo da colocação que V. Exa. fez porque a programação estabelecida pela SUDENE na agricultura creio que poderá responder sem que o Dr. Fernando Melo me olhe com má vontade, dizendo que absolutamente ainda não surtiu os efeitos desejados. Agora, pediria ao Dr. Fernando Melo que completasse a matéria para que não ficasse numa afirmativa um pouco sem base.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Minha pergunta foi se a renda per capita referente a mão-de-obra, à agropecuária aumentou dentro da estimativa feita, até agora, pela SUDENE ou vem se comportando por baixo.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Que aumentou não temos dúvida. Aumentou em cerca de 12% nos produtos.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — A SUDENE está sentindo que a programação que vem fazendo para a agropecuária de fato, está de acordo com os índices que ela provocou?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — A resposta é não. Tanto que neste 4º Plano Diretor V. Exa. vai verificar que não só imprimimos novos rumos como justamente esses grandes projetos de irrigação e comercialização para modificar vários fatores, como também através de recursos, damos prioridade de maior ao atendimento da agropecuária. Isto demonstra que estamos absolutamente satisfeitos com as reações do setor agropecuário.

O SR. DEPUTADO LUIS BRAGA — Os 67 projetos que estão aqui destacados, relativos à agropecuária referem-se, como V. Exa. bem frisou, a grandes empreendimentos a investidores grandes, de porte acima da média. Então indagaria: para o pequeno produtor da agricultura ou da pecuária, a SUDENE tem outra modalidade a não ser esse tipo de projeto quase que integrado — acredito

que sejam projetos integrados — outro tipo, de atendimento, como seja, empréstimo de reprodutores, financiamento de pequenos plantéis até 10, 20? Existe assim um tipo de financiamento para o pequeno agricultor ou pecuarista?

O SR. FERNANDO MELLO — Os projetos favorecem justamente os grandes empresários, porque o pequeno agricultor ou o criador de pequeno porte não tem essa tendência a ser empresário. Para esses a SUDENE age de maneira indireta, fortalecendo a parte do cooperativismo.

O Sr. Deputado Luís Braga. Depois, há esse outro aspecto da Rede Bancária, que já atua naturalmente. Existe uma área, acredito, e muito grande em toda a zona de jurisdição da SUDENE que não tem possibilidade de sacar recurso algum no Banco do Nordeste, nem esses pequenos proprietários têm a desenvoltura capaz e necessária de procurar um agente da SUDENE, um gerente do Banco, para se agrupar no cooperativismo.

O problema é talvez generalizado em toda a área, pelo menos no sertão baiano. Fica um claro muito grande desse tipo de atendimento ao pequeno agricultor.

O SR. GENERAL EULER BENTES MOREIRA — A SUDENE tem se preocupado muito. Aliás, essa é a preocupação permanente e uma das metas principais. Um dos fatores em que a SUDENE está atuando, que V. Exa. falou, é o de fortalecimento do sistema de associação de crédito à assistência rural, juntamente com a ABCAR, com quem a SUDENE mantém convênio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MELLO — É um órgão que tem prestado inestimáveis serviços naquela área, como tenho podido observar, e se for dotado de bons recursos, acredito que poderá prestar boa assistência ao pequeno lavrador.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Há vários programas, que chamarei de programas com recursos públicos, e através desses recursos chegaremos a atender aos pequenos lavradores, inclusive pretendemos implantar programas para a perfuração de poços financiáveis a longo prazo, com juros baratos, através de recursos da própria SUDENE, também.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — E do Banco do Brasil, inclusive.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — ... para que eles tenham água, que é fator de fortalecimento. E outro fator que, creio, está na sua preocupação é ligado aos incentivos fiscais, que estes têm beneficiado sempre ao grande empresário, porque é um homem que pode pagar um projeto que custa caro, e que tem recursos próprios para sua participação nesse projeto. Isto porque, pela Lei nº 3.418, ele tem que ter recursos próprios. Enquanto que nós já estendemos ao setor da indústria, a que chamamos o programa de pequena e média empresa, que foi criado no ano passado com um sucesso extraordinário, justamente para atender a essa pequena indústria caseira, pequena indústria, enfim, que não tem capital nem sequer para pagar um pequeno projeto.

Esse é um programa interessantíssimo porque os próprios técnicos da SUDENE, preparados pelo Banco do Nordeste, visitam os interessados, preparam um relatório em que são indicadas as medidas que devem ser adotadas para a racionalização daquele empreendimento, conseqüentemente o financiamento que deve ser feito. Dessa forma, praticamente o homem não gasta e obtém o financiamento para a sua pequena empresa.

No setor da agricultura o problema é mais complexo. A esse respeito estamos fazendo estudos para ver se estendemos à agricultura esse sistema

de pequena e média empresa, isto tudo através também dos recursos, poucos, é verdade, da 3.418, enquanto não são liberados definitivamente novas dotações.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Exatamente o ponto que tenho anotado se refere ao custo dos projetos. Sei da existência de um projeto agropecuário — foi proposto e não sei se aprovado posteriormente — girando em torno de NCr\$ 1.200.000,00, em que o investidor havia pago, antes de receber qualquer financiamento da SUDENE, cerca de oitenta mil cruzeiros novos. Seria, assim, algo quase limitativo para qualquer investidor médio, já não digo pequeno, seria um custo muito mais caro desses projetos. Há pouco tempo, inquirindo o Senhor Ministro da Agricultura, aventei a hipótese de que se não poderia o Ministério da Agricultura — que, penso eu, deva ser um órgão mais assim de pesquisa, de orientação do que propriamente de execução — facilitar, com a excelente equipe de técnicos que possui, projetos para esses pequenos agricultores. E Sua Excelência respondeu-me, naquela época, que estava cuidando do assunto. Não sei se, nesse ponto, há algum entendimento do Ministério da Agricultura com a SUDENE. Parece-me que não, em face do que ouvi anteriormente, neste recinto.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — São vários assuntos correlatos, mas vou direto ao objeto de sua pergunta.

A questão dos custos de projetos prende-se, na verdade, a custos de serviços. Na ocasião em que inexistiam esses escritórios de projetos, os custos se tornaram altos, porque, além da oferta e da procura que funciona sempre, esses custos estão baixando, pela extensão dos escritórios de planejamento. Há sempre uma colocação que é feita nesse sentido. Não foi feita por V. Exa., mas poderia ser quase admitida a respeito, porque a SUDENE não faz esses projetos. A SUDENE tem equipes para fazer os projetos, porque na verdade, quando ela analisa um projeto, às vezes modifica totalmente o projeto, o que dá mais trabalho que fazer o projeto.

Entretanto, a SUDENE não deve fazer os projetos como nenhum órgão oficial deve fazer os projetos — estou falando dos grandes projetos no momento —, pois, se um empresário administrar mal a empresa, dirá ele que foi por culpa do Governo.

Assim, é preciso que a iniciativa privada aí funcione. Como será? O empresário escolhe o que quer fazer e apresenta o projeto que é do seu desejo.

A SUDENE não deixa ao bel-prazer do empresário. A SUDENE, primeiro de tudo, diz se o projeto deve ou não ser aprovado, tendo em vista as conveniências do desenvolvimento regional. A Superintendência é que vai financiar, através dos órgãos públicos.

Se o projeto tecnicamente, economicamente ou mesmo financeiramente não está correto, a SUDENE corrige. Mas a iniciativa é do empresário.

Como V. Exa. nobre Relator, disse muito bem, para o pequeno lavrador, para o pequeno pecuarista, bem, aí, não! Aí tem de ser realmente o órgão público, para indicar para dizer o que é o pequeno pecuarista ou o pequeno lavrador deve fazer a fim de melhorar sua produtividade a sua rentabilidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Essa tem sido a preocupação dos representantes do nordeste que têm essa grande dificuldade de ter entendimento diretos com a SUDENE.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — V. Exa. sabe que o brasileiro é tremendamente rebelde ao cooperativismo. No nordeste temos perdidos anos e anos para educação e recuperação para o cooperativismo. Mas lentamente vamos obtendo sucesso. Já há cerca de cem cooperativas,

que incentivamos, e através dessas cooperativas investem no momento, cerca de quatro milhões de cruzeiros novos.

A SUDENE independentemente de outros órgãos oficiais, principalmente os bancos oficiais, inclusive no caso, devemos destacar no nordeste o papel do Banco do Brasil que tem atuado muito seguramente e com muito dinamismo no setor rural do nordeste.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — O Presidente do Banco do Brasil, há poucos dias, teve oportunidade de nos dizer que as solicitações na área do Nordeste estavam sendo bem inferiores à capacidade de atendimento do próprio Banco, havia uma folga muito grande de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — O Presidente do Banco do Brasil declarou que o Nordeste utiliza apenas pequena parte da verba destinada ao atendimento da região para financiamento de tratores e peças.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Aí, há uma explicação, e uma explicação muito simples: o custo. Toda vez que se abre um grande crédito o acesso a esse crédito, no centro-sul é muito maior do que acesso a esse crédito no Nordeste.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Mais fácil, no sul?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Mais fácil no centro-sul porque pode pagar o custo do dinheiro, um crédito é aberto como se todas as regiões fossem homogêneas. O centro-sul, mais desenvolvido, tem muito melhores condições para ir buscar esse crédito do que o Nordeste.

Cito um exemplo, é uma própria iniciativa do General Albuquerque Lima, Ministro do Interior, o ...

FINAME, magnífica iniciativa para alargar a área de sua preocupação, a área do saneamento. Mas o ... FINAME foi criado como um Fundo. E as Municipalidades dos Estados do Centro-Sul têm facilidade para conseguir esses créditos. As condições das Municipalidades dos Estados do Nordeste não permitem disputar o custo de um dinheiro, num prazo de carência muito curto para poder fazer o pagamento.

De modo que os recursos colocados à disposição, pelos bancos oficiais, teriam que oferecer, também, tratamento diferenciado para o Nordeste.

Diga-se de passagem, isso já é feito, sob certo aspecto, pelo Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste não faz correção monetária. Desta forma, o custo do dinheiro, estando localizada a atuação do Banco do Nordeste na área da SUDENE, ele serve muito bem a essa colocação só que esses recursos são limitados. É fora de dúvida que o Banco do Brasil, por exemplo, cobre uma área muito mais extensa, pelos seus recursos, do que o Banco do Nordeste.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Vem ao caso (não é motivo deste encontro, mas foi abordado) um ponto que teríamos que ponderar: a educação também influi, grandemente, inclusive aflorando de maneira quase que impressionante. V. Exa. abordou, há pouco, o caso das cooperativas. No Nordeste, em grande parte, os fazendeiros, convidados a participar de uma cooperativa, acham que não devem participar; preferem lutar com recursos próprios sozinho, com toda dificuldade embora. Não têm ainda a necessária educação associativa.

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — V. Exa. focalizou um ponto importantíssimo. V. Exa. deve estar lembrado de que, ao focalizar as linhas de ação e diretrizes um dos pontos foi esse. É essencial educar o homem do meio rural porque ele resiste às novas técnicas, inclusive à colocação dos insumos oferecidos. Ele tem uma tradição de trabalho e precisa, como disse V. Exa., ser educado. É um trabalho longo que a SUDENE vem executando.

O SR. DR. CARLOS MIRANDA — O principal convênio da SUDENE, dentro desse trabalho, é com a ANCAR, serviço de extensão rural. Temos convênios em nove Estados, dentro desse programa de cooperativismo. É um trabalho começado em 1961. Na SUDENE, e a primeira preocupação foi uma reforma administrativa a fim de dotar o sistema cooperativista dos Estados de pessoal e meios materiais para os programas cooperativistas. Paralelamente, vêm esses convênios e um terço desses recursos são empregados sem assistência técnica, são integrados ao programa de assistência técnica ao agricultor através do serviço de extensão rural.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Desejo fazer uma pergunta a respeito dos 6.600 hectares, dentro dos quais a SUDENE prepara-se, com recursos da ordem de NCr\$ 25.000.000, para fazer investimentos de irrigação ou pequenos açudes. Há um critério já estabelecido de áreas e estas já estão definidas?

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — Pergunto ao nobre Deputado se V. Exa. se refere ao setor de irrigação?

O DR. FERNANDO MELLO — Inaudível.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Com a experiência adquirida, trataremos de estender a toda a área da SUDENE. Então há o seguinte: equipes mistas que vão às propriedades e que verificam onde há água para fazer programação global da propriedade para aproveitamento daquela água seja para agricultura, seja para as pastagens.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Quero voltar àquele assunto que toquei de início o do desdobramento do planejamento da SUDENE. Há uma barragem de pedra na Bahia na qual a União vai investir cerca de trinta milhões de cruzeiros novos. É uma área de terrenos bons para a agricultura. Parece que não foi bem focalizado pela SUDENE nem como uma possibilidade de se tornar um projeto de irrigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Depois da experiência paulista do CEASA, a SUDENE não poderia estudar a possibilidade de financiar as Prefeituras ou um grupo de Prefeituras selecionadas, tipos de mercados, ao exemplo dado por São Paulo onde o produtor vende diretamente os seus produtos ao consumidor numa tentativa de conseguir o máximo?

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — Há programação a esse respeito. O Sr. Fernando Mello fornecerá os esclarecimentos pedidos por V. Exa.

O SR. FERNANDO MELLO — Vem sendo preocupação da SUDENE, desde o início, criar centrais de abastecimento para o Nordeste. Para isso tem uma sociedade de economia mista — CANESA, Centrais de Abastecimento Nordeste S.A. São três centrais de abastecimento, em Salvador, Fortaleza e Recife. A de Recife — CARE — já está em pleno funcionamento, recebendo diretamente do produtor, que leva seu produto para venda, com isso procurando um pouco quebrar o número excessivo de intermediários. Essas centrais deverão cobrir cidades com mais de 100 mil habitantes, do contrário não serão viáveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Já é uma boa notícia.

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — As centrais de abastecimento já estiveram toda as pressões e já está havendo, agora, uma acomodação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Soubemos de um aspecto que nos

recidos. Ele tem uma tradição de trabalho e precisa, como disse V. Exa., ser educado. É um trabalho longo que a SUDENE vem executando.

O SR. DR. CARLOS MIRANDA — O principal convênio da SUDENE, dentro desse trabalho, é com a ANCAR, serviço de extensão rural. Temos convênios em nove Estados, dentro desse programa de cooperativismo. É um trabalho começado em 1961. Na SUDENE, e a primeira preocupação foi uma reforma administrativa a fim de dotar o sistema cooperativista dos Estados de pessoal e meios materiais para os programas cooperativistas. Paralelamente, vêm esses convênios e um terço desses recursos são empregados sem assistência técnica, são integrados ao programa de assistência técnica ao agricultor através do serviço de extensão rural.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Desejo fazer uma pergunta a respeito dos 6.600 hectares, dentro dos quais a SUDENE prepara-se, com recursos da ordem de NCr\$ 25.000.000, para fazer investimentos de irrigação ou pequenos açudes. Há um critério já estabelecido de áreas e estas já estão definidas?

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — Pergunto ao nobre Deputado se V. Exa. se refere ao setor de irrigação?

O DR. FERNANDO MELLO — Inaudível.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Com a experiência adquirida, trataremos de estender a toda a área da SUDENE. Então há o seguinte: equipes mistas que vão às propriedades e que verificam onde há água para fazer programação global da propriedade para aproveitamento daquela água seja para agricultura, seja para as pastagens.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Quero voltar àquele assunto que toquei de início o do desdobramento do planejamento da SUDENE. Há uma barragem de pedra na Bahia na qual a União vai investir cerca de trinta milhões de cruzeiros novos. É uma área de terrenos bons para a agricultura. Parece que não foi bem focalizado pela SUDENE nem como uma possibilidade de se tornar um projeto de irrigação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Depois da experiência paulista do CEASA, a SUDENE não poderia estudar a possibilidade de financiar as Prefeituras ou um grupo de Prefeituras selecionadas, tipos de mercados, ao exemplo dado por São Paulo onde o produtor vende diretamente os seus produtos ao consumidor numa tentativa de conseguir o máximo?

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — Há programação a esse respeito. O Sr. Fernando Mello fornecerá os esclarecimentos pedidos por V. Exa.

O SR. FERNANDO MELLO — Vem sendo preocupação da SUDENE, desde o início, criar centrais de abastecimento para o Nordeste. Para isso tem uma sociedade de economia mista — CANESA, Centrais de Abastecimento Nordeste S.A. São três centrais de abastecimento, em Salvador, Fortaleza e Recife. A de Recife — CARE — já está em pleno funcionamento, recebendo diretamente do produtor, que leva seu produto para venda, com isso procurando um pouco quebrar o número excessivo de intermediários. Essas centrais deverão cobrir cidades com mais de 100 mil habitantes, do contrário não serão viáveis.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Já é uma boa notícia.

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — As centrais de abastecimento já estiveram toda as pressões e já está havendo, agora, uma acomodação.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Soubemos de um aspecto que nos

chocou deveras. Foi constatar aquela descida, não digo brusca, mas contínua, da produtividade do cacau. Eu, que sou médico e tenho ciência dos trabalhos que têm sido feitos, fiquei espantado e gostaria de ouvir de V. Exa. um diagnóstico do assunto. Acho que essa arte não tem cumprindo as suas funções, ou, se vem a que atribui essa queda vertiginosa das lavouras de cacau na Bahia?

O SR. GAI. EULER BENTES MONTEIRO — O trabalho da CEPLAC é magnífico.

O Dr. Carlos Bráddão é um homem dinâmico e extremamente dedicado.

A CEPLAC tem mantido ligações com a SUDENE, que não exigiam anteriormente. Técnicos da SUDENE já foram visitados, as zonas cacauíferas e o pessoal da CEPLAC já foi à SUDENE, em longos contatos.

A SUDENE, na verdade, não trabalha na zona cacauífera justamente porque o organismo oficial da CEPLAC já trabalha.

Como é zona monocultora, vários problemas sociais existem e a CEPLAC sentiu necessidade de atacar esse problema e foi buscar a experiência da SUDENE.

As razões pelas quais houve decadência na produção do cacau, o Dr. Fernando Melo irá apresentá-las.

O SR. FERNANDO MELO — Sr. Deputado, este é um problema específico em que a SUDENE usou unicamente dados estatísticos para caracterizá-lo. Mas, V. Exa., não ignora que a decadência da produção cacauífera vem-se verificando há anos, motivada pela queda de fertilidade do solo bem como devida a "podridão parda" que está atacando os frutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Tenho ainda mais três perguntas. Um aspecto não focalizado por V. Exa., mas que vem ao caso, é relativo a florestas. O Nordeste brasileiro tem uma cobertura florestal muito abaixo do índice tido como ideal, que seria de 25%, aproximadamente, da área. No entanto, na Paraíba, não vai a 1%, no Ceará é aproximadamente de 5%, Pernambuco, 3 a 4% e assim por diante. Eu pergunto se a SUDENE vem tomando em consideração esse aspecto tão importante para a área agropecuária do Nordeste.

O SR. GENERAL EULER BENTES — A SUDENE deu muita importância à questão do reflorestamento, através de estudos e pesquisas. Ocorre, no entanto, que ela não tem tido recursos suficientes para aplicar no setor, inclusive porque há um órgão específico que cuida dessa questão.

Pego ao Dr. Fernando Melo que faça uma explanação a respeito.

O SR. FERNANDO MELO — Sr. Deputado, a SUDENE estuda, sob dois aspectos, o problema do reflorestamento, por intermédio do Departamento de Recursos Naturais, fazendo pesquisas, indo até à anatomia da madeira, e pelo Departamento de Agricultura.

No corrente ano estamos promovendo, ou melhor, já está promovendo, convênios com os Estados para a questão do reflorestamento e, já para o ano de 1968, incrementou bastante o seu trabalho.

Ocorre, no entanto, que está havendo uma dificuldade, e dificuldade eu digo porque a SUDENE, querendo colaborar com os outros órgãos, tentou fazer convênios com o antigo Serviço Florestal, e não conseguiu, ainda, esse entrosamento e derivou o trabalho para as Secretarias de Agricultura.

Assim, temos um convênio com os Estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe, devendo-se ressaltar que Sergipe é o Estado mais desflorestado do Brasil.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Não será a Paraíba?

O SR. FERNANDO MELO — Não. A Paraíba está por volta de 0,5% e Sergipe ainda está mais baixo.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — É impressionante.

O SR. FERNANDO MELO — Exatamente.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Temos dados interessantes que poderíamos fornecer, se V. Exa. assim o desejar.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Sr. Presidente, farei duas perguntas muito rapidamente.

Caracterizando a mobilidade social que se efetuou, no Nordeste, se entendi bem, houve uma corrida para a ocupação da terra em caráter familiar, ocasionando uma diminuição da mão-de-obra assalariada e um aumento da mão-de-obra típica de ocupação familiar.

Julga V. Exa. mais conveniente o aumento desse tipo de ocupação da terra em caráter familiar e não do da média empresa agrícola? Mesmo constatando essa baixa produtividade desse tipo de exploração familiar, seria preferível a uma empresa do tipo médio com assalariados sujeitos à legislação trabalhista?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Este aspecto está muito bem caracterizado pelas estatísticas.

Nós o consideramos como um mal muito grande. Na verdade, essa concentração que se dá nas pequenas propriedades, de membros da família, os quais o IBGE classifica como "não assalariados", essa concentração representa diminuição dos assalariados. Ora, por consequência, esses homens estão vivendo puramente da subsistência. Há dois fatos correlatos: a concentração das pequenas propriedades e o aumento dos não remunerados. Junlando-se os dois, vemos o malefício que causam, não só pela diminuição do valor que representa cada assalariado, vivendo de uma subsistência cada vez menor, quanto a diminuição do mercado. Quer dizer, o mercado, necessário e em expansão no Nordeste, diminui. É um grande mal.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Parece-me que, de futuro, de acordo com a industrialização acelerada que se observa no Nordeste, não se criará mercado correspondente. É aspecto muito perigoso.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — De acordo. Representa, evidentemente, uma diminuição, uma queda de renda e, também, um perigo: a diminuição de mercado.

O SR. DEPUTADO LUIZ BRAGA — Termine minhas perguntas.

Agradeço ao General Euler Bentes Monteiro como também a seus assessores, a gentileza. Vou deixar para a oportunidade em que formos ao nordeste levando o nosso relatório por escrito.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Sr. Deputado Armindo Mastrocolla.

O SR. DEPUTADO ARMINDO MASTROCOLLO — Agradeço ao Sr. Superintendente da SUDENE por ter nos demonstrado as condições em que se encontra a SUDENE, o que ela está fazendo, os resultados que ela tem apresentado, o trabalho imenso que a mesma tem efetuado.

Muitas perguntas foram formuladas; e nós pouco teríamos ou poderíamos acrescentar a não ser que conhecêssemos o problema de perto. Sou de São Paulo, um Estado em que já há tecnologia, e esta vai mais ou menos avançada no meio rural. Pelas dificuldades que vivíamos em meu Estado, para a implantação das novas técnicas, eu calculo os percalços, as dificuldades que V. Exa. está encontrando, no nordeste, para fazer o mesmo.

Acredito que o problema seja de mentalidade. Em primeiro lugar que a SUDENE tenha que reformular a

mentalidade de toda aquela área porquanto esta alteração no rumo da agricultura, e principalmente na agricultura agropecuária, atendendo às novas técnicas que são exigidas hoje, demandará um esforço muito grande, um sacrifício tremendo. Vemos pelos dados que V. Exa. nos deu, a queda da produção, a estagnação da produção naquela área, apesar dos esforços, apesar do trabalho, apesar de tudo que se tem feito e, em confronto com isso, a predominância do minifúndio, esse número extraordinariamente grande, que muito me impressionou, de propriedade familiar, essa propriedade que traz crescimento do produto, crescimento da renda, na região, apenas traz empobrecimento, como tivemos oportunidade de verificar em nosso Estado.

Hoje, não se admite mais a transmissão de pequenas propriedades, porque sabemos que esse minifúndio não teria caráter social e sim, seria fator de miserabilidade da região. Naturalmente a família vai cuidar daquilo, de que precisa para sua manutenção, não vai cuidar daquilo que deveria entregar a coletividade, para que ela pudesse progredir, ter condições de economia suficientes para o desenvolvimento natural da área.

Admito, Sr. Superintendente, que todo o dinheiro que se atira numa área rural seja pouco para se dar o desenvolvimento necessário. Há necessidade de que a poupança da própria área procure dar desenvolvimento àquela situação e, para isso, há necessidade de apresentar, também, condições e orientação, naturalmente pelas culturas clássicas, pelo método antigo e que dificilmente são substituídos. A não ser com a obstrução do órgão, nós não conseguiríamos um efeito imediato de produção e de renda.

Em São Paulo, onde os municípios são pequenos, em sua maioria, vimos agrônomos percorrendo as propriedades rurais e tendo que apanhar uma pequena área dessa propriedade para fazer uma demonstração, acompanhar desde o preparo da terra até a colheita, para mostrar àquela gente que ela estava errada nos seus métodos clássicos, e que a técnica deve imperar.

Agora, imagino as dificuldades que V. Sr. deve estar enfrentando, no vastíssimo Nordeste, para ampliar essas condições.

Então, eu faria uma pergunta: dispõe V. Sr. de muitos agrônomos, para dar assistência a essa área?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — O papel da SUDENE, Exa., não é o de execução, mas de planejamento da área nordestina, de coordenação e de fiscalização das programações estabelecidas e que não seriam as do próprio órgão, a SUDENE. O papel da SUDENE é o de coordenar todos os setores públicos na região.

Realmente, o problema do Nordeste é, como V. Exa. disse, de uma mudança completa, quer nos fatores da produção quer na comercialização. E temos que ir de uma mudança de estruturas a uma mudança de mentalidade e ao apoio. Tudo que precisa ser feito para esse fim. Inclusive o próprio apoio aos Estados para que reestruturarem as Secretarias de Agricultura porque todos têm que responder adequadamente.

A SUDENE apoia, através de convênios pelos quais dá assistência técnica e assistência financeira, apoia normalmente essas programações através dos Estados. E os Estados, por sua vez, vão fazer o seu papel. Entretanto, em muitos casos das programações da SUDENE, são os próprios técnicos da SUDENE que têm, pelo menos, de fazer o papel pioneiro, o papel da organização. Ela não pode, realmente, não sendo um órgão de execução, ela não está estruturada para fazer o que V. Exa. gostaria que fosse feito pela

SUDENE. Mesmo assim, em termos de agrônomos, a SUDENE deve ter 82 agrônomos. Veja V. Exa. que esse número é muito limitado porque, na verdade, eles são mais técnicos ligados ao planejamento, à programação do que propriamente à execução. Mas, grande parte desses agrônomos, mais da metade hoje em dia, estão ajudando na execução, indo permanentemente ao interior prestar assistência técnica, quer para organização de cooperativas, quer para o próprio ensino de técnicas agrícolas, enfim, cobrindo as áreas que estão abertas em todos os lugares, por uma estruturação ainda absolutamente insatisfatória. Pois inteiro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO MASTROCOLLO — Nós sabemos que a economia rural, principalmente com o desenvolvimento integrado que nós estamos recebendo e que V. Exa. da SUDENE pretendem dar naquelas áreas, naturalmente dependerá da circulação do produto, da comercialização do produto. E as condições para que se faça essa circulação na região já estão estabelecidas, ou não?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — A SUDENE, neste aspecto, faz o diagnóstico de todas as deficiências e mostra os programas dos quais deverão participar todos os órgãos públicos, quer federais ou estaduais. Onde se apresente deficiência desses órgãos, a SUDENE completa, quer com seus elementos, quer com seus recursos.

Antes de mais nada, o problema da comercialização do nordeste dependia de infra-estrutura de transportes. A SUDENE, desde o primeiro ano, deu absoluta prioridade a uma rede que chamamos Rede Prioritária do Nordeste para esse atendimento. Entretanto, essa rede prioritária que, na verdade, representa cerca de doze estradas quer para as ligações intra-regionais quer principalmente, ligações inter-regionais do Centro-Sul, para efeito da comercialização, ela com os seus poucos recursos, não conseguiu atingir as metas e, através de uma ação coordenada obtida, o ano passado, com o Ministério dos Transportes, essa rede mínima necessária será terminada no ano de 1971, havendo necessidade de investimento ainda de mais seiscentos milhões de cruzeiros, só na rede básica prioritária. Então, sob um outro aspecto o Nordeste está relativamente bem servido — são as estradas secundárias, digamos assim, porque foram elas as grandes beneficiadas das emergências por que passou o Nordeste. Geralmente quando havia crises, havia frente de trabalho, abrindo-se estradas de terra, mas que cumpriam as finalidades, um papel de vasos comunicantes entre zonas produtoras e consumidoras.

Isto seria um elemento básico, pelo visto dos investimentos.

Há vícios tremendos na comercialização.

A SUDENE mantém programas intensivos e faz referências a vários deles para disciplinar a corrente de comercialização.

Eles, na defesa, através de cooperativas de consumidores centrais de abastecimento e estoques estatísticos, enfim dos elementos de defesa da produção.

O SR. DEPUTADO ARMINDO MASTROCOLLO — Outra pergunta: A SUDENE abrangia vários Estados, de modo que há necessidade de corrigir esta circulação.

V. Sr. encontra alguma dificuldade diante das barreiras com o ICM ou mesmo de um Estado para outro? Há uma barreira onde se cobra mais de uma taxa sobre a exportação?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Não cabe à SUDENE. É papel do Estado. Mas existe isso, que já está acabando aqui. Não há

estradas que não tenha a sua barreira. O ICM melhorou muito isso, especialmente no caso do Nordeste. Mas existem problemas graves de intermediários, de passagem entre os Estados. Naturalmente esses problemas existem no Centro-sul. Conheço-os. No Nordeste existiam e ainda existem. Os Estados vão resolvendo essa situação.

O SR. DEPUTADO ARMANDO MASTROCOLLA — Agradeço a V. Exa. A hora já vai adiantada. Os meus companheiros já fizeram outras perguntas — que eu também teria feito — as quais V. Exa., respondeu tão bem que não deixou satisfeitos.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — O próprio idealismo baqueia diante do tempo.

Gostaria de conversar muito, mas queria dizer ao Sr. Superintendente o seguinte: toda legislação em benefício do Nordeste vem no sentido de integrar o Nordeste no processo de desenvolvimento econômico do País. Era, até aquela época, o lado hemiplégico da Nação. Mas, hoje, nota-se um desequilíbrio no desenvolvimento dos próprios Estados do Nordeste.

Na qualidade de representante de Sergipe, Estado com 850.000 habitantes e 23.000 quilômetros quadrados, queria sugerir e, ao mesmo tempo, solicitar informações sobre o que a SUDENE poderia fazer a fim de disciplinar e orientar os investimentos no Nordeste, para que não ficassem os pequeninos Estados muito atrasados em relação ao desenvolvimento dos demais.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — V. Exa. tem toda razão e uma das minhas diretrizes básicas na SUDENE foi justamente corrigir aquilo que era uma distorção, que se agravava ano após ano, qual seja de se criar, dentro da própria região, o que existia dentro do Brasil, que era o desequilíbrio intra-regional.

V. Exa. encontrará no IV Plano Diretor, como política traçada, como objetivo a ser obtido — o desenvolvimento harmônico do Nordeste. Não é só um problema do Estado, mas até de regiões dentro do mesmo Estado, representando, na interiorização, aspecto importantíssimo, porque o desenvolvimento concentrava-se no litoral. A programação da SUDENE, em consequência, porque esta é uma das suas diretrizes principais, está toda voltada em direção a este aspecto, para ir, pouco a pouco, corrigindo essa distorção. Não sei se devo alongar-me nessas considerações, inclusive por que essa é a opinião de um administrador. Mas, quero evidenciar, desde logo, que vamos criar, na infra-estrutura, ou melhor suprir as deficiências da infraestrutura das regiões mais atrasadas para dar suporte para o desenvolvimento e até no sistema de incentivos fiscais vamos estabelecer uma prioridade, que é representada por uma diferenciação de estímulos. De modo que não seja tão agradável ir para Recife, mas que seja mais agradável ir para Aracaju, e tudo ligado à potencialidade existente. E toda essa programação da SUDENE está condicionada a respostas dadas a essas indicações que são de ordem política.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — Espero que a SUDENE leve profundamente a sério esse problema, considerando, sobretudo, a baixa renda per capita de Estados como o Piauí, por exemplo.

O SR. GENERAL EULER BENTES — Se vou dizer a V. Exa. o seguinte — não é princípio não — que o Estado de Sergipe vai-se tornar, dentro de pouco tempo, o Estado mais rico do Nordeste, graças ao petróleo e a salgema.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — Devo dizer que o solo de Sergipe é o mais rico do mundo. Em nenhuma terra do mundo foram encontradas os três elementos: petróleo, potássio e, salgema, juntos.

Temos uma das rendas *per capita* mais baixas do mundo e dormimos, praticamente pobres sobre um subsolo rico.

Estamos certos de que agora, a Petrobrás, explorando o petróleo, o potássio e o salgema, dá um grande impulso àquele Estado da Federação mas seria interessante, também, que a SUDENE, na orientação de seus planos para a aplicação de seus capitais, considerasse essa questão, para que não fiquemos só em função do subsolo.

Outro assunto para que queria chamar a atenção dos senhores é o seguinte: percorri várias regiões do Nordeste, percorri-as a pé, de Jeep e a cavalo. Acho que estamos indo muito longe na recuperação do Nordeste, mas me parece, ainda, que a única maneira de um país ter um grande avanço no seu desenvolvimento é a introdução de novas tecnologias e ainda estamos na época, pelo menos lá no Nordeste, da enxada e da foice. Com a maior tristeza assistimos a um agricultor, um trabalhador rural informar que tinha alugado uma enxada para trabalhar. Alugar uma enxada para trabalhar! Isso no ano de 1967!

Não quero entrar em pormenores, diriam que é demagogia, mas é a verdade.

Creio que, como solução imediata ou tentativa imediata de encaminhamento do desenvolvimento, seria a utilização, em larga escala, do crédito como instrumento de trabalho.

Seria, a meu ver, a maneira mais prática, imediata, de desenvolver regiões, fazendas no setor agropecuario.

A respeito quando aqui esteve o Presidente do Banco do Brasil, Deputado Nestor Jost, fregui a S. Exa. que, como incentivos de produção, ao lado dos incentivos fiscais, baixasse os juros do Banco, no Nordeste.

Sua Excelência respondeu-me que até seis mil e quinhentos cruzéis novos os juros já são de 2%.

Se a SUDENE pudesse, dentro da sua área de influência, solicitar ao Banco que aumentasse esse teto para a incidência dos juros de 12% ao ano, em vez de 6 seriam 20, porque seis mil e quinhentos cruzéis novos nada representam em termos de trabalho, de despesa, de orçamento.

Nesta oportunidade, devo prestar uma homenagem especial ao Banco do Nordeste, verdadeira alavanca, levando as condições de desenvolvimento a dezenas e centenas de localidades.

Assisti, com prazer, à instalação de uma Agência do Banco do Nordeste, em Penedo, há quinze dias. Há dois anos, venho lutando no sentido de que o Banco do Nordeste instale uma Agência, em Nilópolis, Município sergipano do Baixo São Francisco, mas a Direção do Banco achou que não comportava, mas vi instalar uma em Propriá, mais acima, e em Penedo, em frente a Pirenópolis, onde já existe o Banco do Brasil.

Pergunto a V. Exa.: quais são as relações e as dependências do Banco do Nordeste com a SUDENE?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — É muito simples. O Banco do Nordeste trabalha dentro do esquema de desenvolvimento do Nordeste, esquema montado pelo Governo federal e supervisionado, superintendido pela SUDENE.

Deve V. Exa. saber que 85% dos recursos do Banco do Nordeste são da SUDENE, são recursos da administração da SUDENE, são recursos do sistema de incentivos fiscais. Esses recursos, enquanto não saem em deliberação definitiva, para aplicação nos projetos, são eles empregados pelo Banco do Nordeste como a melhor fonte de financiamento no setor de crédito, para os projetos, planejamentos de desenvolvimento do Nordeste.

Veja aí V. Exa., Deputado Eraldo Lemos, a grande conquista, a grande vantagem que representam os recursos depositados no Banco do Nordeste,

provenientes dos incentivos fiscais, os quais representam — repito — 85% dos recursos do Banco, sem tirar os 10% de recursos orçamentários da própria SUDENE, depositados obrigatoriamente no Banco do Nordeste. Até serem também aplicados esses recursos depositados não pagam juros. Desta forma, os financiamentos do Banco do Nordeste podem ser feitos a juros muito mais baixo que qualquer outras entidades de crédito. As relações a que V. Exa. se referiu entre o Banco do Nordeste e a SUDENE sempre foram muito boas. O que acontece e que, por função do Decreto 200 da reforma administrativa aquilo que era o esboço do que devia ser tornou-se oficial, isto é, foi agrupado dentro do Ministério do Interior. Seria um órgão de desenvolvimento e nas próprias diretrizes, no próprio programa estratégico do Governo Costa e Silva, está escrito que deve ser formado o sistema regional. Nem poderia deixar de ser. Quer dizer, a uma superintendência de desenvolvimento, existindo órgão regional como, no caso, a SUDENE e o DNOCS, tinham que compor com a SUDENE o sistema regional.

de supervisão, o SUVALE órgão de coordenação, execução, e a DNOCS órgão de execução do próprio Governo Federal e o Banco do Desenvolvimento do Nordeste, como órgão, agente financeiro do desenvolvimento regional.

Acontece que daí surgem as incompreensões, que são exploradas por outros motivos que não têm nada a ver com outras coisas.

Na feitura do IV Plano Diretor, conforme nossa obrigação, cuidamos em torno da legislação, a colocação do entendimento entre esses órgãos regionais e, no que diz respeito à SUDENE o orçamento do Banco Nacional do Nordeste, fora de dúvida, tinha que ser compatibilizado com o orçamento da SUDENE. Era uma das medidas preconizadas, a compatibilização do orçamento.

A segunda medida era que já há uma disciplina legal, como V. Exa. deve conhecer, de lei anterior, de que os projetos não podem ser organizados no Nordeste sem aprovação do Conselho Deliberativo da SUDENE e para serem indicados como convenientes dos benefícios dos incentivos fiscais.

Esses projetos são analisados na SUDENE e no BND porque, na composição de recursos, há os da 34-18 e o desenvolvimento nacional. A colocação de equipes mistas analisando esses projetos não dá certo porque os enfoques são diferentes.

Então propusemos que na legislação, o que é lógico, houvesse, nossa análise feita separadamente, um prazo de limitação. E o terceiro ponto, muito embora a representação do Governo no Banco do Nordeste, seja uma representação cujos membros pela Reforma Administrativa, são designados pelo Ministério do Interior, nós temos um dispositivo legal pelo qual, de preferência, este representante era o Superintendente da SUDENE. Parece que nada mais lógico: o Ministro do Interior exercendo a sua ação por superintendências regionais, não poderia ter representante mais lógico, no agente financeiro, num órgão regional, do que o próprio Superintendente da SUDENE.

Isto, que são medidas lógicas de coordenação entre órgãos, foi mal interpretado, distorcido, e deu margem a uma tremenda campanha publicitária. Isto entretanto, não afetou em nada as relações de trabalho entre os dois órgãos.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — Queria saber o que existe, em termos de estudos, de projetos, sobre a irrigação da Vasa dos Barris.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Já está sendo feito. É contratado.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — Tem ideia V. Exa. de prazo e conclusão desses estudos?

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — São 15 meses. Em torno de 15 meses, não asseguro nem. São demorados não os projetos de engenharia, mas experimentações, que têm que ser feitas.

O SR. DEPUTADO ERALDO LEMOS — Para encerrar, quero dar um depoimento pessoal ao Sr. Superintendente, depoimento sobre a minha região no Nordeste, que é o Baixo S. Francisco.

Lé V. Exa. para a sua Superintendência a informação de que a única de prática que temos naquela região baixa do São Francisco é o crédito do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. A SUVALE é um cemitério de tratores, com o descrito do poço. Nenhum agricultor, nenhum fazendeiro, nenhum cidadão acredita em coisa alguma da SUVALE. Se vai lá, entra na fila, há proteção e, se telegrafia o cemitério de tratores diz que não tem a peça necessária para a máquina. O que existe, realmente, é a presença do Banco do Brasil, que deve ser enaltecida e a do Banco do Nordeste que, no momento, vai captando a simpatia do pequeno agricultor.

Com estas palavras, congratulo-me com o relatório de V. Exa., que lerei com toda meditação, porque creio que a SUDENE está no rumo certo, planejando, equacionando e buscando soluções para recuperar o Nordeste e integrá-la no processo de desenvolvimento do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Tem a palavra o Sr. Deputado Grimaldi Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GRIMALDI RIBEIRO — Inicialmente, devo dizer da satisfação com que nós, durante todo o dia de hoje, temos acompanhado sua presença no Congresso Nacional. Nós nordestinos não faremos mais que justiça assinando que nunca, na SUDENE, foi maior o entrosamento entre aquele órgão regional de coordenação e a representação federal da região, tanto na Câmara quanto no Senado.

Gostaria, por isso, de aproveitar a oportunidade para ferir um assunto de que tenho tratado cautelosamente, para não incorrer na aparência de que estaria veiculando reivindicação de favor e de certa aceitação, mas que poderia não atender a critério mais rigoroso de aplicação de recursos no Nordeste. Mas é que até agora não me convenci das razões que me foram dadas.

Quando das alagações ocorridas no ano atrasado, no Nordeste, tive os mesmos contactos com V. Exa., no Recife, a propósito de recuperação de águas particulares na região e a SUDENE, naquela época, encaminhava memorial que havíamos assinado para o Banco do Nordeste. Então, tomei conhecimento, mais diretamente, da impossibilidade em que se encontrava o Banco do Nordeste, de acorrer com recursos próprios, de socorrer, daria melhor, ao pequeno e médio proprietário rural, ao pecuarista que já sejam clientes do CREA do Banco do Brasil.

Ora, nós sabemos que, hoje, o Nordeste praticamente está dividido em duas regiões: uma que é de fato o novo Nordeste, alcançado pelas linhas de transmissão da CHESF, alcançado pelos projetos dos incentivos fiscais, o Nordeste alcançado pela SUDENE, efetivamente.

A outra região que é a mais desamparada até pela distância geográfica dos centros de desenvolvimento é exatamente onde se localiza o antigo Nordeste, ainda na fase de demarcação.

Este Nordeste. Antigo não participa ainda dos índices do processo de desenvolvimento que a SUDENE conseguiu deflagrar na região. Ali se localizam agricultores e pecuaristas que por tradição são devedores do Banco do Brasil e que não têm condições muitas vezes de antecipar o pagamento dos seus financiamentos, dos seus créditos no Banco do Brasil, ficando por isso, impedidos de receber os recursos do crédito rural e os estímulos do Banco do Nordeste que é o principal agente de financiamento. O que verificamos é o seguinte — grande número de agricultores e de pecuaristas e criadores da região nordestina não pode utilizar as facilidades, as vantagens oferecidas pelo Banco do Nordeste pelo simples fato de que são clientes do CREAL, são titulares de financiamento do Banco do Brasil. Na ocasião fiz um pequeno apelo ao Expendente ao Ministro Albuquerque Lima e que, como sempre, foi atencioso e me encaminhou uma resposta da SUDENE e do Banco do Nordeste. Para precisar mais e aclarar a questão fiz um requerimento de informação e recebi então uma resposta do Banco do Nordeste.

Explicava o fato da seguinte maneira: a legislação do Crédito Rural impedia apenas o que se denominou o paralelismo de crédito. O paralelismo entendido como recursos aplicados, duplicidades de recursos aplicados para a mesma finalidade.

Mas o Banco do Nordeste tem normas internas que proíbem então que o agricultor ou pecuarista da Região do Nordeste, pelo simples fato de ter recebido financiamento do Banco do Brasil opere no Banco do Nordeste, quando parece lógico que, tendo linhas de crédito o Banco do Nordeste, às vezes, por exemplo, em relação à pecuária, seria muito mais simplices que pudesse o agricultor utilizar, ao mesmo tempo, o crédito do Banco do Brasil, com determinadas finalidades, vamos dizer a recuperação ou construção de agudes e também receber do Banco do Nordeste o crédito rural para, por exemplo, a pecuária, desde que tivesse condições bancárias que garantissem.

Quando do Simpósio do Algodão em Recife tive oportunidade de debater com um dos Diretores do Banco do Nordeste. Sublinhei para ele, na ocasião, que aquilo que define o conceito de desenvolvimento, integrado não me parecia ser o fato de que todos os recursos devassem provir de uma mesma fonte. O exemplo maior seria a SUDENE que no seu desenvolvimento, que é integrado, recebe recursos do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, dos incentivos fiscais, de bancos nacionais e até de entidades internacionais. Houve convênio em Recife que permitia a aplicação de recursos simultaneamente do Banco do Nordeste e dos bancos oficiais dos Estados. Então perguntaria a V. Exa., a falta de outro argumento mais, argumento mas convincente que a própria legislação não derogasse, como os casos que me foram fornecidos, se não se poderia intervir no assunto, no sentido de levar às atividades rurais, tão necessitadas de crédito, o concurso simultâneo das suas instituições oficiais — Banco do Brasil e Banco do Nordeste — ressaltando-se todas as condições de garantia e evitando-se o paralelismo na aplicação dos recursos.

O SR. GAL. EULER BENTES MONTEIRO — A explanação de V. Exa. foi suficientemente clara e lógica. E eu só tenho a dizer que estou plenamente de acordo com essa linha de raciocínio. E não só estou plenamente de acordo, como tenho procurado colocar o problema dentro da SUDENE dessa maneira. Inúmeros expedientes foram feitos no sentido de recomendar — recomendar é o que podemos fazer — que determinados fi-

nanciamentos sejam feitos. Mas se referiam a um problema de emergência.

Ora, quando uma crise como esta, me parece lógica que todos os poderes públicos, sejam federais ou estaduais, voltam suas vistas para esse fato.

Hoje a SUDENE é um órgão que tem atribuição para declarar calamidade pública, mas, normalmente, através da SUDENE, se faz o atendimento de emergência e é ela a primeira a tomar conhecimento das condições e pedir ao Governo cobertura de crédito para o atendimento imediato. Ela procura, inclusive, ultrapassar os limites legais, atendendo a tudo aquilo que significa o que chamo socorro de urgência.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA (Relator) — Inaudível.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Assim temos feito em todas as emergências, que têm sido muitas nesse período de um ano. Não interessa o que seja preciso, medicamentos, viveres... Não há o que discutir.

Depois, temos a segunda parte, que é focalizar o dano de vulto. Se o assunto for da seara da Estrada de Ferro, pertence ao Ministério de Transportes, que deve fazer o atendimento. Se for na área senatorial, cabe a este órgão atender.

Mas, de modo geral, a SUDENE procura, de imediato, abertura de crédito, e relatório para precisar os danos, e de acordo com os dados fornecidos ela procura atender, através dos estudos, da melhor maneira possível. Restam os danos causados a propriedades privadas, e realmente essa assistência não é feita, através de recursos públicos, mas de qualquer forma, é um atendimento necessário, e temos procurado recomendar que o Banco do Nordeste financie, além do mais porque o Banco do Nordeste tem Fundo destinado a isso.

O SR. DEPUTADO GRIMALDI TOLEDO — Inaudível.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Não me parece que uma norma interna seja impeditiva para que isto seja feito. Na verdade, como V. Exa. ressaltou, desde que haja a garantia, não há como dizer-se que a pessoa não possa receber de um Banco ou de outros, financiamento específico de que necessita. Temos, então: primeiro, que o Banco do Nordeste tem Fundo específico para esse fim; segundo, ele pode fornecer recursos a custo mais barato do que o próprio Banco do Brasil. Os recursos desse Fundo foram, inclusive, provenientes daquela destinação constitucional, e depois, engrossados pela capitalização realizada. A SUDENE deveria funcionar de tal modo, a esse respeito, que órgãos autônomos não pudessem trabalhar separadamente.

Quero apenas dizer a V. Exa. — completando mais uma informação — que tenho mostrado ao Ministro do Interior que há uma margem a essa necessidade de formação de um sistema regional que representa, afinal de contas, a integração de esforços.

O SR. DEPUTADO BRENO DA SILVEIRA — Muito bem!

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Esse é um dos nossos principais objetivos.

O SR. DEPUTADO GRIMALDI RIBEIRO — É essa que deve ser, exatamente, a colocação do assunto — o que procurei fazer e não sei se o fiz bem: não seria só para épocas de emergência, mas que essa atitude entrasse na rotina da administração do Banco do Nordeste.

Essa atitude deveria ser adotada concomitantemente com as atividades do Banco do Brasil, independentemente de paralelismo de crédito. Para argumentar com absurdo chegaríamos à seguinte situação: o Banco do Nordeste, a manter essa norma interna,

só poderá financiar aos agricultores e pecuaristas nordestinos a medida em que eles se libertassem de qualquer financiamento na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; então, em última instância, só poderá financiar quando não mais existir o Banco do Brasil naquela região.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Vou mostrar um outro argumento que muito me preocupa, e que chamo de privilégio. Há um custo de dinheiro diferente e se, em consequência, se separam áreas de atuação, então teremos áreas privilegiadas. Preocupa-me muito esse aspecto porque, afinal de contas, os recursos são públicos, são do Governo e, por consequência não pode haver essa diferenciação.

O SR. DEPUTADO GRIMALDI RIBEIRO — Tanto assim é que não estranhei a declaração de um Deputado de que o Banco do Nordeste estava instalando uma Agência em frente à Agência do Banco do Brasil. Para o Banco do Nordeste é como se não existisse outra Agência de Banco oficial somente atendendo aqueles que não tinham negócios no Banco do Brasil.

Esta, a minha primeira pergunta. A segunda refere-se aos incentivos fiscais. Sabemos que eles têm a sua aplicação mais importante no Nordeste, no momento, e sofrem, por parte dos investidores, a natural sedução para ser aplicados no processo de desenvolvimento. Temos então, a distorção maior do desenvolvimento, que é, relativamente, a colocação em que se encontram as atividades agropecuárias, no Nordeste.

Há, entre outros projetos em tramitação na Câmara dos Deputados, um do Deputado Paulo Maciel, que obrigaria o percentual de 20%, se não estou enganado, dos 50% transferidos para a aplicação no Nordeste, para entrega à SUDENE.

Sei, porque participei, hoje à tarde, da reunião, de certa reserva natural não diria da SUDENE, mas do ponto de vista oficial, no sentido de transformar a SUDENE de certa forma num instrumento de aplicação direta de recursos, ela mesma escolhendo os projetos, quando, na verdade, deveria caber ao investidor.

Sei que V. Exa. não poderia de pronto, responder, porque a questão comportaria um estudo maior da própria SUDENE, mas estimaria que V. Exa. fizesse examinar, no devido tempo, a conveniência de se estabelecer, então, uma percentagem dos incentivos fiscais com aplicação obrigatória em projetos agropecuários, naturalmente à escolha do substituto, e não os transferindo para a SUDENE. Vamos dizer, 20% dos 50% transferidos para o Nordeste seriam aplicados obrigatoriamente em projetos agropecuários. Um desses dois escolheria o projeto. Garantiríamos, assim, uma margem substancial para cobrir a distorção que existe atualmente no processo de desenvolvimento da região.

O SR. GENERAL EULER BENTES MONTEIRO — Gostaria de responder já, porque tenho estudado, exaustivamente, o problema com meus companheiros na SUDENE.

Sempre digo que levei algumas idéias, que não sabia válidas, para idéias, que não sabia válidas, para a SUDENE e as debati com meus companheiros de mais experiência.

Quando entrei na SUDENE, encontrei três distorções: uma, setorial, justamente entre o processo de industrialização e o da agropecuária, no setor de incentivos fiscais; outra — e já foi referida aqui —, do pequeno Sergipe; o processo da distorção da concentração de industrialização nos grandes Estados de infra-estrutura mais poderosa, em detrimento — e

agravando cada vez mais — as disparidades intra-regionais; e terceiro — não tocado ainda aqui, e que muito me preocupa — a justa distribuição de riqueza que estaria sendo criada no Nordeste e que absolutamente não está distribuída — não estou falando igualmente — naquela região e, sim, concentrada em área já concentradoras de capitais.

O problema, para nós, se apresenta da seguinte maneira: o fato existe. Nós estimulamos, como sabe V. Exa. Os Projetos industriais tanto que não estamos no 83, já ultrapassamos estes e já caso de 100 e tanto, quando eles, no ano passado, iam a cerca de menos de 20 ou coisa parecida.

Os investidores preferem a segurança e o lucro mais efetivo de um projeto industrial do que de um projeto agrícola, daí ser mais difícil a completação de coisa parecida.

Conheço perfeitamente os Projetos que têm sido apresentado nesta Casa, como do Deputado Humberto Lucena e outros. Conheço-os perfeitamente.

A nossa preocupação é não quebrar uma filosofia do sistema de incentivo fiscal, a não ser em última instância. Não temos posição fechada. A filosofia seria a de que nesta associação de livre iniciativa do Presidente da República se mantivesse a filosofia da livre iniciativa. O Poder Público, conduzindo o processo de desenvolvimento industrial e agrícola com os elementos de comando necessário. Há diferenciação de estímulo que o sistema permite.

Uma diferenciação de estímulo de 50% para Recife e 75% numa mesma indústria para Sergipe, vai fazer os pratos de balança se equilibrarem.

A diferenciação permite o comando desse sistema, da mesma maneira, entre agricultura e a indústria, maiores estímulos para os projetos agrícolas; permite estabelecer um equilíbrio entre o problema de adaptação, porque não podemos influir positivamente. Nós já influímos, como V. Exa. sabe, dentro do sistema que existe o depositante e futuro investidor tem um ano para a sua opção e dois anos mais existem de opção da SUDENE.

O que estava acontecendo é que a SUDENE, com razões ponderáveis para não muito — a criança ainda é muito nova — muita coisa que assusta o empresário para ir para o Nordeste, a SUDENE estava esperando uma posição um pouco mais firme nesse processo, estava concedendo majoração do prazo de opção de um para dois e até três anos.

Apenas eu julguei que a criança estava um pouco crescida estabeleci um limite para este prazo de opção e, dessa forma, aos recursos de 65-66 foi marcado um prazo de opção que terminou em 31 de março e os que não fizeram opção, serão canalizados, obrigatoriamente, para os projetos agrícolas.

O prazo terminou na medida tomada há mais de seis meses e, de futuro? Teremos ainda os empresários, dentro de um prazo de um ano sem optar, que ficaram porque esperavam prorrogação? Realmente, não.

E neste caso, sim, V. Exa., teremos que tomar outras diretivas. Apenas, nós queremos ver o comportamento disto um pouco mais adiante, para tentar manter a filosofia até onde nós pudermos levar. Mas estamos de acordo em que tenhamos de chegar a uma diferenciação compulsória, em futuro muito próximo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Com a palavra o Deputado Clodoaldo Costa. (Pausa.)

General Euler Monteiro, no prolongado desta reunião, o Senhor foi espremido, desde a Câmara dos Deputados até esta longa sessão, pela madrugada a dentro.

O que acontece é que, na moderna concepção do Parlamento, nós não somos mais os comandantes da feitura das leis. O Parlamento brasileiro, as-

sim mesmo, sem perceber, está entrando dentro da problemática moderna da concepção dos Congressos mundiais. Nossa ação é apenas rejeitar ou aceitar o que vem do Executivo, com o que concordo plenamente, neste tumultuado mundo de hoje.

Nós estamos plenamente satisfeitos e vemos que o Senhor, com a sua equipe, tem essa felicidade de estar pondo em ordem aquilo que, no Brasil, estava sem o mínimo planejamento, apenas acumulando e jogando dentro de um baú os seus bens. Aqui foi citado o exemplo dos grandes açúdes do Nordeste, como o de Orós para o qual não foi feito nenhum plano de aproveitamento das vultuosas despesas ali investidas. E só hoje, permitam que eu o diga os Senhores da Oposição, depois da revolução, está o Brasil se adaptando à técnica governamental moderna. Sei que vamos custar muito a chegar a um ponto de eficiência.

Acabo de ler um livro que muitos dos Srs. Congressistas já devem conhecer, o "Desafio Americano", de Schreibre, em que ele cita a própria França de De Gaulle, com muita surpresa para mim, que continua como quase subsidiária da indústria americana, porque esta está organizada, tem técnica. E esta é a posição do Brasil, nós precisamos de técnica, precisamos de organização. E a SUDENE é um órgão que está realizando ou principiando a realizar uma grande técnica de administração, de desenvolvimento que a região Nordeste do Brasil, absolutamente, não poderia perder.

E, por isso, estou com V. Ex^a e com sua equipe, desejando que, cada vez mais, trabalhem pelo desenvolvimento do Brasil.

O SR. GEN. EULER BENTES MONTEIRO — E' contra o protocolo, eu sei, mas eu gostaria de expressar, além dos agradecimentos, em meu no-

me e no dos meus companheiros da SUDENE, pela distinção, pela honra de nos terem convidado, a aqui comparecer. Há necessidade, e nós sabemos disso, na SUDENE, de transmitirmos aquilo que estamos fazendo, não para merecer aplausos, mas para pedir apoio.

O problema do Nordeste é um problema nacional. Não é um problema a ser resolvido pela SUDENE, isoladamente, é um problema que exige não só a convocação de todos os elementos da região, quer públicos, quer privados, mas, muito mais do que isso, de todo o Brasil.

A opção que o Brasil fez de um tratamento diferencial para o Nordeste é dessas opções corajosas, principalmente porque ferindo vários dos interesses, inclusive legítimos de outras regiões, representa, na verdade, a participação de todos, em proveito de uma região que estava estagnada no subdesenvol-

vimento. E esta opção será mantida, por uma opção do Governo, compreendendo por Governo o Congresso Nacional com todo o apoio para resistir às pressões que, fatalmente, continuarão a ser desencadeadas.

Desta forma, Sr. Presidente e Excelentíssimos Srs. Deputados e Senadores, eu, em nome dos companheiros da SUDENE e do Nordeste, sou muito grato por ter sido convocado a esta Casa para poder prestar os esclarecimentos necessários e pedir mesmo que, em outra oportunidade que V. Exas. julgarem conveniente, aqui voltemos para prestar novos esclarecimentos.

Agradeço a gentileza. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Fernando Corrêa) — Amanhã virá depor o Sr. Cesar Reis Cantanhede de Almeida, Presidente do IBRA.

Está encerrada a sessão,

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 3º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cuitete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Rauí Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Dapeli Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portela (PI)

Manoel Vilela (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
 Arnor de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE
 José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Prudente

SUPLENTE
 Atilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnor de Mello
 Atilio Fontana

SUPLENTE
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedito Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Saracate
 Clodomir Milnet

SUPLENTE

Avaro Mala
 Lobão da Silveira
 Benedito Valladares
 Arnor de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atilio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Milnet
 Manoel Vilela
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atilio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Avaro Mala
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Jay Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.